

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 08 DE JULHO DE 2008

NÚMERO 5.912

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Elizeu Mattos

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

Edson Piriquito - Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1213
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 050ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 02/07/2008.....2
Ata da 051ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 02/07/2008.....7
Ata da 016ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 02/07/200824
Ata da 017ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 02/07/200824
Ata da 032ª Sessão Solene da
16ª realizada em 02/07/2008...25

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria.....31
Ata de Comissão Permanente.....
.....32
Ofícios.....32
Portarias.....32
Projetos de Lei.....35
Redações Finais.....37

PLENÁRIO

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Hoegen - Clésio Salvaro - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO**Explicação Pessoal**

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Lamenta o falecimento de Adhemar Paladini Ghisi.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Aborda a morte de Adhemar Paladini Ghisi e o Dia do Bombeiro.
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Refere-se a dois projetos, de sua autoria, que criam o fundo da vitivinicultura e o dia estadual do vinho.
DEPUTADO IVAN NAATZ - Aborda as coligações eleitorais e a necessidade de uma reforma política.
DEPUTADO JORGINHO MELLO (aparte) - Comenta a urgência da reforma política.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Refere-se à necessidade da reforma política; aborda a paralisação do transporte coletivo.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Manifesta-se contrário à votação por lista.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Aborda a importância da reforma política.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Comenta a necessidade de reforma política.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Comenta as deficiências dos hospitais regionais; aborda o congresso brasileiro sobre doenças transmissíveis.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN (aparte) - Refere-se ao problema dos pacientes que precisam de tratamento de saúde na capital.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Parabeniza o deputado Jailson Lima pelo seu aniversário.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Parabeniza o deputado Jailson Lima pelo seu aniversário; refere-se à regularização da profissão de médico; reporta-se à posse do senador Casildo Maldaner no Senado; comenta a sessão solene que concedeu título de Cidadão Catarinense a Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho; comenta a necessidade de reajuste da tabela do SUS.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (aparte) - Parabeniza Casildo Maldaner por sua posse no Senado.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (aparte) - Refere-se ao senador Casildo Maldaner e ao deputado federal Celso Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Srs. deputados, tendo em vista a reunião de comissões, esta Presidência suspenderá a presente sessão até as 11h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) (Faz soar a campanha) - Estão reabertos os trabalhos desta sessão ordinária. Passaremos imediatamente à Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao jornalista Alexandre José, de Blumenau, cumprimentando-o pela brilhante atuação no meio de comunicação por mais de 20 anos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo recebimento do título de Cidadão Catarinense.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Topelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Concórdia, Treviso, Palmeira, Alto Bela Vista, Paial, Luís Alves, Bocaina do Sul, São João Batista, Pouso Redondo, Agrolândia, Água Doce, Faxinal dos Guedes, Abelardo Luz, Ponte Serrada e Rio das Antas, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria das Empresas Brasil Telecom, Vivo, Claro e Tim, solicitando a instalação de torre de transmissão, no município de Botuverá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria da comissão de Turismo e Meio Ambiente a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando o desarquivamento na Câmara Federal do Projeto de Lei nº 4.922/2001.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada aos deputados federais de Santa Catarina, solicitando apoio aos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que tratam dos benefícios para os aposentados e pensionistas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao presidente da SC Parcerias, solicitando cópia integral de toda a documentação dos convênios conforme relação anexa ao documento.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da deputada Odete de Jesus, a ser enviado ao secretário de Educação, solicitando informações acerca dos resultados dos exames nacionais quanto à avaliação do ensino e proposta curricular em Santa Catarina e ainda sobre a hora-atividade nas escolas públicas estaduais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da deputada Odete de Jesus, a ser enviado ao secretário de estado e Desenvolvimento Regional de Criciúma, solicitando informações acerca dos recursos destinados ao Conselho Tutelar do município de Cocal do Sul, bem como a estrutura de transportes disponibilizada atualmente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a composição e período de mandato do Conselho Estadual de Alimentação e sobre o Edital de Concorrência nº 001/2008 da secretaria de Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca do curso de capacitação "com diversão" promovido pela secretaria de Educação no parque Beto Carrero.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, estou chegando agora na Casa, não sei se já houve repercussão, mas quero manifestar o meu consternamento e o desta Casa pela passagem do grande líder político do sul do estado, talvez o maior líder político da história do sul de Santa Catarina, o nosso sempre deputado e sempre ministro, Adhemar Paladini Ghisi, que nesta madrugada nos deixou. Ele, que estava em viagem de passeio com sua esposa, dona Sônia Balsini Ghisi, pela Europa, infelizmente contraiu uma pneumonia e faleceu às 2h da manhã de hoje em Lisboa.

O ministro Adhemar Paladini Guisi foi deputado nesta Casa na legislatura de 58 a 62, depois disso teve cinco mandatos como deputado federal, e durante 15 anos exerceu com galhardia, com zelo e com muito orgulho para os catarinenses, o honroso cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.

Há sete anos estava aposentado por força da compulsória, uma vez que tinha 77 anos de idade e prematuramente, pela vitalidade, pela saúde que tinha, nos deixa no dia de hoje.

Deputado Clésio Salvaro, v.exa. que tão bem conhece esses 50 anos de vida pública tão honrada, sabe que é uma grande perda para Santa Catarina, porque perdemos uma referência, e eu um companheiro de partido, amigo e eleitor.

É um dia muito triste e quero fazer esse registro.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Também quero lamentar a perda dessa grande liderança política no estado de Santa Catarina.

Gostaria também de registrar, sr. presidente, que hoje, dia 2 de julho é o Dia do Bombeiro, esses profissionais que têm a missão de preservar e também de salvar vidas. Então quero aqui dar os parabéns a essa categoria tão importante, os bombeiros militares e voluntários do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feito o registro da deputada Ana Paula Lima e também o do deputado Joares Ponticelli sobre o falecimento do grande líder Adhemar Paladini Guisi, esta Presidência e a Mesa Diretora, no início da sessão da tarde, irá fazer um minuto de silêncio em homenagem a este que foi o maior líder político da história da região sul.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

Em seguida fará uso da palavra o deputado Ivan Naatz.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. Deputadas, aproveito este momento, e em outras oportunidades já trouxe presente à tribuna um tema importante para um setor da nossa sociedade, especialmente da nossa agricultura, para os que cultivam e trabalham com a cultura da uva.

Nós tivemos a oportunidade, há pouco tempo, de estar no estado do Rio Grande do Sul, onde visitamos a organização dos agricultores produtores de uva, seu sindicato e suas representações, na tentativa de compreender o encaminhamento dado naquele estado com relação à criação de fundo para incentivar a cultura da uva de milhares de famílias que lá vivem e cultivam essa fruta.

Em Santa Catarina, nós temos algumas regiões se destacando com a produção da uva, especialmente o vale do rio do peixe, pois há vários anos cultiva a uva. São muitas as famílias que têm como a sua principal fonte de renda o cultivo da uva. Temos ainda Urubici, São Joaquim e outras regiões, como o norte e o oeste de Santa Catarina que vêm, a cada ano que passa, incrementando mais a cultura da uva.

Nesse sentido, em visita ao estado do Rio Grande do Sul, nós percebemos uma iniciativa extremamente positiva e importante para incrementar essa atividade que gera emprego, renda e automaticamente qualidade de vida, que é o fundo estadual para cuidar, para dar incentivo e incrementar recursos para essa atividade.

O Rio Grande do Sul, depois de muita luta e muito trabalho criou, em nível de estado, o fundo da vitivinicultura que destina 2% do ICMS gerado na industrialização e na comercialização de uva ou de vinho, e tem conseguido um volume extremamente importante para incrementar a atividade que recebe essa porcentagem tirada daquele imposto.

Portanto, à luz daquele projeto de lei eu tomei a iniciativa, aqui no estado de Santa Catarina, na Assembléia Legislativa, de encaminhar também um projeto de lei que cria ou que autoriza o governo do estado a criar o fundo estadual da vitivinicultura, para que através desse fundo o estado possa incrementar incentivos, recursos, para essa importante atividade que gera renda, qualidade de vida e emprego para muitas famílias nas diferentes regiões do estado de Santa Catarina.

Além de criar esse fundo, que certamente o governo depois poderá regulamentar, também encaminhei outro projeto de lei - e gostaria, da mesma forma, de pedir o apoio dos 39 parlamentares - que cria o dia do vinho no estado de Santa Catarina. Isso para dar visibilidade a essa cultura tão importante para Santa Catarina, como acontece em outros estados. No Rio Grande do Sul existe isso, em outros países também, no sentido de dar visibilidade a essa cultura extremamente significativa que gera renda, emprego e qualidade de vida a milhares e milhares de famílias pelo país afora.

Portanto, são dois projetos que estão tramitando nesta Casa, um cria o fundo e outro cria o dia estadual do vinho, no sentido de abrir ainda mais as portas do comércio, não no sentido de incentivar o consumo de álcool. Nós sabemos que o vinho se traduz como sendo um dos produtos que é muito indicado para cuidar da vida e da saúde das pessoas. É recomendado até pelos médicos, pessoas que entendem, que dominam o assunto e compreendem muito bem a função dele no organismo dos seres humanos.

Portanto, são dois projetos de lei que eu gostaria não só de trazer presente, mas de realmente aprová-los para que se tornem instrumentos para qualificar melhor ainda esta importante atividade por todo o estado de Santa Catarina.

Quero ainda dizer que Santa Catarina é o sexto maior produtor nacional de vinho, sendo que em área plantada o nosso é o quinto maior estado do país em área plantada, atingindo hoje em torno de cinco mil hectares cultivados. No estado temos basicamente em torno de quatro mil famílias vivendo do cultivo da uva, que se multiplicamos por quatro teremos em torno de 12 mil pessoas vivendo dessa importante atividade em nosso estado.

Nós sabemos que a produção não é tão grande, mas é significativa, chegou a quase 50 mil toneladas, isto no ano de 2006. Agora, em 2008, com certeza nós teremos uma produção ainda maior.

Fica aqui, mais uma vez, o apelo aos nobres parlamentares para que possamos olhar com muita atenção, com muito carinho, os projetos, para que possamos, através deles, fazer com que haja um incentivo maior a essa cultura importante, que é a da uva.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Inscrito para falar o sr. deputado Ivan Naatz, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e pessoas que nos acompanham pela TVAL, venho a esta tribuna para pedir a v.exas. uma reflexão sobre o que nós vivemos nesses últimos dias em termos de coligações eleitorais.

A coluna do jornalista Moacir Pereira publicada hoje no jornal *Diário Catarinense* e também no *Jornal de Santa Catarina*, reflete muito bem o que estamos permitindo em termos de política e em termos de representatividade. A matéria do jornalista Moacir Pereira traz o título *Eleição sem Ideologia*.

E se fizermos uma reflexão a respeito das coligações que nós, os políticos e os representantes da classe política deste estado permitimos que acontecesse, não poderemos contrariar a sociedade que coloca os partidos políticos, os deputados, como a classe de menor credibilidade entre as instituições deste país.

Os partidos políticos estão na última linha de credibilidade. De quem é a culpa? A culpa é exatamente nossa. Vamos observar as coligações partidárias nos grandes municípios do estado de Santa Catarina. Quem poderia admitir que o PP e o PT estivessem juntos em vários municípios? Quem poderia admitir que o PMDB e o PP estivessem juntos em um município como Blumenau? Quem poderia admitir coligações monstruosas de 13 partidos de um lado e 11 partidos de outro, numa grande prefeitura deste estado?

É preciso urgentemente uma reflexão a respeito dessas ideologias partidárias. Tenho conhecimento de que numa única casa, no município de Blumenau, uma família possui quatro partidos políticos. Ou seja, a esposa é presidente de um partido, o marido é presidente de outro partido, o filho é de um terceiro e o filho mais novo é de um quarto. Numa mesma família existem quatro siglas partidárias. Então, como contrariar o artigo do jornalista Moacir Pereira, quando fala que nós vivemos uma eleição sem ideologia, quando os partidos políticos perderam a sua credibilidade, a sua função?

O que defende cada um de nós? O que defende cada sigla aqui representada? Não há mais como suportar um processo político, um desenvolvimento político tão grave quanto o nosso. Ou tomamos uma posição definitiva, diminuimos o número de partidos, cobramos do TSE uma posição firme, ou nós vamos viver numa prostituição política, vamos continuar sendo o rabo do cavalo!

Não há mais como suportar uma gama tão grande de partidos, e muitos deles, deputado Ismael dos Santos, não sabem nem para que existem ou qual é a sua função. E nós estamos embarcando nessa! É preciso corrigir, é preciso ter identidade, é preciso saber o que defende cada sigla. O eleitor tem razão quando nos coloca na rés, no último.

Quero aqui registrar que concordo literalmente com o colonista Moacir Pereira, quando diz que não há ideologia, e sim interesse.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Pois não!

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Nobre deputado, quero cumprimentá-lo pelo tema que aborda, pois atinge todos nós. Isso é verdadeiro. Infelizmente, o Congresso Nacional está deixando passar ao largo, há muitos anos, uma reforma político-eleitoral. Não dá mais para conviver com essa mistura, muitas vezes com coligações contraditórias, especificamente eleitoreiras, para resolver o interesse de algumas pessoas pontualmente naquela eleição.

Então, infelizmente, o Congresso Nacional já deixou, e está deixando, passar ao largo sem mexer, que parece que o assunto está tão resolvido. Deixou o Poder Judiciário tomar medidas sobre fidelidade partidária e sobre outras coisas, que eram de competência do Poder Legislativo. Isso enfraquece a classe política do Brasil, infelizmente.

Vamos continuar lutando, brigando, pedindo para que tenham consciência lá no Congresso Nacional e façam, de forma rápida, de forma respeitosa inclusive com o povo brasileiro, uma reforma política que venha proibir a coligação na proporcional para eliminar uma série de partidos; que venham tratar da fidelidade partidária; que trate do financiamento de campanha para acabar com essas encrencas que acontecem.

Quero cumprimentar v.exa. e dizer que esse é um tema que nós, políticos, precisamos debater muito mais.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Obrigado, deputado!

Não é possível mais conviver com essa situação, e v.exa. colocou muito bem.

E quando nós, os legisladores, não tomamos uma posição e o Judiciário acaba intervindo, a boca é grande, todo mundo sai a reclamar, todo mundo sai a xingar o Poder Judiciário: "É interferência nos Poderes; o TSE quer mandar nos partidos políticos; o TSE quer mandar no Congresso; o TSE quer mandar no Senado; o TSE quer decidir as eleições".

Mas o que nós fizemos para mudar isso? Como é que nós, políticos, legisladores, saímos desta Casa e vamos enfrentar as pessoas nos nossos municípios dizendo que adversários de séculos estão juntos e em troca de quê? Em troca de que se juntam PT, PMDB, se aqui somos adversários? Em troca de que PT, PMDB, PSB e PSC se juntam em municípios, se aqui são adversários, deputado Pedro Uczai?

É preciso parar com isso. Nós temos obrigação de parar com isso. Eu sei que a competência não é desta Casa, e sim da Câmara Federal, mas se não cobrarmos da Câmara Federal, se não cobrarmos do Congresso Nacional, jamais vai sair essa reforma política porque estamos numa situação confortável. Se para nós isso é bom, para a sociedade o que é? O que a sociedade espera de nós? O que é bom para nós ou o que é bom para todos?

Então, esse é um tema de extrema importância. Gostaria mesmo que iniciássemos um debate para que possamos impedir essa falta de critérios e de ideologia partidária, de linha partidária, de função filosófica de cada partido. Para que cada partido existe? O eleitor não tem noção disso. E isso é culpa nossa, nós somos os grandes culpados.

Por isso é justa a eleição que nos coloca no último da fila de instituições de credibilidade neste país. Nós não damos a resposta que o eleitor precisa e espera de nós.

Então, vamos aqui nos unir e cobrar com força a reforma política para que nas próximas eleições já tenhamos um projeto que acabe com essa coisa de numa casa, numa única família, termos quatro partidos políticos a vender os seus espaços na televisão.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, vou tratar do mesmo assunto que tinha, hoje, pautado para falar da tribuna desta Casa, que é o momento político que se vive no Brasil e também no estado de Santa Catarina.

Eu, como coordenador estadual do Grupo de Trabalho Eleitoral do meu partido, quero parabenizar os deputados Jorginho Mello e Ivan Naatz, que levantaram esse tema aqui da necessidade de reforma política. E o nosso partido, no Congresso, no ano passado, aprovou a necessidade de convocarmos uma Constituinte especial para justamente fazer reforma política, porque entendemos que os atuais deputados não têm condição política de fazer a reforma política necessária para o país.

Com certeza, a questão da fidelidade partidária e a questão do financiamento das campanhas são um dos grandes gargalos do nosso país, porque quem tem financiamento de um grande grupo econômico, quem tem condições financeiras, com certeza sai numa outra condição, diferente de uma pessoa simples da sociedade, de um trabalhador que quer disputar um espaço. E ele tem, por lei, garantido o direito de disputar o espaço da política no nosso país, desde vereador até presidente da República.

Então, essa necessidade de financiamento público da campanha.

E eu vou mais longe: a questão das listas partidárias é outro elemento que temos que discutir, sim! Não devemos ter medo de discutir a questão da lista partidária porque isso fortalece os partidos e obriga-os a se abrir para a questão democrática interna, porque os partidos que têm os chefões que mandam não vão sobreviver à reforma política e à democracia que os partidos precisam construir. Temos que criar critérios e política de democratização dos nossos partidos políticos também.

Então, o nosso partido não tem medo de enfrentar esse debate de cara, e ousou quando propôs a constituição da Constituinte especial para refazer a reforma política. Ousamos nessa perspectiva, fomos muito criticados por isso, mas entendemos que esse é o caminho porque os tradicionais políticos não vão fazer - os que estão lá hoje -, justamente por causa dessa estratégia em que estão colocados, dos acordos políticos que há. E quem está por trás financia-os no processo eleitoral, principalmente.

O Sr. deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Vou abordar outro assunto, mas antes disso cedo a palavra a v.exa., deputado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Eu sou amplamente favorável à reforma política neste país. Sou, inclusive, adepto do voto distrital misto, assim como acontece na Alemanha. Acho que esse é melhor caminho para o país.

Agora, discordo de v.exa. quanto à votação por lista por uma precaução de que percebo que esse encaminhamento vai tornar os nossos partidos políticos um balcão de negócios. Eu temo a votação por lista.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu quero parabenizá-lo porque o PT está ousando nesse debate, e tirou no seu terceiro congresso nacional que, efetivamente, estava certo porque veio o debate da reforma política e não foi aprovado. Tem que haver uma Constituinte exclusiva para debater e construir uma reforma política profunda e democrática para fortalecer os partidos políticos.

Segundo: financiamento público e lista podem se transformar em balcão de negócios. Hoje os mandatos viram balcão de negócio nas relações do Parlamento com o Executivo. Tem que fortalecer a democracia e não há como fortalecê-la não fortalecendo os partidos políticos. E é lá dentro do partido que se democratiza quem deve estar como primeiro, segundo ou terceiro na lista. E aí todo partido unido vai defender as suas idéias contra outro partido que tenha as idéias dele. Aí o povo vai votar em idéias, projetos, propostas.

Parabéns! Essa luta é grande e vai ter que ser vitoriosa!

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - A questão é muito mais profunda. Nós não estamos discutindo uma reforma partidária, mas, sim, uma reforma política. Aí há um precedente, que é a questão de sermos parlamentaristas ou não. Porque se formos parlamentaristas, nós poderemos ter o voto misto, o voto de cabeça de lista, como é chamado, fortalecendo os partidos que são essenciais.

A questão de se discutir Constituinte exclusiva é outra questão que também exige profundidade. Por quê? Porque, de repente, a reforma econômica e as reformas sociais também vão querer uma Constituinte, reformular a Constituinte já ocorrida, o que podemos avançar.

E aí sempre é premente neste país, quem tem uma maioria, o casuísmo. Mas há necessidade, sim, primeiro, neste país, de passar por uma questão ética e pública, porque não é feito ser democrático, não é feito ser liberal, não é feito ser trabalhista, social-democrata, socialista. Feito é você ser antidemocrático, como ocorreu na ditadura, suprimindo os direitos universais e prejudicando as pessoas nos seus direitos humanos. Feita é a corrupção, a má-aplicação do dinheiro público.

Agora a política nunca deve ser feita contra alguém, mas em prol da sociedade e da comunidade. Então, é uma visão que nós devemos ter. Por quê? Porque a política não é para uma grei, não é para um partido dominar. A alternância de poder e as prioridades, hoje, de uma administração participativa vão exigir modernidade e novos tempos.

E a questão de se utilizar veículos públicos de divulgação para fazer o proselitismo é uma bela discussão. Eu acho que o país está amadurecendo e nós vamos encontrar a solução, com certeza.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado Professor Grando.

Mas, enfim, se o PP, o PPS, o PFL, se o conjunto dos partidos se unirem e unificarem-se numa estratégica, com certeza vamos fazer uma reforma política no Brasil. Isso é responsabilidade de todos, e esperamos que o Judiciário não precise fazer essa reforma que os parlamentares não têm capacidade de fazer. Infelizmente, nós estamos vendo isso no nosso Brasil, e o papel dos deputados é importantíssimo.

Então, para finalizar esse ponto das nossas campanhas, quero dizer do grande momento que o nosso partido vive, na perspectiva de justamente construir uma grande vitória eleitoral este ano.

Mas, para concluir, quero tratar de outro assunto que me preocupa muito e que hoje a capital novamente vive, que é a paralisação dos trabalhadores do transporte coletivo. Não gostaria de vir aqui dizer se esse ou aquele tem razão, mas quero tratar das responsabilidades de fato que estão em jogo.

Houve uma ameaça de paralisação para fazer uma negociação, essa negociação aconteceu e, infelizmente, não foi cumprido o acordo assinado há dez dias. Então, esse acordo com certeza precisa ser cumprido. E hoje os trabalhadores chegam novamente ao seu extremo de fechamento de diálogo, e aí, infelizmente, a sociedade paga novamente a conta desse fechamento de diálogo.

Srs. deputadas, quando os trabalhadores chegam a fazer um acordo político do seu salário, da sua contribuição, esse acordo político não é respeitado. E depois quem é culpado de fazer a paralisação e a pagar a conta do desgaste dos trabalhadores com a sociedade são os próprios trabalhadores. Se se faz acordos, eles devem ser cumpridos, tanto em nível nacional, como temos agora a questão da paralisação dos Correios, como também aqui em Florianópolis, com o transporte coletivo, ou seja onde for.

E também aqui, com relação aos nossos trabalhadores da Segurança Pública, deputado Sargento Amauri Soares, para não precisar paralisar, deve ser cumprido um acordo que foi feito há quatro ou cinco anos, a Lei n. 254. Infelizmente agora, se os trabalhadores da Segurança Pública resolverem parar, quem vai ser o culpado novamente será o trabalhador e não quem não cumpriu o acordo.

Então, quando se faz acordo, que se cumpra, porque senão chegaremos a essa situação em que hoje, infelizmente, a população de Florianópolis está sendo colocada, que é a questão da paralisação dos serviços.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Meus cumprimentos aos deputados da Casa e aos telespectadores da TVAL.

Durante este mês, fizemos, em uma única semana, duas audiências públicas nesta Casa para debater a questão dos hospitais regionais, dos hospitais da Grande Florianópolis e a área da Saúde. Na audiência pública sobre a oncologia do Hospital Infantil ficou nítida e notória a necessidade de contratação de mais profissionais e do aprimoramento do atendimento à população.

Também fizemos outra audiência, com uma abordagem sobre os hospitais regionais, sendo que inclusive a secretária Carmem Zanotto estava presente e também o Ministério Público e a OAB. E o debate mostrou a vontade da secretaria, mas também uma série de deficiências, principalmente no que se refere à gestão interna dos hospitais, no que se refere à questão de medicamentos, de respostas efetivas às filas nos hospitais do estado e, principalmente, à falta de contratação de profissionais médicos, técnicos.

Srs. deputados, diante dos dados do Banco Mundial e da ineficiência gerencial dos hospitais do Brasil, tiramos dali um encaminhamento, que é o de fazermos um seminário no final do ano, trazendo o Ministério da Previdência Social, o Ministério da Saúde, enfim, as instituições que representam os hospitais, para ver de que forma podemos otimizar as questões administrativas, reduzir custos dos hospitais, aprimorar o atendimento e qualificar resultados. Em suma, salvar vidas.

Os jornais de hoje falam do Cepon da capital, o *Jornal do Almoço* e a RBS também registraram a dificuldade dos pacientes de serem atendidos no Cepon. O dr. Marco Rótolo, que esteve presente na nossa audiência pública, disse que acontecem 229 novos casos de câncer por mês na cidade de Florianópolis e que aqui não há estrutura suficiente.

Srs. deputados, há depoimentos de pacientes que fizeram tomografia e que estão há dois meses aguardando laudos. Isto mostra claramente que se não tiver o laudo, se não tiver definido o diagnóstico, como fica o paciente que está aguardando um tratamento quimioterápico ou de radioterapia, em suma, comprometendo a sua qualidade de vida? E ao mesmo tempo o dr. Marco Rótolo disse que a estrutura do Cepon está preparada apenas para 425 exames/mês. E, logicamente, que não tem condições de atender à demanda do estado.

É por isso que defendemos a construção de um centro de tratamento de câncer no alto vale para descentralizar não só as secretarias, mas as atitudes, as ações de complementariedade para atender esses pacientes, porque muitos dos pacientes que vêm para cá também são oriundos do alto vale, onde na nossa avaliação, segundo dados da ONU, deputado Carlos Hoegen, acontecem em torno de 500 novos casos por ano, que deveriam ir para Lages, mas muitos vêm para Florianópolis porque hoje tem o melhor serviço.

Por isso, a nossa luta constante. Inclusive já conseguimos recursos para este ano para o Hospital Regional, para instalar a primeira célula do centro de tratamento de quimioterapia e, quem sabe, reduzir essa sobrecarga de pacientes que vêm parar no Cepon.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não! V.Exa. é da cidade de Ituporanga e conhece a situação do alto vale e da Grande Florianópolis.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Quero parabenizar v.exa. por sua manifestação e dizer que como prefeito que v.exa. foi, e também tive oportunidade de ser em minha cidade, conhecemos muito bem essa realidade, ou seja, a agonia, o sofrimento e a dor que o cidadão lá da nossa cidade, dos nossos pequenos municípios do alto vale sente por ter que se deslocar para a capital, para Lages e outros municípios para fazer um tratamento. E depois de passar por este tratamento ainda tem mais uma viagem triste, sofrida de 150, 200, 300 quilômetros. Portanto, me associo a sua luta.

Quero parabenizar v.exa. pela manifestação que faz desta tribuna. E, sem dúvida alguma, seria uma obra fundamental para que nós pudéssemos ter a efetiva qualidade de vida naquela região.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Agradeço o aparte de v.exa.

Ao mesmo tempo, como médico que somos, deputado Antônio Aguiar, vale a pena aqui registrar o seminário, o congresso brasileiro sobre doenças sexualmente transmissíveis que aconteceu na Grande Florianópolis nos dias 25, 26, 27 e 28, com a presença do ministro Temporão.

Não pude participar porque estava em Brasília discutindo as questões da Aurora, que graças a Deus deu para resolver, deputado Antônio Aguiar. E Canoinhas, sua terra, terá um dos maiores empreendimentos de Santa Catarina com este frigorífico.

Mas esse seminário, com a presença do ministro, mostrou-nos nitidamente - e isso é reconhecido mundialmente - que o Brasil hoje é um país de destaque, de ponta no tratamento da Aids. É um país que distribui medicamentos para 75 mil pacientes. E aí temos que salientar que o tratamento com distribuição gratuita de medicamentos, havendo a primeira quebra de patentes pelo nível de preços cobrados pelas multinacionais, se deu na época do ministro José Serra. E agora com o ministro Temporão, mais uma vez, com um novo medicamento foi realizada a quebra de patente, e inclusive o presidente Lula fez um anúncio, num ato oficial, dizendo o seguinte: "nós estamos dando um passo importante". Isso vale para este remédio, que é o Efavirenz, e vale para os outros casos que forem necessários.

Estão agindo em defesa da vida de milhares de portadores do vírus da Aids, ou seja, as multinacionais queriam cobrar preços exorbitantes por esse medicamento. O governo assumiu a questão com pulso firme, pois são US\$ 32 milhões de economia por mês, deputado Ismael dos Santos, que poderão ser aplicados em outras atividades da área da Saúde.

Srs. deputados, por que a importância e a preocupação com a Aids quando se vê que será colocada uma maquininha de distribuição de preservativos nas escolas? Primeiro, temos que enaltecer os Cefets, as escolas técnicas, pois essa máquina foi produzida em Santa Catarina, aqui na Grande Florianópolis, por alunos e dois professores, e será usada no país inteiro. E temos que salientar a importância disso porque a Aids hoje está comprometendo principalmente os mais jovens em idade escolar.

Só para se ter uma noção, o Programa de Saúde e Prevenção nas Escolas, com 162 mil estudantes, de 13 a 24 anos, em 14 estados, mostra que 90% dos estudantes, 63% dos pais, e 58% dos professores aprovam a distribuição de preservativos nesses locais, vêem que é importante, e mostra que os jovens de 16 a 19 anos, que não usam preservativo, hoje são os mais acometidos pela Aids. Por isso a importância desse programa de prevenção nas escolas.

Ainda mostra que há uma inversão de contaminação. Quanto mais jovens são as meninas que começam a manter relação sexual - e a relação é de 19 delas na faixa de 13 a 19 anos para dez garotos... E a partir dos 19 anos, inverte o quadro, acontece mais em homens do que em meninas.

Por isso a importância de se fazer um debate claro e ter em mente que a prevenção é fundamental. E essa máquina, essa proposta do Ministério contempla salvar vidas no estado de Santa Catarina e no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o médico e deputado que representa o norte do estado, Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero homenagear aqui, parabenizar o nosso deputado Jailson Lima, que terminou sua fala e que está de aniversário hoje. Então, faço o registro deste momento especial do deputado, por mais um ano de vida do nosso grande colega de bancada, o companheiro Jailson Lima.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Agradeço a lembrança e aproveito também, em nome da Presidência, deputado Jailson Lima, em nome da nossa amizade e do carinho que tenho por v.exa., para desejar um feliz aniversário, felicidades, e que continue a fazer esse bom trabalho que está fazendo por Santa Catarina aqui na Assembléia Legislativa.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar o presidente Rogério Mendonça, o deputado Jailson Lima, que completa mais um ano de sua existência. Quero também parabenizá-lo por sua ação junto ao Ibama, no estado de Santa Catarina, em benefício do município de Canoinhas, com relação ao frigorífico Aurora. Dr. Jailson Lima, muito obrigado por sua atuação.

Srs. deputados, hoje gostaria de me reportar ao deputado federal Edinho Bez, que é o relator da regularização da profissão de médico. A profissão do médico ainda não foi regularizada, mas nós acreditamos que nesse segundo semestre isso possa acontecer.

A comissão nacional, em defesa do ato médico, reuniu-se na sexta-feira com o Conselho Federal de Medicina e com representantes de diversos conselhos federais da área da Saúde, para discutir o texto do Projeto de Lei n. 0077/2006 e o deputado Edinho Bez é o parlamentar relator da proposta na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

O projeto irá regulamentar a área de atuação, as atividades dos cargos privativos de médicos, mas a proposta também prevê que sejam "resguardadas as competências próprias das diversas profissões ligadas à área de saúde", diz a explicação da ementa do projeto. Por isso, as demais profissões que também possuem questões a serem discutidas foram convidadas a debater.

O relator Edinho Bez avaliou que está chegando a um meio-termo a respeito das principais divergências que têm sido discutidas durante os últimos 12 meses. Foi dada seqüência ao diálogo e trouxeram pontos importantes baseados nas emendas recebidas. Segundo o deputado federal, 80% das emendas recebidas foram resolvidas. E neste segundo semestre teremos o parecer final dessa matéria que é importante para os médicos do Brasil.

Gostaríamos também de parabenizar o segundo senador da República do PMDB catarinense, deputado Adherbal Deba Cabral, o nosso Casildo Maldaner, deputado Carlos Chiodini, de Jaraguá do Sul, a quem ontem homenageamos por sua presença aqui. E o estamos homenageando hoje novamente, porque o nosso segundo senador do PMDB, Casildo Maldaner assumiu o Senado federal. Acreditamos que Santa Catarina terá, assim, dois senadores do PMDB defendendo os interesses do estado de Santa Catarina.

Parabéns, Casildo Maldaner! Desejamos uma profícua gestão nos quatro meses no Congresso Nacional.

Aproveitando a oportunidade, quero agradecer ao deputado federal Celso Maldaner que esteve conosco em Brasília reivindicando ações importantes do governo federal, como o licenciamento ambiental da Aurora. Também agradecemos ao Celso Maldaner por ter ido ao município de Canoinhas mostrar o que aconteceu no município de Maravilha, onde se iniciou a Aurora. Hoje o município de Maravilha possui um frigorífico com abatimento de 150 mil frangos por dia. E nós em Canoinhas teremos a Aurora com 300 mil unidades de frangos sendo abatidos por dia. E o deputado Celso Maldaner foi mostrar para o município de Canoinhas, para o planalto norte as experiências que teve no município de Maravilha e o que aconteceu no município depois da instalação da Aurora.

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Deputado Antônio Aguiar, primeiramente gostaríamos de parabenizá-lo pelos investimentos que estão sendo feitos com o apoio do nosso governador do estado Luiz Henrique da Silveira e também aproveitar para parabenizar o nosso ex-governador, ex-deputado federal, ex-deputado estadual desta Casa e que começou a sua vida política como vereador, o nosso querido Casildo Maldaner que hoje está assumindo o Senado federal. É uma pessoa querida e como ex-governador prestou relevantes serviços ao nosso estado de Santa Catarina e também ao Brasil.

Parabéns, Casildo Maldaner! Desejo um profícuo mandato nestes quatro meses que v.exa. ficará em Brasília.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Adherbal Deba Cabral.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao deputado Carlos Chiodini, de Jaraguá do Sul.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, representante legítimo do planalto norte catarinense.

Gostaria de dizer que são muito pertinentes as suas colocações quanto ao desenvolvimento econômico do planalto norte, e também no que tange ao trabalho da família Maldaner, do senador Casildo Maldaner, ex-governador, ex-deputado e toda sua trajetória política e que agora, com a cédência do espaço do senador Raimundo Colombo, tem esta oportunidade de muito bem nos representar no Congresso Nacional. Assim como a atuação de seu irmão, deputado federal Celso Mandaner, que tem dado uma atenção muito especial ao norte catarinense, a nossa região do vale do Itapocu e ao município de Jaraguá do Sul, em especial. Todas as vezes em que o prefeito ou as autoridades municipais procuraram o deputado Celso Maldaner, tiveram nele o seu acolhimento e também a sua atenção na atuação parlamentar, mesmo sem ter feito os votos lá, ou sem ter uma representação clara e um trabalho diário na região, mas tem atendido toda Santa Catarina com muito trabalho.

Parabéns pelo pronunciamento de v.exa!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini.

Queremos ainda registrar a sessão solene ocorrida ontem nesta Casa, quando o governador em exercício, Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, foi homenageado recebendo o título de Cidadão Catarinense.

Nós também estivemos presentes nesta sessão e queremos parabenizar o governador em exercício. Temos certeza de que na sexta-feira, quando ele inaugurará a

praça no município de Canoinhas, terá, sim, a homenagem da nossa terra como governador do estado.

Queremos nos referir à sessão solene das Federações dos Hospitais, que acontecerá no dia 25 de agosto, para tratar dos problemas dos hospitais que hoje enfrentam muitas dificuldades, porque a tabela do SUS é muito baixa, o governo federal, que está com os impostos, arrecadando muitos impostos na sua gestão, não está colocando a verba devida na saúde. Portanto, a tabela do SUS deve ser modificada e o governo federal, o governo Lula deve olhar com mais carinho para os hospitais.

Nós vamos fazer uma audiência pública para que haja novamente o investimento federal para os nossos hospitais, que carregam, sem dúvida nenhuma, a saúde do estado de Santa Catarina nas costas, e a eles não é dada a devida atenção.

Queremos, sim, que a tabela do SUS seja reajustada pelo governo federal, para que possamos, com este reajuste da tabela, dar condições aos hospitais e aos médicos para realizarem um trabalho mais digno.

Era o que tínhamos, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Terminado o tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Hoegen - Clésio Salvaro - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se sobre a questão da política que envolve produção de alimentos.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra presença do prefeito de Canoinhas.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Refere-se ao término da CPI da Moeda Verde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao trabalho do Corpo de Bombeiros no estado; presta homenagem aos policiais e bombeiros que morreram em acidente na cidade de Descanso, no ano passado.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Fala sobre o PLC n. 0014/2008, que fixa o efetivo máximo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Elogia a atuação da major Fátima; discorre sobre cesta básica da capital; aborda greve dos motoristas de transporte urbano.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Refere-se ao número de vagas nas universidades públicas.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Manifesta-se sobre o Dia Internacional do Cooperativismo.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discorre sobre instalação de indústria em Araranguá; fala do crescimento do estado com o governo da descentralização; reporta-se à duplicação da BR-101.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Tece considerações sobre a possibilidade de federalização da Furb; fala de projeto de sua autoria no sentido de alertar os motoristas sobre penalidades da Lei n. 11.705.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra importância da aprovação do PLC n. 014/2008 e da ampliação do número de policiais nas ruas; manifesta-se sobre aumento da inflação.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discorre sobre trabalho das máquinas na Serra do Faxinal; refere-se às denúncias publicadas no livro de Nei Silva.

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Com relação ao PLC n. 0014, registra requerimento pedindo votação em destaque com a emenda não aprovada na comissão.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Elogia atitude do governo de manar um substitutivo global ao PLC n. 0014/2008.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha voto favorável pela aprovação da emenda substitutiva ao PLC n. 0014/2008.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha voto favorável da bancada à emenda substitutiva ao PLC n. 0014/2008, pedindo sua implementação.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Presta esclarecimentos sobre as emendas ao PLC n. 0014/2008 e declara voto contrário.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Apela aos deputados da base para que acompanhem o seu voto favorável ao PLC n. 0014/2008.

DEPUTADO IVAN NAATZ (pela ordem) - Pede que o PLC n. 0014/2008 entre em prática e não fique apenas no discurso; encaminha voto favorável do partido à emenda do deputado Gelson Merísio.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Apela no sentido de que os deputados acolham a subemenda do deputado Gelson Merísio ao PLC n. 0014/2008.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Ressalta aspectos importantes do PLC n. 0014/2008; declara voto favorável à emenda do deputado Gelson Merísio ao PLC n. 0014/2008.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha voto favorável da bancada no mérito do PLC n. 0014/2008.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Libera bancada para votar e anuncia voto favorável ao substitutivo global ao PLC n. 0014/2008.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Cumprimenta governo e partidos pela iniciativa do PLC n. 0014/2008; registra Dia do Bombeiro Militar.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Declara voto contrário à emenda ao PLC n. 0017/2008, que transforma cargos do quadro da Magistratura e altera dispositivos da Lei Complementar n. 339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, e da Lei Complementar n. 367, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Esclarece os motivos do não acatamento das emendas apresentadas ao PLC n. 0017/2008.

DEPUTADO IVAN NAATZ (pela ordem) - Registra voto favorável do partido ao PLC n. 0017/2008; solicita que seja acelerado projeto que discute carreira dos servidores do Judiciário.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Justifica sua assinatura na emenda do deputado Valmir Comin ao PLC n. 0017/2008.

DEPUTADO VALMIR COMIN (pela ordem) - Enfatiza necessidade de Urussanga ser incluída na entrada final; apela pela aprovação da emenda ao PLC n. 0017/2008.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha voto contrário à emenda ao PLC n. 0017/2008.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Declara voto contrário à emenda ao PLC n. 0018/2008, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 398, de 2007, que transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Apela para votarem favorável à emenda do deputado Valmir Comin ao PLC n. 0018/2008.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Presta esclarecimentos sobre a emenda ao PLC n. 0018/2008.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Esclarece todo processo de negociação e atendimento do PLC n. 0008/2007, que altera o art. 2º da Lei Complementar n. 281, de 2005, que regulamenta o art. 170, os arts. 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual e adota outras providências.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Encaminha voto favorável da bancada ao PLC n. 0008/2007.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (pela ordem) - Encaminha voto favorável da bancada do PSDB ao PLC n. 0008/2007; manifesta-se sobre uma maneira de se encontrar recursos para atender alunos carentes.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha voto favorável ao PLC n. 0008/2007.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Sugere que governo compre as vagas nas universidades para alunos carentes.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Fala da necessidade de se construir uma política melhor para educação.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Aborda o PLC n. 0008/2007.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN (pela ordem) - Registra sua felicidade de ter participado da discussão do PLC n. 0008/2007.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Justifica ausência do deputado Décio Góes.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Justifica ausência do deputado Jandir Bellini.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha voto favorável do PT ao PL n. 0146/2008, que estende o Prêmio Educar, instituído pela Lei n. 014.406, de 9 de abril de 2008, com a denominação de Prêmio Jubilar, aos servidores inativos do quadro do Magistério Público Estadual da secretaria de estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial e estabelece outras providências.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute PLC n. 0049/2007, que altera critérios de concessão de vantagens pecuniárias e estabelece outras providências.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discute PLC n. 0049/2007.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Solicita realização de sessão extraordinária para votação do segundo turno das matérias já votadas.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Convoca membros da comissão de Agricultura e da Frencoop para reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Este Poder lamenta profundamente a morte do ministro Adhemar Paladini Ghisi, ocorrida em Lisboa, Portugal.

Adhemar Ghisi nasceu em dezembro de 1930 no município de Tubarão, em Santa Catarina. Foi professor, formou-se em Direito em 1954 pela faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Adhemar Ghisi foi deputado estadual de 1959 a 1962 e também de 1963 a 1967. Foi deputado federal de 1967 a 1971, de 1971 a 1975, de 1975 a 1979, de 1979 a 1983 e de 1983 a 1987, atuando, portanto, cinco mandatos consecutivos como deputado federal. Depois foi ministro do Tribunal de Contas da União e presidente do Tribunal de Contas da União.

Adhemar Paladini Ghisi era casado com Sônia Balsini Guisi e deixou três filhos.

Em nome deste Poder, e com a compreensão dos srs. deputados e da sra. deputada, peço um minuto de silêncio neste momento.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o que me traz à tribuna na tarde de hoje é exatamente esse momento político em que vivemos, em nível nacional e mundial, naquilo que diz respeito à questão da política que envolve a produção de alimentos, ao mesmo tempo também vinculada à questão do preço e do consumo dos produtos advindos da nossa agricultura camponesa, da nossa agricultura familiar, que é a grande responsável para colocar o alimento na mesa de cada um dos seres humanos.

Acompanhando um pouquinho o discurso dessa ou daquela intervenção, parece-me que se tenta atribuir o aumento dos produtos que vão à mesa dos nossos trabalhadores e trabalhadoras a questão política do governo do presidente Lula. Isso é interessante porque tudo aquilo que está acontecendo de bom na sociedade brasileira, os mesmos fazem referência ao governo do

PSDB, de Fernando Henrique Cardoso. Mas tudo aquilo que é ruim, que não é bom, tenta-se fazer um esforço terrível para jogar a responsabilidade em cima do governo do presidente Lula. Em nenhum momento se tenta buscar e pontuar a questão da causa do aumento dos produtos que fazem parte da vida, do dia-a-dia das pessoas do nosso país.

Qual seria a origem, a causa de tudo isso? Em nenhum momento se faz menção ao sistema globalizado, do qual a sociedade brasileira faz parte; ao mesmo tempo, em nenhum momento também se traz presente aqui as transnacionais, que têm o monopólio em cima de todos os insumos que fazem parte da diferente produção exercida pelos cidadãos e cidadãs brasileiros.

Eu gostaria de aproveitar o momento para dizer que, de acordo com a FAO, de um ano para cá, no Brasil, 23 milhões de hectares foram para a monocultura da soja e da cana-de-açúcar. Além disso, segundo a própria FAO, o aumento também tem sua origem na questão meteorológica, ou seja, na seca ou nas inundações que são provocadas pelo aquecimento global. Isso tudo tem a ver, mas existem causas também mais profundas que estão presentes na especulação das transnacionais que fazem parte desse sistema globalizado.

Nós temos hoje, em nível mundial, em torno de 40 grandes empresas. Podemos citar aqui algumas delas, como a Monsanto, a Cargill, a Bunge, a Continental Grin, a Bayer, a Coca-Cola, a Pepsi-Cola e por aí afora, que controlam a produção e o comércio agrícola de sementes, fertilizantes, agrotóxicos, e até mesmo o comércio da própria produção. Esse grupelho, que tem o monopólio e o domínio, teve em média 60% do lucro líquido no ano que passou. Quem é que está pagando essa conta? Quem paga essa conta?

Mas eu me lembro de que a empresa Ultrafertil foi negociada - aliás, nós estamos celebrando os 15 anos da privatização dessa empresa. Ela foi privatizada, se não estou enganado, no governo Itamar Franco, em 1993, e hoje faz parte da produção de todos os fertilizantes que têm o controle e o domínio a fim de fazer com que a terra possa produzir com qualidade e quantidade os nossos produtos.

Na época, foi privatizada com recursos públicos, sendo mais de R\$ 1 bilhão financiado pelo suor e pelo sangue do nosso povo brasileiro, e colocada nas mãos da iniciativa privada, de uma multinacional! É isso que temos de trazer presente nesse momento. E é em consequência disso que os preços estão subindo e a população está pagando. É por isso que temos que denunciar.

Temos que ter coerência porque não dá para viver numa sociedade em que alguns pagam a conta, enquanto outros, uma minoria, enriquecem ilícitamente, injustamente em cima do trabalho, do sacrifício dos brasileiros e das brasileiras. É preciso colocar um basta nisso.

Existe, sim, um incremento na questão dos preços dos alimentos, mas temos que buscar a origem. Onde está a causa? Aqueles que, hoje, criticam, ontem privatizaram, deram condições para que isso acontecesse.

Então, não dá para haver uma incoerência no discurso relacionado à prática. Nesse sentido, a fala na tarde de hoje já foi de minha iniciativa, ou seja, de uma denúncia ao Ministério Público!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, desejo registrar a presença, neste plenário, do prefeito de Canoinhas, sr. Leoberto Weinert, que revolucionou a cidade.

É uma honra recebê-lo em nossa Casa e estamos de portas abertas aqui na Assembléia Legislativa para o planalto norte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - É com prazer que a Presidência faz o registro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ivan Naatz, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. presidente, srs. deputados, membros da honrosa corporação militar do estado de Santa Catarina, instituição na qual tenho a honra de ter um irmão como praça nos seus quadros, aproveite a presença dos policiais aqui na Casa para dizer que o que trazemos à tribuna, hoje, é mais um caso de polícia. Terminou mais uma CPI sem nenhum resultado. Terminou a CPI da Moeda Verde sem ninguém ir para a cadeia, sem um relatório conclusivo, sem ninguém ser indiciado. A CPI da Moeda Verde terminou como começou, sem nada.

Essa é a maior vergonha do estado de Santa Catarina. Quando vamos colocar essas pessoas na cadeia? Quando vamos confiar no Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, por causa da vergonha que foi a operação Moeda Verde em nosso estado? Como é que eu, do Partido Verde, vou chegar nos municípios do estado e dizer que a CPI da Moeda Verde acabou em nada? Que exemplo estamos dando?

O relatório tem 400 páginas, 14 pessoas foram presas por um único dia e dois vereadores foram absolvidos. Um foi cassado e o outro, que havia renunciado, voltou à Câmara pela Justiça.

Há um prédio construído em área de manguezal, houve tráfico de influência, reconhecido pela polícia federal, exercido por aqueles que atuavam dentro da prefeitura de Florianópolis para beneficiar empresas; advogados se utilizaram do poder, da administração pública, para aprovar alvarás de obras irregulares; funcionários estavam envolvidos em corrupção ativa e passiva. Muitos crimes foram denunciado pela Justiça e nada aconteceu.

É mais uma CPI que se resolve e nada, ninguém vai para a cadeia, ninguém explica nada, não acontece absolutamente nada. A Moeda Verde foi vergonha nacional para a capital do estado, foi anunciada em todos os meios de comunicação do país, deputada Odete de Jesus.

Construíram em área de manguezal, em área de preservação permanente. Utilizaram-se do poder administrativo para conseguir alvarás e o que se resolveu? Nada! Ninguém foi preso, ninguém foi denunciado. Quando vamos acabar com isso? Quando?

É um caso de polícia, é uma vergonha a Moeda Verde ter acabado sem nenhum relatório. É uma vergonha que o processo da Moeda Verde tenha terminado sem uma conclusão. É mais um processo que está sendo empurrado para o Ministério Público, como se ele tivesse a obrigação de fazer a investigação que deveria ter sido feita pelo Poder Legislativo.

A Câmara de Vereadores de Florianópolis erra, e erra muito. Como é que eu, do Partido Verde, vou explicar isso para os meus filiados? Como é que eu, do Partido Verde, vou falar na capital, nos encontros nacionais que o poder público foi usado para a construção de obras irregulares? E aquela parafernália toda que foi feita pela Polícia Federal e que prendeu um monte de pessoas, o que foi aquilo? Foi uma piada? Uma brincadeira?

Esse é mais um exemplo negativo que o povo de Santa Catarina recebe. Quando é que vamos acabar com isso? São 400 páginas de relatório que não deram em absolutamente nada! Onde está o poder de polícia deste estado?

E não adianta vir aqui dizer que concluiu o relatório e que investigar é problema da polícia e do Ministério Público. Se a CPI não apurou, por que o Ministério Público tem que apurar? Se a CPI não concluiu, se ninguém foi indiciado, por que o Ministério Público tem que começar a dar exemplos positivos para o país? Quer dizer que podemos agora continuar desmatando, podemos construir em cima de área de manguezais, usar o tráfico de influência, fazer advocacia administrativa, agir com corrupção ativa e passiva em todos os órgãos e não vai acontecer nada? Isso é caso de polícia? Não! É caso de cadeia!

E não sou eu que estou dizendo isso; é uma conclusão. A Polícia Federal tem as fitas, houve a investigação, os documentos estão aí. Quando se acreditava que a CPI da Moeda Verde pudera dar um basta nessas questões de utilização de área de preservação permanente para construção irregular, vem mais um exemplo negativo.

Quando é que vamos parar com isso? Quando é que vamos ter, nas nossas entidades legalizadas, uma posição firme? Quando é que vamos botar gente na cadeia? Srs. policiais, quando vocês pegam ladrão de galinha, põem na cadeia! Quando vocês pegam um cara roubando no supermercado um prato de comida, põem na cadeia! Quando vocês encontram um ladrão de bicicleta, põem na cadeia! Quando vocês encontrarem um cidadão, que tomou um copo de vinho, dirigindo, vocês vão colocá-lo na cadeia! E o cara toma conta de tudo, constrói, ocupa a área de manguezal, faz advocacia administrativa, faz corrupção, utiliza-se do Poder Público para ganhar dinheiro, para se eleger vereador, e não acontece absolutamente nada?! Quando é que vamos parar de prender só pobres neste país?

Esse é mais um exemplo negativo que damos para a sociedade, para as pessoas deste estado, que não acreditam em absolutamente mais nada, e com razão. O Partido Verde faz aqui uma nota de repúdio contra a Câmara de Vereadores e contra as sociedades organizadas deste município, que permitem, em mais uma CPI, com 400 páginas acarretada de provas, a absolvição dessas pessoas. Quando é que vamos parar com isso de só negros, pobres e vadias serem presos neste país?

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, esse é mais um fato lamentável que nós carregaremos para a história e para os anais do município de Florianópolis. É chegada a hora de darmos um basta! Não é mais possível tolerar a impunidade. Ninguém quer outra coisa, deputados Pedro Baldissera, Ismael dos Santos e Adherbal Deba Cabral. Nós não aceitamos mais a impunidade! Ninguém aceita mais a impunidade! Ou este país entra no rumo e passa a punir todo criminoso, ou nós

vamos caminhar cada vez mais para trás; vamos caminhar cada vez mais rumo ao fracasso, ao descontentamento e à tristeza. E em muito pouco tempo o legislador não vai mais ganhar um carro ou um celular; vai ganhar um carro, um celular e cinco ou dez seguranças para poder andar na rua, devido a nossa omissão! Não nossa, mas de todos nós!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital, servidores públicos deste Poder, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente os policiais militares do estado de Santa Catarina, quero cumprimentar todos os oficiais aqui presentes, em nome do coronel Eliésio Rodrigues, comandante-geral da instituição; todos os praças que aqui estão neste momento: os praças do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO -; os praças do Curso de Formação de Sargento - CFS -; os praças que vieram espontaneamente para acompanhar esta sessão; e os companheiros membros da diretoria da Aprasc. É uma satisfação estar com todos os senhores aqui nesta tarde!

Quero agradecer a gentileza do deputado Dirceu Dresch, que aceitou a troca de horário para que este parlamentar pudesse fazer uso da tribuna, ainda antes da Ordem do Dia.

Hoje, dia 2 de julho, é o Dia do Bombeiro, e esta semana é também a semana de prevenção contra incêndio. Essa data foi instituída pelo Decreto n. 35.309, do dia 2 de abril de 1954, assinado pelo presidente da República, Getúlio Vargas.

Nós trouxemos um vídeo institucional, produzido pelo Corpo de Bombeiros de São José, e gostaríamos de reproduzi-lo neste momento para que toda sociedade, os telespectadores da TVAL e todas as pessoas aqui presentes possam acompanhar esse trabalho, que é um pouquinho do trabalho do Corpo de Bombeiros no estado de Santa Catarina. O vídeo foi produzido pelo Corpo de Bombeiro de São José.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Muito obrigado!

Então, essa é uma pequena parte daquilo que é o serviço dos bombeiros no estado de Santa Catarina.

Quero registrar também que, na data de hoje, algumas solenidades importantes alusivas à data estão acontecendo, como a inauguração do Corpo de Bombeiros da cidade de Modelo, que nos convidou, mas, por estarmos aqui hoje, infelizmente não vamos poder participar daquela cerimônia.

Foi realizada também uma cerimônia no Centro de Ensino do Corpo de Bombeiros, na manhã de hoje, e também, às 17h, será realizada no Corpo de Bombeiros de São José.

Queria aproveitar ainda os instantes finais deste pronunciamento para prestar uma homenagem a todos os irmãos de farda da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros mortos em serviço, e citar especialmente os seis que morreram naquele acidente trágico dia 9 de outubro do ano passado, na cidade de Descanso, quando atendiam uma ocorrência salvando a vida de outras pessoas.

Da Polícia Militar, naquele acidente, faleceu o soldado Ivânio Marcos Sehnen, da cidade de Maravilha. Do Corpo de Bombeiros, o militar soldado Evandro Daltoé, também de Maravilha; o cabo Leonir Francisco Bagatini, de São Miguel d'Oeste; o cabo Roberto Inácio Borghetti, de São Miguel d'Oeste; e o soldado Carlos Roberto Françozi, também de São Miguel d'Oeste. Além deles, morreu também o bombeiro voluntário Elio Moss, da cidade de Maravilha.

Então, faço essa pequena homenagem a todos os companheiros, aqueles que dedicam a sua vida a defender e a proteger a população, e que no exercício da profissão acabam perdendo a vida, perdendo a integridade física. Temos muitos companheiros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que, infelizmente, deputada Ana Paula Lima, encontram-se em situação de saúde muito grave, pelo fato de terem sido agredidos ou sofrido acidentes, quando no exercício da profissão. V.Exa. ainda ontem falava de um deles que está há quatro anos tetraplégico por ter levado um tiro em serviço e encontra-se aqui no nosso Hospital da Polícia Militar.

Então, fica aqui a nossa homenagem a todos os bombeiros de Santa Catarina. Nós, policiais militares aqui presentes, temos que continuar pensando que somos um corpo só que trabalha em defesa da Segurança Pública e em defesa da integridade da população do nosso estado de Santa Catarina.

Os companheiros bombeiros, hoje, no seu dia, merecem o nosso respeito e por certo a nossa consideração no sentido de que venhamos a continuar somando forças para fortalecer a Segurança Pública no nosso estado, que é formada por Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e outras instituições.

Sobre o PLC n. 14, da Lei n. 254, que continuamos reivindicando, falaremos em seguida, no próximo pronunciamento.

Muito obrigado pela atenção e até a vitória nesta tarde de hoje que teremos, com certeza, nesta Assembléia Legislativa.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Casa gostaria de agradecer a presença de todos os srs. policiais e das sras. policiais militares do estado de Santa Catarina, dos soldados e oficiais. Este Poder se sente muito honrado com a presença de todos vocês e certamente hoje aproveitaremos um projeto que deu entrada nesta Casa.

Sejam muito bem-vindos à Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina!

O último orador inscrito em Breves Comunicações é o sr. deputado Dirceu Dresch. Consulte se v.exa. gostaria de usar da palavra neste momento, pelo tempo de sete minutos, ou se passamos para o horário dos Partidos Políticos?

(O sr. deputado Dirceu Dresch manifesta-se no sentido da troca.)

Como houve a concordância do sr. deputado Dirceu Dresch no sentido da troca, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, conforme determina o Regimento Interno desta Casa. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e demais pessoas que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, coincidiu de falarmos por duas vezes em seguida, o que é bastante raro neste Poder, usando agora o tempo de cinco minutos do PDT.

Queremos falar que a nossa reivindicação acerca do pagamento daquela parte que falta pagar a Lei n. 254 continua, evidentemente, vigente. Vamos continuar trabalhando por ela, mobilizando-nos, reivindicando junto ao governo do estado e pedindo apoio a todos os srs. deputados, líder do governo e secretários de estado para que possamos avançar nesse sentido.

Mas quero falar do projeto de lei complementar que está tramitando nesta Casa, e temos a intenção de votá-lo na tarde de hoje. Devo dizer para aqueles companheiros que, eventualmente, não têm acompanhado o conteúdo da matéria que o projeto original de fato trazia alguns elementos que o poderiam melhorar; o projeto como um todo é importante e necessário, mas na versão original tinha alguns itens que deixava, nós, praças, numa condição de desproporcionalidade com relação aos demais segmentos da instituição.

Então, fizemos cinco emendas há mais de um mês, outros deputados também fizeram emendas, e parte delas, na negociação com o Poder Executivo, foi acatada. Nem tudo alcançamos, mas o que conseguimos melhorar foi o seguinte: criar uma proporcionalidade mínima no crescimento de vagas das graduações de praças com relação aos postos dos oficiais da nossa instituição. Então, uma proporcionalidade maior, mais parecida, entre praças e oficiais.

Conseguimos também - e essa era uma demanda antiga que tínhamos enviado na forma de indicação ao Poder Executivo e não tínhamos tido êxito - garantir que o cabo e o terceiro-sargento do quadro especial possam transitar para o quadro de carreira, realizando o respectivo curso, estando habilitado, assim, para continuar progredindo na carreira policial e bombeiro militar. Nesse caso também contempla Corpo de Bombeiro.

Nessa discussão também conseguimos garantir que sejam acrescidos ainda um percentual de vagas no quadro especial de cabo e de terceiro-sargento.

É claro que para os companheiros que estão aqui do Curso de Aperfeiçoamento de Sargento e do Curso de Formação de Sargento essas questões, ou as últimas que falei, não têm o interesse direto e imediato. Interessa a progressividade, a progressão na carreira, porque já estão no curso, já estão na carreira de sargento.

Fico muito feliz de ver, na tarde de hoje, vários companheiros do meu curso de cabo da Polícia Militar de 1987, srs. deputados. São 21 anos! Foram cabos durante 21 anos nessa instituição! Trabalharam na mesma graduação 21 anos! E nós sabemos que temos companheiros com 24 ou 25 anos na mesma graduação.

E agora, por conta do plano de carreira aprovado nesta Assembléia em 2006 - enfim começou a andar, embora precise caminhar numa marcha mais acelerada -, podemos vê-los aqui, na tarde de hoje, na condição de aluno-sargento da Polícia Militar. E por certo todos eles, por mais perto da reserva que estejam, serão promovidos, antes dos 30 anos de serviço, a segundo-sargento da Polícia Militar.

Isso com certeza orgulha-nos! Sabemos que temos muita coisa para avançar; sabemos que há muita conquista pela frente; sabemos que a Lei n. 254 está encravada; mas nos alegra e satisfaz-nos saber que nesses sete anos conseguimos avançar a ponto de ver os senhores aqui como aluno-sargento da Polícia, e que irei ver ainda na ativa muitos primeiros e segundos-sargentos dessa turma.

Parabéns a todos vocês, segundos-sargentos, que serão, inclusive, subtenentes da Polícia Militar. Essa é uma realidade que não estava dada há três anos e que se modificou.

É evidente que para isso - e não poderia deixar de falar por uma questão de justiça - nós temos que agradecer, sim, ao governador do estado nesse aspecto; nós temos que agradecer ao secretário da Segurança e aos deputados desta Assembléia Legislativa; ao líder do governo; às autoridades da nossa instituição; ao atual comandante e aos ex-comandantes que, enfim, na discussão e nos debates, acabaram concordando com esses avanços.

E nós vamos aprovar o PLC n. 014 e vamos continuar avançando, passo a passo, cada vez mais, rumo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, demais integrantes da Mesa, sras. deputadas e srs. deputados, quero dizer que a Polícia Militar de nosso estado de Santa Catarina, que veste esse uniforme cor de ouro da riqueza de nosso país e do nosso estado e que hoje nos honra com sua presença, pode contar com esta deputada porque ela está disposta a dar, hoje, o voto favorável para a promoção de todos os senhores que aguardam isso ansiosos.

Estivemos, hoje, reunidos com as quatro comissões, no Auditório Antonieta de Barros, já demos o nosso voto junto com o relator e estamos aqui agora para apreciar, com muita responsabilidade, o projeto que traz melhorias e amplia também o número de efetivos em nosso estado. E precisamos muito deles porque a demanda é muito grande e o nosso estado precisa do trabalho de todos os senhores.

Mas venho, hoje, para falar da major Fátima, essa mulher depravadora que é o orgulho das mulheres militares, uma vez que está sempre aqui presente, atuante e honrando a sua farda. E tenho certeza de que a major Fátima está aqui para conquistar a maioria dos votos dos srs. deputados e das sras. deputadas para este projeto tão importante para a Polícia Militar.

Venho também falar, deputado Ismael dos Santos, sobre a cesta básica da capital, que subiu 24,8% no semestre. Hoje em dia comer está sendo um prato de luxo! O feijão, que outrora era aquela comida do pobre, do trabalhador, está sendo vendido a preço de ouro.

Na página quatro do *Diário Catarinense* há a seguinte manchete: "Cesta trágica de alimentos". É trágica mesmo porque, segundo a reportagem, em janeiro o preço do feijão era de R\$ 3,88 e em maio passou para R\$ 4,85. A carne passou a custar R\$ 12,37.

Então, como já salientei, o trabalhador, hoje, tem que escolher: num mês ele paga o aluguel e no outro mês ele compra a sua cesta básica. Temos que rever esse salário mínimo. Hoje ele deveria ser R\$ 2,5 mil para que a pessoa pudesse se alimentar. Temos que voltar a abordar esse tema em outra oportunidade porque ele é muito polêmico.

Mas não poderia deixar de falar sobre o tumulto que ocorreu, hoje, na Grande Florianópolis, a vergonha, porque os sindicatos não respeitaram os trabalhadores, as crianças para que vão para o colégios, as pessoas que marcaram consultas ao médico e que ficaram presas no trânsito. O sindicato não avisou à população que haveria greve! Isso é falta de respeito e de ética para com a população da Grande Florianópolis! Esse é outro tema que voltarei a abordar em outra oportunidade, pois meu tempo está encerrando.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Odete de Jesus.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o eminente deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, Santa Catarina tem, hoje, aproximadamente 200 mil jovens que estão nas universidades. Desses, menos de 20 mil estão na universidade pública, na Universidade Federal de Santa Catarina, na UFSC; aproximadamente 20 mil estão na universidade estadual, na Udesc; e os outros 160 mil se dividem: grande parte está nas universidades do Sistema Acafe, 140, aproximadamente, e um percentual menor, de 15 a 20 mil, nas universidades chamadas particulares. E, do ponto de vista prático, para os alunos que estão matriculados, estar numa universidade pública particular ou numa universidade do Sistema Acafe é muito semelhante, até porque a mensalidade do curso também é muito semelhante.

É sabido que existem mais de 150 ou 160 mil jovens que não estão na universidade porque sequer têm a coragem de fazer o vestibular, uma vez que acham que depois não conseguirão pagar a sua mensalidade. E por isso muitos jovens quebram os seus sonhos, o sonho de uma qualidade de vida melhor para eles e para as suas famílias, até porque lhes é restritivo o direito da informação, o direito de uma capacitação maior para poder ganhar uma vida melhor porque têm uma faculdade.

Ontem, a senadora Ideli Salvatti andava pelo Senado na ponta dos pés por ter aprovado alguns projetos da sua autoria. Um deles justamente trata - e ainda terá que passar na Câmara - da reserva de vagas para jovens de origem negra, índios ou outras raças. Mas, em resumo, a reserva de vagas seria para jovens de origem étnica, e no meu entender a questão não está na origem étnica. Não são os negros, os mulatos ou os índios que não entram na universidade pública estadual ou federal, mas, sim, aqueles que têm um bolso mais polpudo e que podem ser

mantidos por seus pais num jardim-de-infância pago, na escola primária paga, no 2º grau pago, no ensino fundamental, de 1ª a 8ª séries, pago. E eles têm uma condição de estudo melhor porque o professor ganha mais e porque a gestão da escola é diferente da gestão pública. E ainda esse aluno é agraciado por uma família que também pode, pelo fato de dispensar mais tempo, acompanhar melhor o desempenho do seu filho no colégio.

Por isso os alunos da rede particular acabam ocupando um maior número de vagas do que a universidade pública oferece, seja estadual ou federal.

No meu entender, está certo o deputado federal e ex-ministro Paulo Renato, que defende a teoria de que a reserva de vagas teria que ser não exclusivamente para os negros ou para os índios, mas para os brancos de qualquer origem étnica cuja família, pai e mãe, ganhe até seis salários mínimos. Acredito que daí, sim, passe a fazer o efeito social desejado de quando se criou esse sistema de reservas de vagas que há anos eram ocupadas, na sua grande maioria, por alunos de famílias mais abastadas, como disse, porque tinham a base educacional da escola fundamental melhor estruturada.

Mas agora o sistema de reservas de vagas cria uma grande discussão nacional. Essas vagas precisam ser reservadas, ou a universidade pública, estadual ou federal, deveria ser exclusivamente para aqueles que não podem pagar ou para aqueles que têm uma quantidade menor de recursos?

Como disse anteriormente, mais de 150 mil jovens catarinenses não estão na universidade nem têm coragem de fazer o vestibular porque acham que não podem pagar a mensalidade com aquilo que ganham ou com aquilo que a família tem. Ora, nós precisaríamos, sim, destinar as 20 mil vagas que temos na universidade pública federal e estadual para essa classe social, para essa categoria social, certamente excluída durante décadas e décadas e que agora poderia, com essa reserva de vagas, ter acesso à universidade.

Por isso, sra. presidente e srs. deputados, sou contra a reserva exclusivamente pela cor, pois estaríamos dizendo que o neto ou o filho do Pelé tem preferência ao seu filho, ao meu ou a todos os nossos filhos. Não! Nós precisamos reservar as vagas não para quem é índio ou negro, mas para aquele que tem dificuldades financeiras, para aquele de qualquer cor cujas famílias ganham pouco e para os quais a universidade é um instrumento de ascensão social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Serafim Venzon.

Gostaria, sras. deputadas e srs. deputados, de dividir com v.exas. um convite que recebemos da major Fátima para participarmos amanhã, dia 3 de julho, da passagem do comando do 2º Grupo de Polícia Militar Rodoviária do subtenente PM Romildo Amauri Lopes para a segunda-sargento PM Cristina Moreira. Pela primeira vez, deputado Sargento Amauri Soares, em trinta e poucos anos de Polícia Militar, uma mulher assumirá o comando da Polícia Rodoviária.

Portanto, será amanhã, às 17h, na rodovia SC-470, Km 21. Certamente estaremos presentes para esse ato histórico.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopesla, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados e sra. deputada Odete de Jesus, também quero dividir, sra. presidente, o meu horário com o deputado líder do meu partido, Manoel Mota.

Inicialmente, quero cumprimentar toda a nossa Polícia Militar aqui presente nesta tarde e dizer da alegria e do prazer em tê-los aqui. Tenho, pela Polícia Militar de Santa Catarina, um profundo respeito e reconhecimento, pois sei do grande trabalho que presta para o estado de Santa Catarina. E hoje estão aqui para ver aprovado um projeto de interesse de todos. Precisamos deixar registrado que esse projeto tem a marca de todos os líderes, de todos os partidos e dos 40 parlamentares que estão aqui na Assembléia Legislativa.

Ele não é um projeto individual, deputada Ana Paula Lima, não é de um ou de outro parlamentar. Ele foi construído com todos os parlamentares que estão aqui. Vou dizer que foi a quatro mãos para poder atender, pelo menos, à maioria ou atender parte daquilo que é o anseio da Polícia Militar.

Mas venho hoje à tribuna para me manifestar sobre o Dia Internacional do Cooperativismo, deputado Reno Caramori, que acontece sempre no primeiro sábado do mês de julho de cada ano, srs. parlamentares.

(Passa a ler.)

"Em 1844, um grupo de tecelões, em Rochdale, nos arredores da cidade de Manchester, na Inglaterra, deputada Ana Paula Lima, estava passando por muitas dificuldades devido a uma crise no setor têxtil, onde trabalhava. Reuniu-se e formou uma sociedade para dividir os custos e aumentar os rendimentos. Essa sociedade foi denominada cooperativa.

De lá para cá esse tipo de união se proliferou pelo mundo todo, deputado Reno Caramori. Atualmente existem no mundo 240 organizações, quase 800 mil cooperativas e 750 milhões de membros individuais. A ACI - Aliança Cooperativa Internacional -, órgão máximo internacional, é membro das Nações Unidas e com representação junto à FAO.

No Brasil, as cooperativas foram responsáveis por um faturamento de R\$ 72 bilhões, em 2007, tiveram um crescimento de 6,15 em relação ao ano anterior e na região sul, RS, PR e SC, permanecem na liderança e tiveram um crescimento de 7,5%.

No nosso país, o sistema é representado pela OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras -, que atualmente representa 7.700 cooperativas, divididas em 13 ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, turismo e transporte.

Aproximadamente 7,8 milhões de brasileiros são associados a cooperativas, que empregam mais de 250 mil pessoas. Em Santa Catarina, a Ocesc - Organização das Cooperativas do Estado - representa o sistema como um todo. As cooperativas vêm registrando um crescimento exponencial superior a 20% ao ano. O faturamento global em 2007 foi de R\$ 9,1 milhões, cifra 17% superior ao ano 2003.

O sistema Ocesc é formado por 256 cooperativas em atividade de 12 ramos. Reúne 776.749 famílias catarinenses. Cerca de 30% dos associados em cooperativas em Santa Catarina são mulheres e 16% são jovens com menos de 25 anos de idade. Isso significa que, no conjunto, 1/3 da população de Santa Catarina está diretamente vinculado ao cooperativismo.

Para o desenvolvimento de suas atividades, as sociedades cooperativas empregaram diretamente 25 mil pessoas. Entre os ramos mais expressivos do cooperativismo catarinense está o agropecuário, que registrou estabilidade de crescimento em 2007: as 54 cooperativas agropecuárias, que reúnem 60 mil associados, faturaram no ano passado R\$ 6 bilhões.

A Fecoagro - Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina -, que reúne 11 das principais cooperativas catarinenses, congrega mais de 45 mil associados, centraliza compras conjuntas de insumos agrícolas e produtos de abastecimento, processa fertilizantes em fábrica própria em São Francisco do Sul, e mantém a divulgação dos produtos industrializados pelas cooperativas.

A Coopercentral Aurora, que reúne 17 cooperativas do sul do país, das quais 13 de Santa Catarina, atua no processo industrial de suínos, aves, rações e leite produzidos pelos associados das cooperativas filiadas. Mantém seis frigoríficos, indústrias de rações e inaugurou recentemente uma indústria de laticínios onde está processando inicialmente 600 mil litros de leite ao dia, devendo no próximo ano atingir a um milhão de litros.

As cooperativas de infra-estrutura, mais conhecidas como de eletrificação rural, são 27 no estado de Santa Catarina e reúnem quase 200 mil cooperados.

As cooperativas de crédito, segmento que registra o mais acelerado crescimento em Santa Catarina e no Brasil, atualmente são as entidades com maior número de cooperativas. São aproximadamente 350 mil associadas, reunidos em 65 cooperativas.

Cabe destacar a ação integrada das Unimed, cooperativas de serviço de saúde, que através de uma federação sediada em Joinville reúne todas as Unimed catarinenses, adotando procedimentos padronizados no atendimento aos usuários desse serviço, já reconhecido em nível nacional.

Outros ramos do cooperativismo também estão presentes em nosso estado, cada um na sua área de atuação ou região de abrangência, todos com serviços importantes de resolução de problemas comuns, através da união para as classes que representam.

Cerca de 25 milhões de brasileiros estão envolvidos com essa notável forma de associativismo. Um dos melhores indicadores sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, atesta que os impactos socioeconômicos de sua atuação se estendem às comunidades onde as cooperativas atuam e ao mercado internacional, com a expansão das exportações. Os resultados surgem no desenvolvimento, na melhor qualidade de vida e no bem-estar social."

Por isso deixo registrado aqui neste dia os meus cumprimentos. E quero pedir permissão a todos os srs. deputados que fazem parte da Frencoop aqui na Assembléia, da Frente Parlamentar Cooperativista, para, em seus nomes, cumprimentar as cooperativas de Santa Catarina que têm feito um grande trabalho para o desenvolvimento do associativismo e uma divisão de receita mais distribuída, fazendo com que a nossa sociedade possa ter um trabalho mais justo e mais digno. Parabéns a todas as cooperativas!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero cumprimentar o comandante da Polícia Militar de Santa Catarina, Eliezer Rodrigues, e em seu nome todos os oficiais aqui presentes.

Gostaria de cumprimentar, de uma forma muito carinhosa, toda a Polícia Militar e dizer que temos um projeto importante que chama a nossa atenção e a nossa responsabilidade e para o qual devemos dar uma resposta altamente positiva. Por isso sintam-se à vontade, porque o nosso encaminhamento está dentro da luta para o bem comum de todos os catarinenses.

Quero aqui registrar, ainda meio rouco, por causa das convenções, a alegria que eu tive no final de semana, na sexta-feira. A população, quando elege um político, é para buscar resultados e não porque ele é bonito, feio, cabeludo ou careca. Não! A população quer um político que dê resultados, e quando isso não acontece é mais um que frustra a população. Acho que esta é a resposta que temos que dar para a nossa região, ou seja, trabalho, responsabilidades e lealdade com o povo, com a nossa região e com Santa Catarina.

Eu venho lutando na minha região com a questão do dólar porque nós tivemos uma perda irreparável de emprego, pois quase 90% das empresas de calçados da minha região fecharam. São pessoas que vieram do interior para a cidade de Araranguá com a esperança e a perspectiva de melhores dias e porque tinham um emprego garantido. E de repente algumas fábricas de calçados fecharam, outras quebraram e deixaram todos na mão.

O setor madeireiro também está em dificuldades porque não tem como competir com o mercado internacional por causa do dólar. Nós viemos trabalhando e na sexta-feira vivi um dos momentos mais felizes nos 25 anos de vida pública, cinco mandatos no Parlamento e um como prefeito de Araranguá: vamos viabilizar uma indústria que vai se instalar, aproximadamente daqui a 15 dias, e que gerará mil empregos e um faturamento de R\$ 200 milhões/ano. Essa empresa viabilizou um companheiro de outra empresa muito grande, e na segunda-feira, às 14h30min, nós entregaremos o protocolo ao governador do estado. Será uma empresa que iniciará em Araranguá com mais de 2.100 empregos.

Essa é a resposta que precisamos dar para a população, é o resultado que alcançamos, fruto de muito trabalho, de muita responsabilidade e de muita lealdade com o povo daquela região.

Então, estamos vivendo este momento: Santa Catarina é o estado mais competitivo da federação, em termos de investimentos de outros estados ou de fora do país no nosso estado. E isso é fruto de quê? Da descentralização de um governo que não olha qual a região que cresce; de um governo que quer ver Santa Catarina se desenvolver como um todo. Mas para se colher os frutos cabe aos parlamentares trabalhar a fim de que os resultados venham para as suas regiões. E não poderíamos trabalhar diferente para buscar esses resultados que são importantes e fundamentais para as regiões. Alcançando esses objetivos, a nossa alma fica sossegada, em paz, porque estamos levando as respostas, os resultados para aqueles que, às vezes, estão desanimados em casa, precisando sentar à mesa com a sua família, com um pouco mais de dignidade. É isso que estamos alcançando.

Caro deputado Joares Ponticelli, a Serra do Faxinal não é mais um sonho. V.Exa. deve ir até Praia Grande para ver as máquinas roncarem. Esse não é um sonho do deputado Manoel Mota. O caro colega diz que eu sonho, acordo e, na minha imaginação, venho para cá discursar a respeito e as obras não acontecem. Deputado Joares Ponticelli, convido v.exa. para nós irmos um dia até Praia Grande e fotografar as máquinas. Assim, vermos a felicidade e a alegria da população, que há mais de 20 anos espera por essa obra, já que outros governos prometeram e nada fizeram. Mas o governador Luiz Henrique da Silveira está cumprindo e as máquinas estão trabalhando a todo vapor! Isso me deixa realizado porque é preciso buscar os resultados para cada região. Santa Catarina precisa crescer num todo.

Cabe a nós essa luta para que o Parlamento catarinense possa proporcionar os projetos importantes que irão viabilizar a vinda de várias empresas para se instalar em Santa Catarina. Entendo que estamos cumprindo com rigor essa missão, através do governador, Luiz Henrique da Silveira, e do vice-governador, Leonel Pavan.

Quero dizer também que ainda hoje vou entrar em contato com o superintendente do DNIT, pois em alguns trechos da BR-101 a empresa desistiu de fazer a obra e a outra empresa ainda não assumiu. A obra da BR-101 não pode parar em nenhum momento porque não há mais condições de se trafegar por lá. Por mais que a pessoa seja tranqüila, ao transitar pela BR-101 fica estressada.

É preciso buscar os projetos do Morro dos Cavalos, da Ponte de Cabeçadas, do Morro do Formigão para que, além dessas empresas que estão trabalhando devagar, possamos traçar uma linha e buscar com rapidez a duplicação da BR-101, um sonho de todos e uma realização do governo federal, que está fazendo, sim, em nossa região.

Por isso voltaremos à tribuna para defender os interesses do povo catarinense. Mas, com certeza, vamos votar um projeto importante...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até sete minutos.

O SR. ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, minhas saudações iniciais a todos os policiais militares que se fazem aqui presentes nesta tarde, inclusive alguns amigos de infância que se tornaram honrados policiais militares.

Quero também me juntar às saudações do deputado Sargento Amauri Soares pelo Dia do Bombeiro brasileiro, que desde 1954 é comemorado no Brasil.

Deixo aos nossos oficiais e praças da Polícia Militar o velho provérbio de que há duas fontes permanentes de alegria: o bem realizado e o dever cumprido. Sucesso na caminhada de vocês e contem com o nosso apoio nesta tarde!

Gostaria de aproveitar um gancho aqui do discurso do deputado Serafim Venzon, na perspectiva das nossas vagas gratuitas no ensino superior. Recentemente este Parlamento realizou, na cidade de Blumenau, uma audiência pública. Na região do vale do Itajaí, que tem mais de um milhão de habitantes, não há nenhum programa efetivo do governo federal no que diz respeito à expansão do projeto de ensino gratuito. Talvez seja a única macrorregião de Santa Catarina que ainda não tenha.

Discutíamos nessa plenária na Furb a possibilidade de transformá-la numa universidade federal, não só porque a nossa Furb apresenta uma belíssima estrutura física, um corpo docente qualificado, cursos com referência nacional, mas também se trata de uma instituição de direito público, e isso facilitaria o processo de federalização. São 15 mil vagas oferecidas pela nossa universidade.

Recentemente um plebiscito feito na região, com a participação de mais de 20 mil estudantes, deu uma adesão de 96,1% de pessoas favoráveis à federalização da Furb. E aquele debate promovido pelo Parlamento em Blumenau foi muito positivo, no sentido de socializar as idéias, promover a reflexão e mobilizar a sociedade com vistas à transformação da Universidade Regional de Blumenau em uma universidade federal pública, gratuita e de qualidade. Essa é uma bandeira que vamos continuar defendendo neste Parlamento.

Srs. deputados, vários jornais de Santa Catarina e do país estão colocando essa questão de beber e dirigir alcoolizado, mas em especial o jornal *Notícias do Dia* desta semana traz a seguinte manchete: "Motoristas alcoolizados. Polícia intensifica a fiscalização: 296 são detidos e 369 motoristas, multados".

É claro que tudo isso decorre da recente lei aprovada em nível federal, a Lei n. 11.705, que inclui não só a prisão, mas também a suspensão da carteira de motorista aos que dirigem após consumir bebidas alcoólicas.

Eu reconheço a legitimidade da intenção do governo federal. É bem verdade que há, hoje, uma polêmica inclusive nos meios de comunicação. Os números da Associação Brasileira de Medicina no tráfego deixam-nos um tanto quanto estarecidos: 38,3% das vítimas fatais no trânsito haviam ingerido bebida alcoólica. A cada ano no país são 25 mil mortos nas estradas brasileiras. Isso significa que temos, a cada dois anos, o mesmo número de mortes de uma guerra, como a Guerra do Vietnã, que teve 50 mil mortos.

Sabemos também, segundo o IBGE, que pelo menos cinco milhões de brasileiros bebem pelo menos uma vez por semana o equivalente a dois copos de cerveja.

Por tudo isso, sras. deputadas e srs. deputados, estou encaminhando a esta Casa, já dei entrada no processo legislativo, um projeto de lei que tenta pelo menos alertar os nossos motoristas sobre as penalidades da Lei n. 11.705. O projeto é simples, muito modesto, mas entendo que traz a sua contribuição no sentido de que todos os restaurantes, bares e similares do estado de Santa Catarina tenham de exibir, nas páginas onde são ofertadas bebidas alcoólicas como os menus, os cardápios, as cartas de bebidas, a seguinte informação: "O consumo de bebidas alcoólicas implica ao motorista uma multa de R\$ 955,00".

Infelizmente, muitos motoristas não ficam sensibilizados pelas mortes ocorridas no trânsito. Então, quem sabe agora fiquem, pela perspectiva de terem que colocar a mão no bolso para pagar a multa ao dirigir alcoolizado.

Esse projeto de lei que estou encaminhando vai um pouquinho mais adiante e propõe que em festa ou em eventos organizados, promovidos ou subvencionados pelo Poder Público, em que haja a venda de bebida alcoólica, essa informação conste nos copos utilizados para o consumo. Por exemplo, na Oktoberfest, em Blumenau, deputada Odete de Jesus, essa informação deverá constar nos copos de consumo, para que o motorista não esteja desavisado.

Eu espero contar com a acolhida deste Parlamento a esse projeto de lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, trabalhadores da Segurança Pública que estão aqui nos acompanhando no dia de hoje, visitantes, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital, eu quero registrar nesta Casa também, por parte da bancada do Partido dos Trabalhadores, a importância da aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 0014/2008, que fixa o efetivo máximo da Polícia Militar de Santa Catarina e dá outras providências.

Nós entendemos importante esse projeto porque ele cria um plano de cargos, abre novas perspectivas para setores da Polícia Militar, oficiais, ou seja, um conjunto de espaços e cargos dentro da polícia. Entendemos que ele é muito justo também porque há muitas pessoas que já cumpriam esse papel lá na ponta, mas não tinham reconhecimento em lei para cumpri-lo de fato.

Então, essa lei vem para contribuir na organização desse importante setor do estado de Santa Catarina, que é a nossa Polícia Militar, que faz todo o trabalho da segurança pública no nosso estado.

Eu quero, de fato, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, trazer o nosso apoio a esse projeto. E gostaria de dizer mais (eu já dizia isso na parte da manhã): como presidente da comissão de Segurança Pública, nós queremos, sim, que esse projeto seja aprovado e que esse conjunto de pessoas que está aqui da área da segurança nos ajude também. Com certeza em outros momentos estaremos juntos aqui pressionando o estado para abrir novos concursos públicos, porque isso vai ajudar lá na ponta para a nossa organização e para o efetivo trabalho da nossa Polícia Militar em Santa Catarina.

Uma das grandes demandas nossas é, sem dúvida alguma, justamente a ampliação do número de policiais nas ruas. Nós temos um efetivo máximo que vai para 10.013 pessoas, na área de soldados da Polícia Militar, e hoje nós temos entre 6.000 e 6.500 soldados da Polícia Militar nas ruas. Então, precisamos ampliar esse número também para, justamente, com um bom concurso público, prestarmos um bom serviço à comunidade.

Outro tema que eu gostaria de frisar aqui, hoje, que os meios de comunicação vêm divulgando - e tema esse tratado aqui ontem pelo líder do PSDB e divulgado há pouco pelo deputado Pedro Baldissera -, é o aumento do preço dos alimentos. Isso vem causando um processo de aumento da nossa inflação.

Eu queria só lembrar aqui a todos os catarinenses, a esta Casa e a todos que nos visitam que em oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso a inflação acumulada do IPCA foi de 100,67%, uma média de 9,96% ao ano. Nos cinco anos do governo Lula, a inflação acumulada foi de 33,91%, uma média de 3,71% ao ano. Portanto, 1/3 da média dos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso, também a inflação mensal média foi de 0,73% ao mês, sendo que em 2002 foi de 0,98% ao mês. Nos últimos cinco anos do governo Lula, a média mensal é de 0,3% ao mês, menos da metade do governo anterior, e em 2008 a média tem sido de 0,56% ao mês, metade da média do último ano do governo passado.

Então, temos que, de fato, reconhecer isso e perceber que estamos muito abaixo ainda desse período da meta inflacionária, enquanto no governo passado nós sempre estivemos acima da meta. Mas nós precisamos ver quais as razões da volta dessa pequena inflação.

Quero trazer, primeiro, essa questão da crise internacional de alimentos, em que a alimentação tem sido motivo para serem elevados os preços, e o deputado Pedro Baldissera lembrou muito bem aqui por que estão aumentando os alimentos em nível de Brasil e de mundo.

Em segundo lugar, quero trazer aqui o aumento da massa salarial. É necessário dizer aqui que a média de geração de emprego de 1995 a 2002 estava próxima a zero. Portanto, não se geravam novos empregos e precisamos dizer que a partir de 2004 houve um aumento.

Em 2004, a média de geração de emprego era de 1,9%; em 2005 era de 4,6%, em 2006 era de 6,4%; em 2007 era de 6,3% e o acumulado de abril de 2007 a abril de 2008 foi de 7,2%. Portanto, nós passamos nesse período com mais de 5,6 milhões de trabalhadores com carteira assinada e vamos chegar este final de ano próximos a oito milhões de novos empregos com carteira assinada.

Então, cresce a possibilidade de consumo do povo brasileiro, dos trabalhadores que têm carteira assinada, já que não se criavam novos empregos, aumentando-se também o poder aquisitivo do trabalhador. E isso mexe com a nossa economia.

Por último, eu gostaria aqui de dizer que houve um aumento do Produto Interno Bruto, que vem criando um aumento da demanda e do crédito. Então, em 2003, o crédito, que era de R\$ 26 bilhões ao mês, agora, em 2008, só no mês de maio, chegou a R\$ 51 bilhões para a pessoa física.

Então, o aumento da massa salarial, o aumento do PIB e o aumento do crédito possibilitam um maior consumo em nosso país e, conseqüentemente, há uma procura maior, causando falta de muitos produtos para consumo no mercado, o que propicia a inflação. Mas ela está sob controle e com certeza nós vamos ter um crescimento muito importante no nosso país e assim melhorar a vida do trabalhador.

Eu ainda iria falar aqui, hoje, sobre o lançamento do Plano Safra, que vai justamente mexer no aumento da produção de alimentos, e, amanhã, sobre o lançamento do Programa Mais Alimentos. Mas, como estou inscrito, vou comentar posteriormente esse tema que é importantíssimo para o nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, integrantes da nossa briosa Polícia Militar que comparece em grande número, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital.

Quero dizer, rapidamente, ao deputado Manoel Mota, com relação às máquinas na Serra do Faxinal que ele está anunciando, que não estranho. Afinal de contas, nós já estamos em campanha eleitoral.

Há seis anos neste governo, deputado Sílvio Dreveck, sempre que começa uma nova eleição eles colocam as máquinas para roncar na Serra do Faxinal. Passada a eleição, elas só roncam na cabeça do deputado Manoel Mota, porque lá na serra não roncam mais.

Deputado Ismael dos Santos, o desespero das vacas é grande. Elas têm medo de helicóptero porque pensam que é o governador chegando com mais uma ordem de serviço e que vão virar churrasco. É isso que está acontecendo há seis anos. Agora colocaram as máquinas de novo certamente para tentar ganhar a eleição em Praia Grande e em mais alguns municípios, mas não vão enganar mais, não! O povo está esperto, deputado Manoel Mota!

Mas quero pedir para a nossa assessoria que nos contemple com um filminho, e peça a atenção das sras. deputadas e dos srs. deputados para essas boas notícias que o deputado Manoel Mota insiste em não comentar e não explicar.

(Procede-se à apresentação de um vídeo.)

Eu concordo, pela primeira vez, deputado Pedro Uczai, com o secretário Ivo Carminati. Só que não só isso é caso de polícia. Este governo está virando um caso de polícia! Infelizmente, deputado Reno Caramori, o governo está virando um caso de polícia!

E aí quando nós vimos aqui com o livro, dois ou três de lá são escalados para vir aqui dizer que o livro é uma farsa. E agora? Amanhã irei trazer a reportagem do *Jornal do Almoço* de hoje, uma nova gravação telefônica entre o primeiro-ministro Ivo Carminati - é assim que ele é chamado nas bases do governo - e o Nei Silva, em que o primeiro-ministro Ivo Carminati reconhece mais uma vez a dívida e diz que vai pagar. Eles negam que tenham relação com essa grande operação criminosa montada no nosso estado para reeleger o governador e continuar dando sustentação ao maior esquema de corrupção já montado no estado de Santa Catarina.

Mas, como eu prometi ler um capítulo diariamente, hoje irei ler o capítulo chamado "Frustração geral em Gravatal". (Passa a ler.)

"Tudo correndo normalmente: helicóptero chegou, feitas as entrevistas para subirmos ao auditório. Governador e vice pousaram para fotos. Chega um exemplar da revista *Metrópole*, verifica-se que Eduardo Moreira aparece pelo menos em 23 fotografias, e mais: a revista só fala de Eduardo.

O vice-governador chama Ronaldo Benedet e Acélio Casagrande, este já injuriado com Gentil da Luz, pois a revista traz apenas 12 linhas e pequena coluna falando das ações de Casagrande. Quer contrariar um político em ascensão? É só deixá-lo quase fora da vitrine.

Então, Pavan disse: 'Essa revista vai dar m... com o patrocínio do BRDE'.

Em minha direção, com todos os motores ligados, vinha Ronaldo Benedet esbravejando contra os patrocinadores e contra o dinheiro público nela aplicado. 'Aqui tem empresas fornecedoras do governo. Eu estou respondendo em Criciúma por um processo semelhante. Meu Deus! Isso vai dar m...', disse o secretário Ronaldo Benedet.

E a m... efetivamente respingou por todos os cantos. O governador solicita que interrompam a reunião por alguns minutos, chama Gentil e diz: 'Você, Gentil, meu prefeito, como podes ter feito isso comigo? São quantas mil revistas?' Gentil responde: '30 mil'. 'Minha nossa, tu estás louco! Intercepte o caminhão! Onde está o caminhão distribuindo?' 'Está entre Criciúma e Içara'. 'Parem o caminhão onde estiver e recolham esse material'."

Amanhã continuo esse capítulo porque é muito interessante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Srs. deputados e sras. deputadas, fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, iremos agora votar as matérias que foram discutidas e aprovadas na reunião conjunta das comissões hoje pela manhã, conforme acordo de líderes.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0014/2008, de origem governamental, que fixa o efetivo máximo da Polícia Militar do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Para encaminhamento de votação, deputado?

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Não, é pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - É apenas para registrar que há um requerimento, que já deve estar na mesa, solicitando que seja feita votação em destaque com a emenda não aprovada na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Sim, deputado, será votada a emenda.

O Sr. Deputado Professor Grando - Peça a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grando, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Primeiro: é louvável a atitude dos dois Poderes, o Executivo e o Legislativo. Através do diálogo, das emendas propostas pelos srs. deputados, houve o reconhecimento do Poder Executivo, através do governador Luiz Henrique, em retirar a urgência do projeto, em acatar em parte essas emendas e fazer um substitutivo global. Para não tornar as emendas que geram despesas de forma inconstitucional, o sr. governador mandou um substitutivo global por iniciativa do Poder Executivo.

Isso é o diálogo, isso é importante e fundamental por parte daqueles que sempre prezaram pela democracia e pelas regras vindo da parte do governador, acolhendo as sugestões dos srs. parlamentares.

Esse substitutivo global não está agradando todos como deveria ser, mas é o que é possível. Portanto nós, com toda tranquilidade, votaremos favorável. Espero e tenho certeza, como membro da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, de que as demais lideranças irão encaminhar para o parecer favorável no dia de hoje.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Conforme requerimento, será colocada em votação a emenda.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente em exercício, deputado Clésio Salvaro, é necessário que se faça aqui um destaque com relação à participação de todos os segmentos para que pudéssemos encontrar esse ponto comum através do diálogo, o ponto de entendimento para que se pudesse votar, no dia de hoje, esse projeto importante para todos da Polícia Militar, desde a base até o topo da carreira dos integrantes da Polícia Militar de Santa Catarina.

Quero me permitir, sr. presidente, de forma breve, fazer referência que de 1995 até 1998 foram concedidas na Polícia Militar 830 promoções; de 1999 a 2002 foram concedidas 895 promoções; e do ano de 2003, do início do atual governo, até 2008 foram concedidas 2.548 promoções, sendo que em janeiro 2003 tínhamos 28 vagas de sargento do quadro especial, hoje temos 340 vagas e através da aprovação desse projeto passaremos a ter 391. Além do que, sr. presidente, para concluir, das vagas de cabo, em 2003 tínhamos 132 vagas, hoje temos 1.122 vagas e a partir da aprovação dessa lei teremos 1.299 vagas.

É por isso, sr. presidente, que a liderança do governo encaminha favoravelmente pela aprovação deste projeto que representa o entendimento, a unidade desde a base da Polícia Militar, desde a Aprasc, com a participação de todos os líderes, do deputado Sargento Amauri Soares, do comandante da Polícia Militar, do oficialato, enfim, de todos os segmentos que fizeram com que chegássemos a este momento importante que queremos destacar de entendimento dentro da Polícia Militar. E esperamos que venha contemplar o aumento de vagas e também melhorar o atendimento da Segurança Pública em Santa Catarina, nos nossos municípios e em todas as nossas cidades.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação da emenda, o substitutivo global, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, fico feliz em poder participar dessa votação. Eu, que estava de licença e retomei às atividades ontem, fui surpreendido na comissão de Constituição e Justiça porque não conhecia a matéria. Mas, em homenagem à essa unidade toda que se constituiu em torno desse projeto, já declarei meu voto naquela comissão na manhã de ontem, prática que não adotei ao longo do período em que integro a comissão de Constituição e Justiça. Ontem acabei votando a matéria sem conhecê-la porque a minha bancada já a havia estudado e eu sabia do grande interesse de toda corporação.

Eu espero que efetivamente o que está contemplado nesse projeto não vire letra morta, como aconteceu com grande parte da Lei Complementar n. 254. Eu me recordo quando esta Casa esteve superlotada por militares em setembro de 2003, e lá se vão quase cinco anos. E desde 15 de dezembro de 2003 - e talvez o problema tenha sido a data em que esta lei foi sancionada - a Lei n. 254 ainda é muito mais um aumento virtual e um cheque sem fundos do que uma conquista efetiva, deputado Pedro Baldissera.

Na ocasião da aprovação da Lei n. 254, a receita do estado era algo em torno de R\$ 350 milhões por mês, e foi-nos dito naquela ocasião que dependia do incremento da arrecadação para a implementação da lei. Pois bem, a receita de dezembro de 2003 para cá, deputado Reno Caramori, saltou de R\$ 350 milhões para quase R\$ 1 bilhão por mês.

Então, houve o incremento da receita e espero que não tenhamos mais que ouvir desculpas esfarrapadas e que essa lei que vai ser votada aqui hoje seja implementada de verdade e que não vire mais uma enganação, como até aqui, infelizmente, apesar da nossa luta constante, tem sido uma enganação a Lei Complementar n. 254.

Por isso a nossa bancada vai votar a favor e vai, deputado Silvio Dreveck, cobrar permanentemente o cumprimento integral da lei.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação da emenda substitutiva global ao Projeto de Lei Complementar n. 0014/2008, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, quero fazer aqui um esclarecimento, pois fui o relator desse projeto e intermediamos, ao longo dos meses, um entendimento entre as classes organizadas dentro da Polícia Militar e o governo do estado. Depois de muitas reuniões, muitos debates, chegamos a um entendimento e a uma conclusão. Houve um número expressivo de emendas, foram dez emendas de autoria de parlamentares. Tendo em vista que o entendimento foi feito entre ambas as partes, contemplou-se uma grande parte das emendas dos srs. parlamentares. Uma delas, que não foi contemplada nesse entendimento, é essa que hora estamos discutindo, de autoria do deputado Gelson Merísio.

Havia, inicialmente, a mesma emenda do deputado Renato Hinnig que nós não acatamos, e existia outra, mais ou menos idêntica, com apenas alguns postos a mais de oficiais, de autoria do deputado Marcos Vieira, que também não acatamos por não fazer parte do entendimento e do acordo.

Posteriormente, o governo enviou a esta Casa duas emendas, com as quais nós fizemos um substitutivo global e apresentamos no dia de ontem.

Hoje pela manhã o deputado Gelson Merísio apresentou uma emenda idêntica a do deputado Renato Hinnig que nós havíamos não acatado, a exemplo daquela do deputado Marcos Vieira, inscrita também pelo deputado Marcos Vieira. No entanto nós também resistimos por não fazer parte do acordo que ajudamos construir.

No entanto agora, regimentalmente legal, o deputado Gelson Merísio pede destaque da emenda em plenário.

Eu só queria apenas fazer esse esclarecimento aos deputados para que todos soubessem da realidade, da discussão e do difícil entendimento que foi durante esses meses para chegarmos a um acordo na conclusão de um projeto, de um substitutivo global que atendesse aos anseios de ambos os lados. Foi uma das primeiras vezes que conseguimos buscar esse entendimento depois de muitas conversações e reuniões.

Faço esse esclarecimento porque entendo que, se houver um veto por parte do governo do estado, tem que haver no substituto global e não apenas na subemenda ao substitutivo global. Não estou afirmando - nem tenho autoridade para isso - que o governo vai vetar, mas se vetar a emenda, vai ter que vetar o substitutivo global porque há anexos que fazem parte dele.

Esse é o esclarecimento que eu queria fazer, além de deixar também o meu voto, que vai ser contrário. Não que eu seja contra à questão dos capelões, e vou dizer por que, já que muitos não devem estar entendendo. É que o projeto original contempla um major-capelão e um segundo-tenente-capelão. A emenda do deputado Gelson Merísio, que ora está em destaque, tem um tenente-coronel, um major e dois tenentes. Ao invés de dois, são quatro oficiais. Essa é a mudança que está em questão e para a qual o meu voto será contrário, em respeito, primeiro, à legalidade, porque essa emenda causa despesa e é inconstitucional, e, segundo, em respeito aos dois colegas.

Esse é o esclarecimento que eu gostaria de fazer porque fui o relator e acompanhei do começo ao fim toda a conversação com relação a esse projeto.

Quero parabenizar o governo do estado, o comandante da Polícia Militar e todos os segmentos da Polícia Militar envolvidos nessa discussão por terem chegado e esse entendimento e construído um projeto que fosse favorável para todos.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado autor da emenda Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Em primeiro lugar, gostaria de dizer que nesta Casa nós temos o salutar hábito de cumprir aquilo que acordamos.

Hoje pela manhã, quando não houve, por parte do relator, a possibilidade de, na comissão de Constituição e Justiça, incluir e acatar a emenda, eu iria fazer na comissão de Finanças, que a remeteria novamente à comissão de Justiça para votarmos só a emenda. Houve, por parte do relator, a solicitação que fosse feito como um destaque hoje, na parte da tarde, uma vez que há, sim, concordância com relação à emenda, inclusive por parte da Polícia Militar, fruto da conversas que tivemos na tarde de ontem e também hoje pela manhã.

Acho extremamente meritória a ponderação. Essa emenda foi inscrita por mim, pelo deputado Marcos Vieira e também pelo deputado Renato Hinnig, mas foi patrocinada pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia, e pelo ex-deputado e hoje desembargador João Henrique Blasi, que tinha esse entendimento quando estava aqui. E hoje estou fazendo esse encaminhamento em nome do deputado Julio Garcia e também do ex-deputado estadual e agora desembargador João Henrique Blasi.

Faço um apelo aos deputados da base para que acompanhem o meu voto porque, na prática, o que muda é que dos 132 tenentes-coronéis, 131 permanecem na atividade fim e um passa a ser tenente-coronel-capelão, que é a possibilidade de progressão na carreira para quem já está nela há mais de 20 anos.

Por isso é absolutamente meritório, justo e precisamos de 21 votos para ser aprovado. Assim, quem vai dizer se vai ser aprovado ou não será a base governista, que vai ter que se associar aos demais deputados.

Portanto, peço o apoio de todos para que possamos aprovar a matéria, até porque, não fosse dessa forma, nós teríamos votado hoje pela manhã na comissão de Finanças porque tínhamos a maioria para aprovar, e também na comissão de Constituição e Justiça. Ela veio a plenário porque havia o entendimento de que seria uma manifestação pacífica nessa comissão e, como disse, nós temos uma tradição de cumprir aquilo que acordamos nesta Casa.

O Sr. Deputado Ivan Naatz - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Ivan Naatz.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. presidente, só queria, em nome do Partido Verde, referendar as palavras do deputado Joares Ponticelli. Esperamos, sinceramente, que esse projeto não seja, como disse o deputado Joares Ponticelli, mais um cheque sem fundos do estado de Santa Catarina, e que efetivamente, depois da aprovação, nós possamos sair daqui com a efetividade, porque não se pode confiar muito no governo do estado de Santa Catarina - não é um governo que mereça muita confiança.

Mas nós imploramos aqui, tendo em vista essa atitude da Assembléia legislativa, que se uniu e o projeto será aprovado, hoje, com o nosso voto, para que efetivamente ele entre em prática e não fique apenas no discurso, como aconteceu com a Lei n. 254, que fere toda a classe de policiais, iniciando pelo praça e indo até o comandante da Polícia Militar.

Então, o encaminhamento é de que o governo efetivamente cumpra a lei para simplesmente não acontecer de nós nos organizarmos aqui, aprovarmos a matéria e depois ela virar mais um cheque sem fundo, mais uma letra morta jogada nas cadeiras do Executivo.

Assim, com relação à emenda do deputado Gelson Merísio, o Partido Verde votará favoravelmente.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, são duas as colocações que desejo fazer. A primeira delas é para complementar uma informação do deputado Herneus de Nadal. Quando do encaminhamento de votação, ele se referiu tão somente às promoções dos praças da Polícia Militar. Mas no atual governo, desde 2003, os oficiais da Polícia Militar de Santa Catarina já tiveram 820 promoções. Então, nesse processo todo, os oficiais também alcançaram os seus objetivos.

Sr. presidente, quanto à emenda apresenta pelo deputado Gelson Merísio, que eu também subscrevi, eu gostaria de dizer que, quando da entrada do presente projeto de lei complementar nesta Casa, quando da designação do deputado Romildo Titon, avocado o projeto por ele para relatar, eu apresentei a emenda que atendia aos capelões da Polícia Militar. E achei pertinente a solicitação feita por vários segmentos da Polícia Militar e apresentei a emenda, mas ela restou rejeitada no relatório do deputado Romildo Titon. E hoje, na reunião extraordinária, quando o deputado Gelson Merísio apresentou a emenda, decidi subscrevê-la, por continuar entendendo que ela é pertinente. E faço um apelo a todos os demais deputados desta Casa para que acolham a subemenda assinada pelo deputado Gelson Merísio e também por mim.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero ressaltar alguns aspectos importantes desse projeto de lei complementar. Por exemplo, nós estamos saindo de uma realidade, hoje, de 103 subtenentes para 200 subtenentes; de 238 primeiros-sargentos para 549; dos atuais 500 segundos-sargentos para 919; dos atuais 644 terceiros-sargentos para 1.649; e dos atuais 826 cabos do quadro de carreira para 3.531.

É claro que isso não vai acontecer de forma imediata, de forma progressiva, começando agora e estendendo-se até o ano que vem e nos períodos dos anos seguintes até chegar à totalidade desses números.

Do quadro especial - e eu já falei e também o deputado Herneus de Nadal falou anteriormente, fazendo uma relação dos últimos seis anos -, queria falar só da mudança atual no projeto de hoje. Terceiro-sargento do quadro especial: nós temos 340 e vamos para 391, aumentando 51 vagas. Do cabo do quadro especial: das atuais 1.122 vamos para 1.290, aumentando 168 vagas. Essas do quadro especial de cabo e de terceiro-sargento não vai haver nenhuma trava. A partir de agora até o mês de maio do ano que vem vai acontecer esse aumento de vagas ao qual eu estava me referindo aqui, para garantir que nas datas de promoção nós tenhamos uma proporcionalidade também de promoção entre oficiais e sargentos, mas também de cabo para sargento e de soldado para cabo.

Essa é a nossa posição também e alguns avanços que nós conseguimos ter nessas negociações às quais se referiram os demais deputados que se manifestaram anteriormente.

Com relação à emenda do deputado Gelson Merísio, que era uma emenda que também foi assinada pelos deputados Marcos Vieira e Renato Hinnig e que não estava contemplada o substitutivo global, a nossa posição é de que essas questões sejam resolvidas na esfera do círculo dos oficiais.

No entanto, aceitando e entendendo a importância de votarmos na tarde de hoje esse projeto; entendendo a importância dos acordos que vieram sendo feitos e que foram feitos de ontem para hoje na comissão de Constituição e Justiça, com o próprio deputado Gelson Merísio; e pelo fato de termos encaminhado com essa celeridade para votação em plenário, a minha posição é favorável à emenda do deputado Gelson Merísio e o nosso voto, portanto, vai ser favorável, até porque ela iniciou pelo pedido do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia, e também pelo pedido do desembargador João Henrique Blasi.

Dessa forma, vamos votar favorável à emenda do deputado Gelson Merísio para que possamos, na tarde de hoje, sair daqui tendo votado o primeiro turno do PLC n. 014, o segundo turno e a redação final. Depois da redação final é que daremos por encerrada a nossa participação, porque quando se vota a redação final é que definitivamente está resolvido e encaminhado, somente dependendo da sanção do chefe do Poder Executivo, o governador do estado.

Esse é o nosso encaminhamento e muito obrigado pela atenção. Obrigado a todos os deputados pela colaboração e pelo apoio nesse processo de discussão; a todas as autoridades do governo, como já me referi antes, do Poder Executivo, aos secretários Antônio Gavazzoni e aos outros secretários; e às autoridades da Polícia Militar. E obrigado também aos companheiros praças da Polícia Militar pela paciência, principalmente aos sargentos, que estavam ansiosos pela aprovação desse projeto. Estávamos pedindo calma justamente para que pudéssemos ter mais alguns avanços que são legítimos, interessantes e necessários dentro da nossa instituição.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A bancada do Partido dos Trabalhadores tem como sua concepção e seu projeto político fortalecer as políticas públicas do estado. E quando estamos aprovando esse projeto, o objetivo último é que melhore cada vez mais a Segurança Pública e que se construa uma política de segurança pública no estado, permitindo mais efetivos na Polícia Militar de Santa Catarina.

É com esse espírito que a bancada vota favoravelmente ao projeto para que cada vez mais a corporação se fortaleça, construindo assim segurança para o cidadão catarinense. Foi com esse espírito que nós aprovamos o projeto e toda a nossa bancada, os nossos deputados do Partido dos Trabalhadores, votará favoravelmente no mérito dele.

Parabéns por todo o acordo construído e no mérito do seu projeto nós votaremos favorável porque os militares merecem construir uma política de cargos e salários de carreira que venha a contemplar e reconhecer o seu trabalho e o seu papel na Segurança Pública de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, esse projeto teve uma discussão profunda nesta Casa, há muito tempo estamos discutindo com os segmentos da Polícia Militar no sentido de achar um melhor encaminhamento possível.

O eminente deputado Romildo Titon fez o possível e o impossível para achar um denominador comum que pudesse atender a todos os segmentos.

Então, evidentemente, que algumas emendas não foram acatadas. A emenda do deputado Gelson Merísio e a do deputado Renato Hinnig eram as mesmas e naquele momento não houve o acatamento. Mas, com um estudo profundo, entendemos que hoje o encaminhamento da emenda do deputado Gelson Merísio tem fundamento e é importante. E não quero desmerecer o relator, que fez um trabalho extraordinário e responsável.

Portanto, a nossa bancada se encontra ainda indecisa e, portanto, nós vamos liberá-la para votar conscientemente naquilo que for o melhor. Eu já me posicionei: vou votar pela emenda porque eu entendo que ela é importante.

Este é o encaminhamento: a bancada vai ficar livre e soberana para votar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a subemenda e os que votarem "não" rejeitam a subemenda do substitutivo global ao Projeto de Lei Complementar n. 0014/2008.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CARLOS HOEGEN	sim
DEPUTADO CÉZAR CIM	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	Abstenção
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVEK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Votaram 29 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 28 votos "sim", nenhum voto "não" e uma abstenção.

Está aprovada a emenda.

Em votação o Projeto de Lei Complementar n. 0014/2008, com a emenda substitutiva global, sem prejuízo à emenda.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CARLOS HOEGEN	sim
DEPUTADO CÉZAR CIM	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO SARELLO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Votaram 33 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 33 votos "sim".

Está aprovado o projeto em primeiro turno.

(Palmas)

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, eu só gostaria de aproveitar a oportunidade para cumprimentar o governo do estado de Santa Catarina pela iniciativa e todos os partidos que costuraram esse acordo que originou nesse projeto de lei complementar.

Mas gostaria de registrar aqui a oportunidade do dia, porque hoje se comemora o Dia do Bombeiro Militar, uma instituição que é composta, grande parte, pelos membros da corporação da nossa briosíssima Polícia Militar.

Quero só cumprimentar os membros da corporação da Polícia Militar em Santa Catarina e fazer um cumprimento especial desta Casa ao nosso Corpo de Bombeiros, que muitos serviços importantes têm prestado a Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0017/2008, de autoria do Tribunal de Justiça do estado, que transforma cargos do quadro da Magistratura e altera dispositivos da Lei Complementar n. 339, de 2006, que dispõe sobre a divisão e organização do estado de Santa Catarina, e da Lei Complementar n. 367, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Em discussão a emenda ao Projeto de Lei Complementar n. 0017/2008.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, nós estamos discutindo a emenda ou o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A emenda.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - A nossa bancada vai votar contrário à emenda. Ocorreu que recentemente uma emenda aqui aprovada interferia na organização do Poder Judiciário e foi fruto de uma Adin no STF. E para não causar um novo constrangimento nosso com o Poder Judiciário, nós votaremos contrários à emenda proposta.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, só quero saber quais são as emendas. Há duas emendas que foram rejeitadas. Gostaria de saber se é a de autoria do deputado Joares Ponticelli ou a de autoria de v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A emenda é de autoria de vários srs. deputados.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - É com relação ao município de Içara ou de Urussanga?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Essa emenda é assinada pelo colega Valmir Comin e por vários deputados. É sobre a comarca de Urussanga.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, entendi e só quero fazer uma justificativa no encaminhamento de votação. Fui relator desse projeto e existiam duas emendas. Uma de v.exa., sr. presidente, que incluía em instância final à comarca do município de Içara, e a outra de autoria do deputado Joares Ponticelli, que incluía a comarca de Urussanga, também em instância final. Demos parecer contrário. Não acatamos nenhuma das emendas pelo seguinte fato - e quero deixar bem claro -: v.exas. certamente lembram que num curto espaço de tempo discutimos e votamos aqui um projeto de lei do Tribunal de Justiça que alterava as questões das comarcas no estado de Santa Catarina. Houve também uma emenda do deputado

Joares Ponticelli, que tinha todas as razões para pleitear para a sua região. Ela não foi acatada pelas comissões e houve um pedido de destaque aqui no plenário; foi vencido, votado e recentemente o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade daquela emenda. Portanto, não teve validade.

Anexei essa decisão do Supremo aos autos do projeto que está com v.exa. para que todos os deputados tomem conhecimento de que se aprovarmos qualquer uma dessas duas emendas ou mesmo essa que está sendo discutida neste momento também será argüida a inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, não acatamos e esse é o motivo pelo qual os deputados estão pedindo destaque aqui em plenário. Faço essa justificativa. Não tenho nada contra a comarca de Urussanga, apenas como presidente da comissão de Constituição e Justiça tenho que zelar pela legalidade das matérias que aqui tramitam.

O Sr. Deputado Ivan Naatz - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Ivan Naatz.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. presidente, na verdade, os servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, dos mais simples ao mais graduados, aguardam há anos uma manifestação do Poder Executivo sobre a reforma do quadro. Estamos num processo, aguardando o projeto de lei que tramita nesta Casa que pede o reenquadramento dos funcionários do Poder Judiciário como um todo nas classes mais baixas do Poder Judiciário, excluindo apenas os juizes e promotores. Esse projeto tramita nesta Casa há muito tempo e está agora sob diligência no Ipsc para o estudo do impacto financeiro a passos de tartaruga. Os menos graduados do Poder Judiciário aguardam uma posição desta Casa e do Executivo. No entanto, o Tribunal de Justiça nos manda um projeto e, a toque de caixa, é aprovado.

Quero registrar aqui que votaremos favoravelmente ao projeto porque é bom para Santa Catarina e para o Poder Judiciário. Mas também exigimos que os menos graduados do Poder Judiciário de Santa Catarina, aqueles que labutam todos os dias nos fóruns e nos corredores das nossas instituições jurídicas, no Tribunal de Justiça e nas comarcas do interior, tenham também sua reposição, seu reenquadramento.

Esperamos que essa questão do Ipsc seja resolvida com urgência para que possamos, o mais rápido possível, também corrigir a carreira dos servidores do Judiciário.

O Partido Verde vota favoravelmente, mas pede que seja acelerado o projeto que discute a carreira dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, na verdade, não seria bem um encaminhamento de votação, até porque estamos com o nosso líder na Casa. Mas gostaria de justificar a minha assinatura nessa emenda que o deputado Valmir Comin está pedindo para que seja votada aqui.

Estava olhando todo o contexto da emenda e as suas explicações e eu me convenci de que realmente o município de Urussanga deve ser também incluído nesse pacote, até porque no referido município, pelo que vi, e o deputado Valmir Comin me mostrava, há 24 mil processos correndo naquela localidade, enquanto em outros, que estão sendo aquinhoados aí, há nove mil. Há municípios com quatro mil ou com 11 mil processos. E Urussanga, que está sobrecarregada com cerca de 24 mil processos, está ficando fora desse pacote.

Assim, eu me convenci que realmente é interessante a inclusão desse município também nessa votação. Por isso assinei junto com o autor da emenda para que ela possa ser aprovada.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o autor, deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - (Passa a ler.)

"Inicialmente ressaltar que a iniciativa de elevação e compactação de entrâncias é medida deveras louvável, e certamente trará inúmeros benefícios à Magistratura catarinense.

Destarte, analisando com atenção algumas comarcas de entrância intermediária, que serão elevadas para final, de acordo com o projeto de lei complementar, é possível verificar que a comarca de Urussanga também comporta a referida elevação, seja pelo número de processos, movimento forense, receita tributária e número de habitantes, dentre outros fortes indicativos.

Apenas a título exemplificativo e comparativo, a partir de dados extraídos do SAJ, de abril de 2008, e censo de 2007, tracei um paralelo entre as comarcas de São Miguel d'Oeste, Mafra e São Joaquim, todas de entrância intermediária, contempladas com a compactação para final. Vejamos então:

A comarca de São Miguel d'Oeste é composta pelos municípios de São Miguel d'Oeste, Guaraciaba, Paraíso, Bandeirantes e Barra Bonita. Possui uma população global de 53.697 habitantes e duas varas, em um total de 9.075 processos.

A comarca de Mafra é composta apenas pelo município de Mafra, com uma população de 51.014 habitantes. Possui duas varas, com um total de 8.563 processos.

A comarca de São Joaquim, composta pelos municípios de São Joaquim, Bom Jardim da Serra e Urupema, tem uma população global de 30.773 habitantes. Possui duas varas, com um total de 4.283 processos.

Nesse diapasão, colhendo os dados referentes à Urussanga, obtive o seguinte resultado: a comarca de Urussanga é composta pelos municípios de Urussanga, Morro da Fumaça e Cocal do Sul, com população global de 48.577 habitantes. Possui duas varas com um total de 19.499 processos.

Salienta-se, por oportuno, que recentemente Urussanga teve agregado ao seu território a comunidade de São Pedro, antes pertencente ao município de Pedras Grandes.

Frise-se que os habitantes de São Pedro, cerca de 160 famílias, não estão computados nos dados estatísticos ora trazidos, vez que a reconfiguração territorial foi publicada no *Diário Oficial* do estado apenas no dia 25 de abril de 2008, estando o censo atualizado até 2007.

Assim, comparando-se os dados trazidos, verifica-se que a comarca de Urussanga possui uma quantidade de processos muito superior aos das comarcas de São Miguel d'Oeste, Mafra e São Joaquim. Note-se que o volume de processos de Urussanga corresponde quase à soma dos feitos das três comarcas de entrância intermediárias então citadas."

Ou seja, amigo deputado Nilson Gonçalves, a comarca de Urussanga sozinha tem mais processos que as três juntas. E com relação ao número de habitantes, percebe-se que as quatro comarcas estão praticamente equiparadas, mas Urussanga possui uma população superior a de São Joaquim.

(Continua lendo.)

"Acaso a comarca de Urussanga continue na entrância 'inicial', infelizmente a região mais rica do sul do estado, deputado Herneus de Nadal, a Amrec, terá apenas uma comarca de entrância especial, em Criciúma, e todas as demais de 'inicial', sem nenhuma de entrância 'final'.

Lembre-se que Araranguá, no extremo sul do estado, pertence à região da Amesc, e Tubarão à Amurel. Não é demais ressaltar que a comarca de Urussanga é mais antiga que a de Criciúma - 'especial' -, esta última instalada em 31/12/1943 e aquela em 29/07/1925."

Então, o que faço aqui, srs. deputados e sras. deputadas, é um apelo, por uma questão de justiça. Eu não consigo entender qual o critério adotado pelo Tribunal, em que a comarca de São Joaquim, com quatro mil processos - e nada contra São Joaquim -, é contemplada. Assim, o questionamento que faço é como pode uma comarca de entrância final, como São Joaquim, com quatro mil processos, estar sendo contemplada e Urussanga, a comarca mais antiga do sul de Santa Catarina, com 21 mil processos, ficar de fora? Realmente isso nos deixa perplexos. Qual é o critério técnico utilizado para se chegar a essa conclusão?

Por isso apelo pela aprovação da emenda, incluindo Urussanga na entrância final.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, o parlamentar tem a atribuição, o direito de propor emendas. No entanto, nós esbarramos no vício de origem previsto na nossa Constituição, e também na independência e na autonomia dos Poderes, aqui no caso do Poder Judiciário.

Por isso este deputado, mesmo sabendo que é uma emenda meritória dos nobres deputados, encaminha contrariamente às emendas que propõem as criações aqui referidas e as alterações propostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" a rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR não
DEPUTADO CARLOS CHIODINI não

DEPUTADO CARLOS HOEGEN não
DEPUTADO CÉZAR CIM
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DÉCIO GÓES
DEPUTADO DIRCEU DRESCH abstenção
DEPUTADO EDISON ANDRINO não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS não
DEPUTADO IVAN NAATZ sim
DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JANDIR BELLINI não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL abstenção
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO MANOEL MOTA
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADO MOACIR SOPELSA não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA
DEPUTADO PEDRO UCZAI abstenção
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO não
DEPUTADO RENATO HINNIG
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA
DEPUTADO ROMILDO TITON não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI não
DEPUTADO VALMIR COMIN sim
Está encerrada a votação.

Temos dez votos "sim", 15 votos "não" e três abstenções.

Está rejeitada a emenda.

Em votação, em primeiro turno, com a emenda modificativa ao Projeto de Lei Complementar n. 00177/2008.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Nós tínhamos duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Só dois projetos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Mas esse projeto que vai ser votado agora é com a emenda ou sem a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A emenda foi rejeitada e estamos votando agora o projeto com o substitutivo global.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto em primeiro turno e os que votarem "não" o rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim
DEPUTADO CARLOS HOEGEN sim
DEPUTADO CÉZAR CIM
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO
DEPUTADO DÉCIO GÓES
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim
DEPUTADO IVAN NAATZ sim
DEPUTADO JAILSON LIMA
DEPUTADO JANDIR BELLINI
DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	Então, gostaria de fazer o apelo	Em votação o projeto com a emenda	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim	para que os colegas deputados votem favorável à emenda do deputado Valmir Comin.	substitutiva global.	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	E a nossa bancada evidentemente votará favorável ao projeto de lei complementar.	Em votação.	
DEPUTADO JULIO GARCIA		Obrigado, sr. presidente!	Os srs. deputados que votarem	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Foi esse o encaminhamento do deputado Valmir Comin.	"sim" aprovam o projeto com o substitutivo global e os que votarem "não" o rejeitam.	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	Em votação.	Lembramos que estamos votando em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar n. 0018/2008.	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" a rejeitam.	(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.	DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.	DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim	O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, antes da votação, só quero fazer um esclarecimento. Os dois projetos são... Um diz respeito ao outro. Como não foi aprovada a emenda no Projeto de Lei Complementar n. 0017/2008, ela perdeu o sentido porque vinha na reclassificação do juiz, se mudassem as instâncias. Como não mudam as instâncias, não há como mudar a reclassificação do juiz. Então, essa emenda está prejudicada.	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim	O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - São dois projetos, são duas emendas. Votamos a primeira emenda e estamos votando agora a segunda emenda.	DEPUTADO CARLOS HOEGEN	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim	Em votação.	DEPUTADO CÉZAR CIM	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim	(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)	DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim	DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	DEPUTADA ANA PAULA LIMA	DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	DEPUTADO CARLOS HOEGEN	DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO CARLOS HOEGEN	DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	DEPUTADO CÉZAR CIM	DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim	DEPUTADO DÉCIO GÓES	DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	DEPUTADO DIRCEU DRESCH	DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
Votaram 32 deputados.		DEPUTADO EDISON ANDRINO	DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
Está encerrada a votação.		DEPUTADA ANA PAULA LIMA	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
Temos 32 votos "sim".		DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
Está aprovado o projeto em primeiro turno.		DEPUTADO CARLOS HOEGEN	DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2008, de autoria do Tribunal de Justiça do estado, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 398, de 2007, que transforma, cria e extingue cargos do quadro da Magistratura.		DEPUTADO CÉZAR CIM	DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.		DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
Ao presente projeto foi apresentada emenda proposta pelo sr. deputado Valmir Comin.		DEPUTADO DÉCIO GÓES	DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
Em discussão.		DEPUTADO DIRCEU DRESCH	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
(Pausa)		DEPUTADO EDISON ANDRINO	DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.		DEPUTADO ELIZEU MATTOS	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
Em votação.		DEPUTADO GELSON MERÍSIO	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
A Presidência solicita a abertura do painel eletrônico para a votação nominal.		DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
Votaremos primeiro a emenda ao Projeto de Lei Complementar n. 0018/2008.		DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.		DEPUTADO IVAN NAATZ	DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.		DEPUTADO JAILSON LIMA	DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Votaremos contrariamente à emenda.		DEPUTADO JANDIR BELLINI	DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O encaminhamento do deputado Herneus de Nadal é votar contrariamente à emenda.		DEPUTADO JEAN KUHLMANN	DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.		DEPUTADO JOARES PONTICELLI	DEPUTADO RÔMILDO TITON	sim
O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.		DEPUTADO JORGINHO MELLO	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, apenas gostaria de reforçar o pedido do nosso deputado Valmir Comin e dos demais deputados que subscreveram essa emenda, porque esse projeto é importante para Santa Catarina, para o Poder Judiciário e, acima de tudo, para a população catarinense. Vejo na minha região que a terceira vara será a solução para muitos processos, pois haverá mais rapidez. E o Judiciário está remetendo esse projeto a esta Casa exatamente para permitir agilidade e a solução dos problemas.		DEPUTADO JOSÉ NATAL	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
		DEPUTADO JULIO GARCIA	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
		DEPUTADO MANOEL MOTA	DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
		DEPUTADO MARCOS VIEIRA	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
		DEPUTADO MOACIR SOPELSA	Votaram 30 deputados.	
		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	Está encerrada a votação.	
		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	Temos 11 votos "sim", 16 votos "não" e três abstenções.	
		DEPUTADA ODETE DE JESUS	Está rejeitada a emenda.	
		DEPUTADO PEDRO BALDISSERA		
		DEPUTADO PEDRO UCZAI		
		DEPUTADO PROFESSOR GRANDO		
		DEPUTADO RENATO HINNIG		
		DEPUTADO RENO CARAMORI		
		DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA		
		DEPUTADO ROMILDO TITON		
		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES		
		DEPUTADO SERAFIM VENZON		
		DEPUTADO SILVIO DREVECK		
		DEPUTADO VALDIR COBALCHINI		
		DEPUTADO VALMIR COMIN		

DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim	DEPUTADO JANDIR BELLINI		O segundo ponto de entendimento
DEPUTADO CARLOS HOEGEN	sim	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	que este deputado propôs, e apresentou em
DEPUTADO CÉZAR CIM		DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	forma também de substitutivo global, foi a
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO		DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim	alteração do mínimo de 50% da bolsa de
DEPUTADO DÉCIO GÓES		DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	estudos, transferindo a possibilidade a
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	DEPUTADO JULIO GARCIA		partir de 25%. Houve muitos alunos que, no
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim	DEPUTADO MANOEL MOTA		início de março deixaram de ganhar a bolsa.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	O próprio ProUni, do governo federal, agora
DEPUTADO GELSON MERÍSIO		DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	contempla 100%, 50% e 25%. Por que, srs.
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	deputados? Há determinadas mensalidades
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim	DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	que, hoje, por exemplo, custam R\$ 2 mil
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim	DEPUTADA ODETE DE JESUS		para a Medicina, e se o mínimo da bolsa é
DEPUTADO JAILSON LIMA		DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim	de 50%, ela será de R\$ 1 mil.
DEPUTADO JANDIR BELLINI		DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim	Isso pode significar quatro bolsas de
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim	estudo de 50% sobre uma mensalidade de R\$
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim	DEPUTADO RENATO HINNIG		500,00. Ou seja, com essa nossa proposição,
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim	DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	começa a haver mais equidade. Pelo princípio
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim	DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim	universal da equidade, quem mais precisa tem
DEPUTADO JULIO GARCIA		DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	que receber mais. Nada impede que as
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	universidades possam destinar 50% e
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim	continuar sendo 50%, mas abre a autonomia
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	para impedir isso.
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim	DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim	Na Unochapecó, para v.exas.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	terem uma idéia, 129 alunos perderam a
DEPUTADA ODETE DE JESUS				bolsa do ano passado para este ano, só
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim			num <i>campus</i> de uma universidade. O sr.
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim			deputado Valdir Cobalchini, da UNC, e os
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim			demais deputados estiveram presentes
DEPUTADO RENATO HINNIG				nesse cenário. Está aqui o DCE, a UCE e a
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim			Acafe para buscar um entendimento a esse
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim			projeto.
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim			Então, esse projeto não é somente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim			do entendimento dos deputados. E eu quero
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim			reconhecer e registrar publicamente a
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim			sensibilidade do líder do governo, deputado
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim			Herneus de Nadal, que acolheu o
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim			substitutivo global, como relator da matéria,
				que tramitou, de forma unânime, nas
				comissões de Constituição e Justiça e de
				Educação e que vai agora para o plenário
				para votação.
				Assim sendo, há o entendimento
				da UCE, que está aqui, dos DCEs das uni-
				versidades, como também do Sistema
				Acafe e de outras instituições, os quais
				queremos parabenizar, para aprovarmos
				o art. 170 para que mais alunos possam
				receber bolsas de estudo e junto com
				isso nós lutarmos para implementarmos
				integralmente o art. 170 e começarmos,
				em Santa Catarina, a implementar o art.
				171.
				Quero agradecer todo esse entendi-
				mento em nome do Parlamento catarinense,
				junto com o sistema educacional de ensino
				superior.
				O Sr. Deputado Gelson Merísio -
				Peço a palavra, pela ordem, para encaminha-
				mento de votação, sr. presidente.
				O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio
				Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para
				encaminhamento de votação, o deputado
				Gelson Merísio.
				O SR. DEPUTADO GELSON
				MERÍSIO - A nossa bancada acompanha o
				projeto também com o substitutivo global.
				Agora, no plenário, recebi uma ligação lá de
				Chapecó de uma mãe de um aluno trazendo
				exatamente essa preocupação. Não irá
				resolver o problema, mas irá amenizá-lo e
				criar condições para que mais estudantes
				possam ter a bolsa de estudo, muito
				embora com valor menor daquilo que seria
				necessário.
				Mas a posição da nossa bancada é
				pelo voto favorável.
				O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peço
				a palavra, pela ordem, para encaminhamento
				de votação, sr. presidente.
				O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio
				Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para
				encaminhamento de votação, o deputado
				Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. presidente e srs. deputados, com a permissão do meu líder e também de v. exa., que preside tão habilmente este Poder Legislativo, quero fazer o encaminhamento pela bancada do PSDB.

Deputados Pedro Uczai e Joares Ponticelli, há a possibilidade agora de reduzir para 25% a oferta de bolsas de estudo. Eu lembro que quando andei com o deputado Pedro Uczai por todo o estado de Santa Catarina, sempre defendi esse mínimo de 50%, que foi uma proposição minha porque penso que é difícil para um aluno pagar uma mensalidade de R\$ 2 mil numa universidade de Medicina. E se ele for atendido com uma bolsa de 25%, isso não irá quase resolver o seu problema. E se a bolsa for de 50%, a mensalidade de R\$ 2 mil custará para o aluno R\$ 1 mil. Mas se passar para 25%, isso também não impede que continue a de 50%.

Então, com essa possibilidade, a bancada do PSDB vota favoravelmente.

Também queremos dizer a todos os srs. deputados - o deputado Herneus de Nadal, líder do governo, já sabe disso - que conversamos, em São Miguel d'Oeste, com o reitor e professor Victor Carlos D'Agostini e ele nos disse que o Sistema Acafe de Santa Catarina possui 48.531 vagas ociosas, faltando somente os alunos. Há professores, há laboratórios, há tudo. Mas, deputado Pedro Baldissera, deputado Herneus de Nadal, líder do governo, e demais srs. deputados, talvez o governo, daqui a pouco, possa comprar vagas do Sistema Acafe para oferecer aos alunos em que os arts. 170 e 171 não conseguem atingir. Essa é mais uma forma de encontrar recursos para atender aos alunos economicamente carentes, que isso é um desespero, pois todos os srs. deputados sabem da dificuldade que se tem em cursar o 3º grau em Santa Catarina.

Então, é uma luta que eu queria que não fosse só minha, mas também do Parlamento. Eu gostaria de ser acusado, sr. presidente, por estar querendo arrumar dinheiro público para pagar bolsa de estudo ao aluno carente; eu gostaria que isso fosse uma acusação muito séria e que todo o estado pudesse falar isso, porque há, hoje, 23 mil alunos que só estão estudando graças ao art. 170, senão estariam fora da escola!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, com a alteração proposta, vamos conseguir atender a um número maior de estudantes do ensino superior. Antes era 50% do valor da mensalidade, através da bolsa, e agora são 25%. Portanto, vamos democratizar e alargar o atendimento aos nossos alunos, e por isso o encaminhamento é favorável ao projeto.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. deputado, estamos aqui discutindo isso há muitos anos. Deputado Herneus de Nadal, eu tenho andado em nossas universidades do Sistema Acafe e um grande número de alunos acaba desistindo porque com a bolsa contemplando somente 25%, que hoje é o ProUni que paga, eles não têm condições de manter ou de bancar o resto da mensalidade.

O que precisamos realmente é fazer com que o governo compre vaga na sua totalidade. Faz-se tanta concessão, tanto elefante branco, entra governo e sai governo, e a situação é sempre a mesma. Que o governo, então, compre as vagas para os alunos carentes. Esses 25% vão minimizar, mas não vão ser a solução. Eu recebi, ontem, um telefonema de um aluno desesperado dizendo que 25% não adiantariam e que ele iria desistir do colégio.

Eu entendo que esses 25% são um paliativo, mas temos que partir para uma coisa mais concreta e real. Não adianta taparmos o sol com a peneira. A realidade é o governo comprar vagas para os alunos carentes e esses 25% serão destinados, se for o caso, para quem realmente tiver condições de bancar os outros 75%.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado presidente, não tenho dúvidas de que a emenda vem contemplar mais pessoas, embora eu ache que o ideal seria, srs. deputados, termos um ensino 100% gratuito em todos os níveis. Sei que o governo federal procura fazer a sua parte através do ProUni; que o governo do estado procura fazer a sua parte através do art. 170, do art. 171, mas precisamos construir uma política de educação.

E quero cumprimentar, mais uma vez, a Polícia Militar aqui, pois sei do grande trabalho que faz, da responsabilidade de todos vocês, mas fico triste quando precisamos aumentar o efetivo da Segurança porque vivemos num país que ainda não tem a educação que precisaria ter.

Então, com a emenda dos srs. deputados Pedro Uczai e Herneus de Nadal, que é o relator e que acetou, nós vamos atender a mais gente. Mas precisamos construir, deputado Professor Grandó, uma política melhor para a educação do nosso país. Se não fizermos isso, nós estaremos sempre aumentando o efetivo da Segurança, nós estaremos construindo mais cadeias, e ainda ficaremos devendo para ter um país que nós precisamos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, a forma inteligente que foram pensadas essas propostas da deputada Odete de Jesus, do companheiro Pedro Uczai e a emenda de nossa autoria foi, primeiro, constitucional. Ou seja, não foi alterado o montante, não gera despesa. Mas, de forma inteligente, dentro do mesmo montante, é melhor distribuir para atender a mais pessoas.

Então, isso dá autonomia à universidade, ao centro de estudantes, ao Ministério Público, porque às vezes àquele estudante que não consegue sobreviver com uma bolsa de 25%, pode ser dado 50% ou 100%. Mas há estudantes que com 25% conseguem pagar o restante da mensalidade. Então, em vez de dar 50% para um só, dá-se para dois, que com 25% se mantém.

A outra emenda, srs. deputados, trata da matrícula anual. Isso vai economizar burocracia, vai dar possibilidade para se planejar, o ano todo, o estudante, a universidade, a família do estudante. Com isso vai economizar e mais algumas bolsas, com a autonomia da universidade, serão dadas.

Portanto, foi construído um grande consenso. É claro que não é o ideal. Companheiro deputado Reno Caramori, a sua proposta é coerente e correta e vamos continuar a luta. Temos que continuar também a luta do art. 171 para que esse fundo seja normatizado, porque é mais uma maneira de ajudar. Enfim, estamos auxiliando naquilo que nos é permitido, como deputados, construir, e o fizemos de forma inteligente.

Obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Carlos Hoegen.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Sr. presidente e srs. deputados, eu queria aqui, como acadêmico do Sistema Acafe, do curso de Direito da nossa Unidavi, uma das tantas universidades que lutam para sobreviver e oferecer a grande ferramenta desse novo milênio, deputado Silvío Dreveck, que é o conhecimento, dizer que quando lá estava desenvolvendo a minha campanha, eu sempre dizia que queria estar nesta Casa para viver este momento de oportunizar a que mais e mais pessoas pudessem ter o acesso a um banco universitário, em busca de conhecimento.

Quero parabenizá-los, deputados, e dizer que não participei da discussão, mas é um dos grandes momentos da minha curta passagem na vida pública, porque estou aqui colaborando para que pessoas possam estudar com a ajuda de uma bolsa de estudo. Eu, como também membros da minha família, uma família de gente humilde, de nove irmãos, tive de pagar para cursar a universidade, pois, infelizmente, a educação pública não nos dava essa oportunidade de chegar à Universidade Federal de Santa Catarina ou a outra universidade pública, onde a maioria absoluta é formada por pessoas que têm posse.

Comungo do seu pensamento, deputado Reno Caramori, de que o estado tem que comprar as vagas excedentes. O deputado Pedro Uczai, que é professor universitário, sabe que há possibilidade, às vezes, numa turma de licenciatura, de um curso superior, que tem 25, 30 alunos, de colocar mais dez ou 15 alunos na turma. Para a universidade está tudo pronto, o curso irá se desenvolver e o estado poderia, então, colocar mais alunos pagando até às vezes menos do que aquele cidadão comum.

Eu entendo, deputado Moacir Sopelsa, que o governo, cada vez que presta uma solidariedade a uma universidade do Sistema Acafe, poderia receber algo em troca. Por exemplo, lá na nossa Unidavi doaram um grande parque, um grande espaço público que está sendo muito bem aproveitado pela universidade. Em troca, o estado deveria exigir dessas universidades que ofertassem essas vagas excedentes. Ora, se a turma lá já está acontecendo com 25, 30 alunos, que se coloque mais cinco e desconta daquilo que o estado deu em favor dessas universidades.

Portanto, eu queria registrar a minha felicidade de poder estar vivendo esse momento na Assembléia e também parabenizar todos os srs. deputados que participaram dessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação.

Pedimos a abertura do painel eletrônico para que os srs. deputados possam votar o Projeto de Lei Complementar n. 0008/2007, com uma emenda substitutiva global que altera o art. 2º da Lei Complementar n. 0281/2005 e que regulamenta o art. 170.

(Pausa)

Como estamos com problemas no painel eletrônico, convoco o nosso primeiro-secretário, deputado Rogério Mendonça, para que colha os votos dos srs. deputados.

O SR. PRIMEIRO-SECRETÁRIO (Deputado Rogério Mendonça) - Colho os votos dos srs. deputados:

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CARLOS HOEGEN	sim
DEPUTADO CÉZAR CIM	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar n. 0008/2007, com a emenda substitutiva global.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Apenas gostaria de justificar a ausência do nosso colega, deputado Décio Góes, que gostaria de participar dessas votações e lamentou não ter pedido porque havia sido marcada uma audiência com o ministro da Saúde em Brasília, juntamente com o prefeito de Criciúma, Anderlei José Antonelli. Por isso justifica a sua ausência nesta tarde, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0146/2008, de origem governamental, que estende o Prêmio Educar, instituído pela Lei n. 014.406, de 09 de abril de 2008, com a denominação de Prêmio Jubilar, aos servidores inativos do quadro do Magistério Público Estadual da secretaria de estado das Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, também gostaria de justificar a ausência do deputado Jandir Bellini, que ontem comunicou à bancada que, em função de compromissos fora da capital, não poderia comparecer à sessão de hoje.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu só quero fazer um encaminhamento de votação desse projeto da seguinte forma: a nossa bancada é favorável, embora tenha batizado esse projeto de Prêmio Educar novamente e não de Prêmio Jubilar, porque jubilar é uma palavra muito feia para o Magistério Público Estadual.

E foi requerido que se incluísse nesse projeto também algumas categorias que não foram contempladas. Então, nesse sentido, que a secretaria da Educação tivesse a sensibilidade de incorporar algumas categorias que são da inatividade e que não foram contempladas. Se não for, a nossa bancada vai entrar com um projeto de lei para incluí-las no debate que foi feito e realizado junto com o Sinte estadual.

Gostaríamos de fazer esse registro e esse encaminhamento porque nós entendemos que quem não teve regência de classe não foi contemplado. Conseqüentemente, não vão ter direito ao Prêmio Educar, mesmo que estejam na inatividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0049/2007, de origem governamental, que altera critérios de concessão de vantagens pecuniárias e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas e aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões da Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O nosso entendimento é que votaríamos os grandes projetos e não esse. A nossa bancada já se manifestou contra esse projeto e novamente vai se manifestar de forma pública e aberta. O governo do estado quer fazer a festa, quer montar uma estratégia de apoio político aos cargos em comissão em três grandes direções.

A primeira: todos os funcionários de carreira que já incorporaram 100% de gratificação, agora ocupando cargo em comissão, estão recebendo mais 20%, e esse projeto dá mais 100% de aumento. Já incorporaram 100% nos seus salários, estão recebendo mais 20% e agora vão votar mais 100%. Por isso nós somos contra.

O segundo ponto, sr. presidente, que nós não podemos deixar de tornar público aqui, é que se propõe transposição. O funcionário, se não requerer em 30 dias onde ele está transposto, vai ficar definitivamente onde se encontra, incorporando todas as gratificações para planos de cargos, salários e de carreira. É uma festa o que estão fazendo!

Terceiro problema e escândalo: o funcionário público concursado em nível médio, se ocupar a função de gerente regional numa secretaria Regional - além da discussão para o que serve a estrutura, mas não é a questão e vamos adentrar no mérito -, ele vai receber gratificação pelo topo da carreira. Não pelo nível médio, mas do ensino superior e no topo da carreira! E é essa a justificativa para igualar as funções que está ocupando. Acabam com a isonomia! Acabam com o projeto da perspectiva de carreira do funcionalismo público!

Por essas três razões, além de muitas outras que nós já denunciamos aqui neste plenário, a nossa bancada vota contra, manifesta-se contra, porque enquanto os policiais não receberem a Lei n. 254; enquanto os professores fazem greve e não recebem o mínimo de aumento... Peguem os profissionais da Saúde, da Educação e da Segurança e vejam qual é o salário desses servidores?

Agora há dinheiro, há escandalosamente dinheiro para cargo comissionado no teto da carreira, mesmo que seja de ensino médio. Por esse motivo nós nos manifestamos contra. Por isso que não é possível imaginar um governo sério, que quer fazer política pública universal e não valorizar o dia-a-dia da carreira do servidor e fazer o servidor em cargo de comissão ganhar um privilégio, porque não é um direito. É privilégio! É escandaloso! É uma festa o que o governo do estado quer fazer com os seus cargos de confiança em Santa Catarina! Não é sério um projeto dessa natureza! É dinheiro público, com política pública votar e aprovar um PLC dessa natureza.

Por isso, por questão de ética e de moral com o dinheiro público, além da questão legal, nós nos manifestamos, no mérito, contra esse projeto de lei complementar e toda a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão o Projeto de Lei Complementar n. 0049/2007.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, eu fui secretário de estado da Administração e desde o primeiro dia do governo de Luiz Henrique da Silveira ele vem regularizando uma série de entulhos que foram desaguando quando do início de seu governo.

O estado tinha contra si milhares e milhares de ações. Nós juntamos todos os chamados penduricalhos, fizemos uma nova tabela salarial e foram beneficiados cerca de 15 mil servidores do quadro civil e milhares de ações foram efetivamente arquivadas.

Mas o projeto deu entrada nesta Casa exatamente para regularizar uma série de situações, dentre as quais as chamadas gratificações concedidas por decretos que foram, a exceção de uma única, todas concedidas em governos anteriores ao de Luiz Henrique da Silveira. E o que se pretende com esse projeto? É exatamente regularizá-las, transformando-as em gratificação de atividade especial.

Mas com relação a alguns dos principais tópicos tocados pelo eminente deputado Pedro Uczai, eu quero dizer, sr. presidente, que a alegada majoração de 100% constante no art. 1º do Projeto de Lei Complementar n. 0049/2007, de 20 para 40, quando os servidores efetivos optarem pela remuneração da origem... E o benefício do destino é de 40%, deputado Moacir Sopelsa, pois já é estatutário, já está previsto no Estatuto do Servidor Público de Santa Catarina.

Além disso, quero lembrar que desde 1991, com a edição da Lei Complementar n. 036, está extinta do ordenamento jurídico catarinense a palavra agregação. Não existe mais.

Aliás, o eminente ex-governador Wilson Kleinübing fez uma ampla reforma administrativa e o governador Luiz Henrique da Silveira tem elogiado muito a postura dele, porque ele, inclusive, na época, tentou remeter à esta Casa uma reforma previdenciária. Ele não conseguiu e agora este Parlamento aprova a reforma previdenciária.

E ainda quanto aos cargos comissionados exercidos por aquelas pessoas que antigamente tinham agregação e por exercício de cargo comissionado novo, evidentemente que o Estatuto dá a condição de fazer a opção pela gratificação.

Ademais, sr. presidente, não se está criando, de forma alguma, qualquer privilégio, posto que a única pretensão é validar o que já vem sendo praticado pelo Poder Executivo, que são os pagamentos feitos em cima de concessões de gratificações dadas por decreto. Está-se regularizando essa situação.

Então, sr. presidente, essas eram as explicações que eu queria fazer no que diz respeito ao PLC n. 0049/2007.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Solicito a v.ex.a. que, após essa votação, possa encerrar a sessão e convocar outra, extraordinária, para a votação de todas as matérias em segundo turno e também depois em redação final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em discussão a emenda modificativa ao projeto de Lei Complementar n. 0049/2007, com a correção a essa emenda "do Poder Executivo" pela a expressão "do governo".

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Srs. deputados, a votação será nominal, no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" a rejeitam.

Lembro que a emenda tem uma correção: "do Poder Executivo" pela expressão "de governo".

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CARLOS HOEGEN	sim
DEPUTADO CÉZAR CIM	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DÉCIO GÕES	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	abstenção
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Votaram 30 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 29 votos "sim", nenhum voto "não" e uma abstenção.

São 30 votos "sim", com o voto do deputado Gelson Merísio.

Está aprovada a emenda.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, é só para esclarecer: foi erro de digitação. No projeto original a expressão é "de governo" e na digitação errada ficou "Poder Executivo".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está corrigido na emenda.

Queremos registrar a presença do deputado Onofre Santo Agostini, nosso secretário de Desenvolvimento Sustentável, e também do dr. Alex Sandro Teixeira da Cruz, promotor de Justiça e assessor de relações institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, quero aproveitar para convidar todos os srs. deputados membros da comissão de Agricultura e da Frencoop - Frente Parlamentar Cooperativista - para uma reunião às 18h, na sala de reuniões, para discutirmos três assuntos importantíssimos.

Gostaria de contar com a presença dos srs. deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação em segundo turno o Projeto de Lei Complementar 0049/2007 com as emendas aprovadas.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" o rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CARLOS HOEGEN	sim
DEPUTADO CÉZAR CIM	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DÉCIO GÕES	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	não
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Votaram 29 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 24 votos "sim" e cinco votos "não".

Está aprovado em segundo turno.

Consulto os srs. líderes se podemos encerrar a presente sessão para votarmos em segundo turno os projetos que acabamos de votar.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Há concordância do PSDB.

(As lideranças aquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo a concordância dos srs. deputados, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 17h30min.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 016ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 17h30min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Hoegen - Clésio Salvaro - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Consultamos os srs. líderes se podemos votar os projetos em bloco.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, penso que podemos ganhar tempo e a nossa bancada concorda em votar os projetos em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A Presidência consulta os demais líderes se concordam em votar em bloco os Projetos de Lei Complementar n.s: 0014, 0017, 0018, 0019 e 0022/2008 e o Projeto de Lei Complementar n. 0008/2007.

(Os srs. líderes concordam.)

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei Complementar n.s: 0014, 0017, 0018, 0019 e 0022/2008 e do Projeto de Lei Complementar n. 0008/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, quando solicitei ao deputado Marcos Vieira, eu não entendi o encaminhamento. Não sei se ele falou com exceção do Projeto de Lei n. 0049/2008 ou com o Projeto de Lei n. 0049/2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Sr. deputado, o Projeto de Lei n. 0049/2007 já foi aprovado em primeiro e segundo turnos. Agora só vamos votar a redação final.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Então, não é neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Não é neste momento. Estamos votando os Projetos de Lei Complementar n.s: 0014, 0017, 0018, 0019 e 0022/2008 e o Projeto de Lei Complementar n. 0008/2007, projetos esses aprovados em primeiro turno.

Em votação os Projetos de Lei Complementar n.s: 0014, 0017, 0018, 0019 e 0022/2008 e o Projeto de Lei Complementar n. 0008/2007.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam em segundo turno os projetos ora citados e os que votarem "não" os rejeitam.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CARLOS HOEGEN	sim
DEPUTADO CÉZAR CIM	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim

DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Votaram 30 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 30 votos "sim" e nenhum voto "não".

Estão aprovados em segundo turno.

(Palmas das galerias)

Consulta aos srs. líderes se podemos encerrar a presente sessão e convocar outra para votarmos a redação final de todos os projetos.

(As lideranças aquiescem.)

O Sr. Deputado Marcos Vieira (Intervindo) - Incluindo o PLC n. 0049, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a aquiescência dos srs. líderes, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca, outra, extraordinária, para hoje, às 17h40min, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 017ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 17h40min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Hoegen - Clésio Salvaro - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio -

Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera -

Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Manifesta voto contrário da bancada do PT à redação final do PLC n. 0049/2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária na qual serão votadas as redações finais dos projetos de lei aprovados em segundo turno.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0014/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0008/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0022/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0017/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0146/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0049/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A bancada do PT vota contra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada pela maioria, com o voto contrário da bancada do PT.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - Fetaesc -, pela passagem dos seus 40 anos de fundação.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 032ª SESSÃO SOLENE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

PASSAGEM DOS 40 ANOS DE FUNDAÇÃO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FETAESC

SUMÁRIO

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Discorre sobre a atuação da Fetaesc.

IVALDO SANTANA - Aborda os 40 anos de trajetória da Fetaesc.

ALBERTO ERCÍLIO BROCH - Refere-se à importância da Fetaesc para os trabalhadores do estado.

FRANCISCO DA CUNHA SILVA - Procede ao lançamento do livro, de sua autoria, *Fetaesc: 40 Anos Promovendo Agricultura Saudável*.

HILÁRIO GOTTSSELIG - Agradece as homenagens recebidas e faz referência ao livro *Fetaesc: 40 Anos Promovendo Agricultura Saudável*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os srs. deputados Professor Grandó e Ivan Naatz para conduzirem à mesa as excelentíssimas autoridades que irão compô-la e que serão nominadas a seguir:

Senhor Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - Fetaesc;

(Palmas)

Senhor deputado Herneus de Nadal, proponente desta sessão solene;

(Palmas)

Senhor Alberto Ercílio Broch, vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;

(Palmas)

Senhor Nivaldo Santana, neste ato representando a Central dos Trabalhadores do Brasil;

(Palmas)

Senhor Zeferino Pedroso, presidente da Faesc.

(Palmas)

Convido os deputados Professor Grandó e Ivan Naatz para, da mesma forma, fazerem parte da mesa.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão solene foi convocada por solicitação da liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, representado pelo sr. deputado Herneus de Nadal, líder do governo, e com a aprovação de todos os demais parlamentares desta Casa em homenagem à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado de Santa Catarina, a Fetaesc, pela passagem dos seus 40 anos de Fundação.

Convido todos para, de pé, ouvirmos à execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência registra a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo sr. Leoberto Weinert, prefeito municipal de Canoinhas;

Sr. Adailto Degering, juiz do Trabalho, do município de São José;

Sra. Raquel Guisoni, vice-presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil;

Sr. Jorge Dotti Cesa, diretor-presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina;

Sr. Alcantaro Corrêa, presidente da Fiesc, que eu convidaria inclusive para fazer parte da mesa de honra;

Sra. Salette Terezinha Delfino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Urubici;

Sra. Dilma Magagnin Possamai, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Urussanga;

Sr. Vicente Demori, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Tangará;

Sr. Aguinaldo Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Paulo Lopes;

Sr. Maurício Weidgenant, representando o sr. Jurandir Teodoro Gugel, delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Santa Catarina;

Sr. Murilo Flores, nosso presidente da Epagri, que está também, neste ato, representando o secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural, o sr. Antônio Ceron, e o convidaríamos para que fizesse parte da mesa de honra;

Excelentíssimo deputado Marcos Vieira.

Antes de fazermos a apresentação do vídeo institucional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina, eu gostaria de dizer para todos que o nosso coral da Assembléia Legislativa havia ensaiado, se preparado, estava pronto para fazer uma homenagem com diversas músicas para a nossa Fetaesc. Mas, infelizmente, em função da greve de ônibus, grande parte dos seus componentes não pôde chegar até esta Casa, portanto a sua apresentação ficou inviabilizada.

Neste momento, portanto, passaremos à apresentação do vídeo institucional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Santa Catarina, Fetaesc.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Registramos ainda a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo sr. deputado Moacir Sopelsa;

Excelentíssimo sr. deputado Jorginho Mello;

Excelentíssimo sr. deputado Reno Caramori;

Sr. Ivan Ramos, diretor executivo da Federação das Cooperativas Agropecuárias do estado de Santa Catarina, Fecoagro;

Sr. Sebastião Rosa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituporanga.

Na seqüência, convido para fazer uso da palavra, o autor do requerimento que ensejou esta sessão solene, o deputado estadual Herneus de Nadal, líder do governo aqui nesta Casa.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Permito-me neste momento cumprimentar todos os senhores e as senhoras que estão aqui, líderes do meio rural, trabalhadores, trabalhadoras e sindicalistas que, através da força do seu trabalho, conseguem fazer com que o nosso estado seja pujante, forte e se destaque no cenário nacional e internacional na produção de alimentos, lugar que ocupamos com muita alegria, como o sexto maior exportador.

E nesta condição é que os nossos trabalhadores e trabalhadoras do meio rural fazem com que possamos aqui recebê-los, neste local onde se dá posse ao governador, onde os deputados tomam posse, onde se fazem as leis para melhorar a vida da sociedade, onde se fiscalizam as ações dos demais poderes e órgãos públicos, enfim, é neste local que acolhemos as pessoas que são decisivas no desenvolvimento sócio-econômico do nosso estado.

Neste momento quero destacar a presença de todos, mas de forma especial do excelentíssimo sr. presidente desta sessão solene, dedicada aos 40 anos da Fetaesc, deputado Rogério Mendonça, primeiro-secretário desta Assembléia Legislativa;

Do nosso ilustre presidente, sr. Hilário Gottselig, que com grande capacidade, inteligência e muita competência conduz esta federação, junto com os seus colaboradores e com os demais integrantes do corpo diretivo, procurando orientar e organizar tantas e tantas pessoas, mulheres, jovens e famílias do meio rural;

Do sr. Alberto Ercílio Broch, vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que também com sua presença honra este evento e este Parlamento.

Do sr. Nivaldo Santana, neste ato representando a Central dos Trabalhadores do Brasil.

Do ex-deputado, do ex-presidente da Cooperativa Aurora, um dos homens fortes, destacados do cooperativismo e também do Parlamento catarinense, do setor produtivo, sr. José Zeferino Pedrosa, presidente da Afaesc, com quem tivemos a alegria de partilhar momentos importantes, decisivos na vida do nosso estado, com ações, discussões e busca de saídas aqui neste Parlamento, onde todos nós o consideramos um conselheiro e um professor.

Dos nossos deputados, Professor Grando; Ivan Naatz; líder do PSDB, Marcos Vieira; Jorginho Mello, presidente da comissão de Finanças desta Casa; Moacir Sopelsa, presidente da Frente do Cooperativismo; Reno Caramori, integrante da nossa comissão de Agricultura; sr. Murilo Flores, que conduz os destinos da Epagri, que representa aqui o secretário Antônio Ceron, que sempre, com muito dinamismo procuram saídas, alternativas para viabilizar mais renda, mais qualidade de vida para o nosso produtor.

Por último, mas não menos importante, registro a presença do deputado Pedro Uczai, que a exemplo de tantos deputados tem sua origem também no setor produtivo na nossa agricultura.

Vou fazer algumas considerações que estão aqui escritas, para que eu não deixe de mencionar fatos e momentos importantes da trajetória exitosa da Fetaesc, neste momento em que completa 40 anos de existência formando lideranças, fomentando o sindicalismo, buscando a cidadania para tantos e tantos no meio rural.

Por isso também, em nome do Valter, em nome do Antoninho, se me permitem, quero cumprimentar todos os presidentes de sindicatos homenageados que estão aqui presentes, enfim, todos que nos dão a alegria de sua presença.

(Passa a ler.)

"A Fetaesc, de fato, completa hoje 40 anos com uma visão, presidente Hilário Gottselig, estratégica, que é a proposta de garantia de uma federação muito sólida, estruturada a partir de sindicatos fortes, representativos, coordenados por dirigentes autênticos, qualificados e solidários, realizando ações contínuas e unificadas capazes de despertar o interesse dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para implementar políticas que possibilitem a consolidação da categoria profissional rural.

Como já dizia o líder indiano Mahatma Gandhi, nas grandes batalhas da vida: 'Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer!'"

E em cada semblante do senhor e da senhora, dos jovens, de todos que estão aqui está expresso o sentimento, a vontade, o arrojo, a determinação que permite e faz com que tantas e tantas adversidades e tantas crises possam ser superadas com a capacidade de trabalho, de organização, de inteligência e de tecnologia lá na nossa propriedade, para que de lá se possa produzir o alimento nosso de cada dia.

(Continua lendo.)

"Foi com essa disposição que começou a ser trilhada a Organização Sindical e Rural em Santa Catarina, a partir de março de 1967, com a instalação de uma delegacia estadual da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag. O objetivo era acelerar a implantação de sindicatos de trabalhadores rurais numa época difícil, de exceção, numa época de ditadura e os resultados, mesmo assim, não tardaram a surgir.

Já em outubro e em novembro daquele ano o Ministério do Trabalho e a Previdência Social confirmaram as cartas dos sindicatos, para nossa alegria, de Itapiranga, no extremo oeste - Itapiranga, sr. presidente, que há poucos dias também comemorou, neste plenário, os 75 anos da Creditapiranga, está chegando quase aos 76, a pioneira em todo estado de Santa Catarina e que também tem lá o sindicato pioneiro -, Luis Alves e Herval d'Oeste.

Após a criação de outros tantos sindicatos, o movimento empenhou-se na fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, a Fetaesc, o que aconteceu durante assembléia realizada no dia 2 de julho de 1968.

Participaram da fundação os sindicatos de Chapecó, Itapiranga, Herval d'Oeste, Caçador, Luis Alves e representantes de entidades de Alfredo Wagner, Brusque, Faxinal dos Guedes, Guabiruba, Itajaí, Nova Trento, Vargeão, Xanxerê, Xaxim, Joaçaba, Campo Erê, Camboriú, Jaraguá do Sul, Ascurra, Campo Erê, Modelo.

Em 7 de janeiro de 1969, o Ministério do Trabalho e Previdência Social reconheceu a Fetaesc como entidade representante dos trabalhadores na agricultura no estado de Santa Catarina.

A Fetaesc engloba proprietários rurais de até quatro módulos fiscais, arrendatários, meeiros, parceiros, assalariados rurais e agricultores familiares.

Atualmente, a entidade presidida pelo sr. Hilário Gottselig congrega 198 sindicatos de trabalhadores e 22 extensões de base, que atuam em 210 municípios catarinenses.

A Fetaesc tem como objetivos representar, capacitar e organizar trabalhadores rurais para realizarem suas atividades econômico-produtivas, de modo a lhes proporcionar maior renda e apoiar ações que visem à conquista de melhores condições de vida e de trabalho para os integrantes da categoria.

Defende e promove a unidade, a solidariedade entre os trabalhadores, luta pela implementação de uma política de inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que assegure condições dignas de permanência na área rural.

Os trabalhadores e as trabalhadoras rurais filiados aos sindicatos que congregam a Fetaesc são responsáveis por mais de 70% da produção do estado de Santa Catarina.

Estão entre as principais conquistas da Fetaesc, juntamente com o movimento sindical:

- o reconhecimento da categoria profissional dos trabalhadores rurais e direito à organização em sindicato, o que permitiu, nesses anos todos, que muitas e muitas conquistas asseguradas inclusive na nossa Constituição denominada de cidadã pudessem se tornar uma realidade presente nos lares de tantos e tantos trabalhadores e trabalhadoras rurais do nosso estado;

- a garantia de aposentadoria para os agricultores familiares, que foi uma das bandeiras empunhadas com força, com vigor, com convicção por tantos e tantos sindicatos filiados a esta federação;

- o direito à pensão, ao salário-maternidade, ao auxílio-doença e outros benefícios da Previdência Social;

- acordos e convenções coletivas de trabalho, visando à melhoria das condições de vida dos assalariados rurais e safristas, cuidando dos seus produtores, dos seus filiados e dos seus associados;

- estender benefícios do Programa Nacional da Agricultura Familiar, o Pronaf, que foi uma luta incessante desta federação;

- capacitação e apoio para a criação de cooperativas de crédito rural, que aparecem na terceira posição no estado de Santa Catarina, tendo sido feito todo um trabalho de construção para que isso chegasse às nossas cooperativas de crédito;

- adequação da legislação para a venda de produtos da agricultura familiar;

- assistência técnica e pesquisa voltada para a agricultura familiar, busca com insistência na nossa Epagri, antiga Acaresc;

- viabilização de recursos para a compra de terras;

- viabilização de recursos subsidiados para a habitação rural, para que os trabalhadores e trabalhadoras guardem o bem mais precioso que têm, que são os integrantes de suas famílias;

- municipalização do licenciamento ambiental, para que num país com dimensões continentais não seja dado o mesmo tratamento àqueles que vierem aos estados com grandes propriedades, com latifúndios, porque nós temos aqui como modelo e exemplo para o país a pequena propriedade;

- assistência jurídica aos nossos agricultores;

- conseguir descontos em consultas e em exames médico-laboratoriais;

- prestar serviços como despachantes para regularizar TR e Incra;

- representar espaços constituídos do governo e sociedade para tratar dos interesses e do bem-estar dos cidadãos."

Por isso, presidente Hilário Gottselig, por isso, senhoras e senhores que lideram, que estão à frente de sindicatos, que todos, pelo que realizam, pelo que fazem em favor de suas comunidades, municípios, estados, país, merecem o nosso reconhecimento e os nossos aplausos.

(Continua lendo.)

"Tantas conquistas fazer valer uma frase de Santo Agostinho: 'Não basta fazer coisas boas, mas é preciso fazê-las bem'.

A Fetaesc mantém em seu foco uma nobre missão, que é a de representar, defender, organizar e integrar os trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado de Santa Catarina, através do desenvolvimento de programas e projetos que visem à valorização da cultura local, a natureza, o econômico e o social, garantindo qualidade de vida.

Por isso esta Assembléia Legislativa nada mais faz nesta sessão solene que reconhecer uma trajetória vitoriosa desta entidade em favor de milhares de catarinenses que produzem a riqueza e o progresso deste nosso grande e espetacular estado que é Santa Catarina."

Um abraço a todos e parabéns pelos 40 anos e pelo trabalho que cada um realiza.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Contamos, também, com a presença, nesta sessão solene, do deputado Pedro Uczai, do sr. Alessandro Pickcius, presidente do Sinjusc, e do sr. José Comelli, presidente da Fecoesusc.

Neste momento, fará uso da palavra, em nome da Central dos Trabalhadores do Brasil, o sr. Nivaldo Santana.

O SR. NIVALDO SANTANA - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o presidente dos nossos trabalhos, deputado Rogério Mendonça, como também o proponente desta sessão solene, deputado Herneus de Nadal, e em nome dele cumprimentar todos os deputados estaduais aqui presentes que valorizam sobremaneira esta sessão.

Cumprimento, de igual forma, o nosso companheiro presidente da Fetaesc, sr. Hilário Gottselig, e em nome dele quero cumprimentar também essa numerosa delegação de todos os rincões do estado de Santa Catarina, os representantes do sindicalismo rural e o sr. Alberto Ercílio Broch, vice-presidente da Contag.

Nós representamos neste ato a CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil -, uma central sindical fundada em dezembro do ano passado, com uma presença importante de sindicatos urbanos e rurais de todos os estados do Brasil, que tem como uma das suas entidades mais importantes a Fetaesc. E a CTB também se orgulha de ter entre os seus dirigentes nacionais a figura desse grande sindicalista, uma liderança não só de Santa Catarina, como de todo o Brasil, que é o nosso companheiro Hilário Gottselig.

E nós, da CTB, sentimo-nos honrados em participar desta sessão solene para celebrar os 40 anos de atuação, de luta e de grandes conquistas da Fetaesc. Porque na nossa compreensão a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina se engrandece e se valoriza ao abrir as suas portas para promover esta sessão solene, pois são os trabalhadores e as trabalhadoras do campo que, com o seu esforço diário, denodado, produzem as riquezas deste estado. E é da mais alta importância que a representação política do estado, ao realizar esta sessão solene, se incorpore neste movimento em todo o estado de celebrar as quatro décadas de atuação da Fetaesc.

Hoje, nós participamos da parte final do II Congresso realizado pela Fetaesc, da solenidade de homenagem aos diferentes presidentes que, ao longo desta trajetória vitoriosa, construíram esta poderosa federação.

E eu gostaria, sr. presidente Hilário Gottselig, de deixar registrada a importância de rememorar, como o vídeo institucional também aqui fez, essa trajetória, lembrando um pequeno trecho deste grande artista brasileiro que é Paulinho da Viola numa de suas músicas: "Meu pai sempre me dizia, meu filho, tome cuidado, quando eu olho o meu futuro não esqueço o meu passado".

E ao olhar o futuro de Santa Catarina e do Brasil, necessariamente é preciso olhar esse passado glorioso de 40 anos da Fetaesc.

Parabéns!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Convido para falar o sr. Alberto Ercílio Broch, vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da qual a Fetaesc é filiada, para fazer uso da palavra.

O SR. ALBERTO ERCÍLIO BROCH - Sr. presidente, o saúdo de forma muito cordial, como também os demais cidadãos:

Cumprimento o companheiro, amigo e compadre Hilário Gottselig, presidente da nossa querida federação e em seu nome cumprimento todos os membros da diretoria;

Quero também cumprimentar as autoridades que compõem a mesa, demais autoridades, representantes do governo do estado e de outras entidades;

Companheiro Nivaldo, representante da CTB; deputados aqui presentes; lideranças sindicais do estado; sr. Antoninho, meu colega de diretoria, que vocês colocaram na Contag e que também foi presidente da federação.

Cumprimento todos os presentes nesta importante e histórica sessão que esta Casa faz para homenagear a nossa querida Fetaesc.

Trago aqui um abraço especial e carinhoso de toda a executiva da nossa confederação, em especial do seu presidente.

Trago, compadre Hilário, uma saudação especial, carinhosa, amiga e companheira das 27 federações desse país, em especial da federação do Rio Grande do Sul, cujo presidente me ligou e pediu que eu trouxesse aqui uma saudação especial da nossa co-irmã.

Trago também uma saudação, neste dia especial, dos mais de quatro mil sindicatos em todo o Brasil.

Pela manhã recebi da Argentina um telefonema dos nossos companheiros da Coprofam - Coordenadora das Organizações de Agricultores Familiares do Mercosul, ampliado para sete países. Lá estava com eles antes de ontem e me pediram para não esquecer de saudar a Fetaesc em nome da Coprofam, a nossa organização da América do Sul.

Dito isso gostaria nesse momento tão importante, tão solene e tão especial, de lembrar o que muitos já disseram, ou seja, a importância do movimento sindical, a importância desta federação para os trabalhadores deste estado, e também para a construção do movimento sindical em nível nacional com suas lideranças sempre presentes desde o início da constituição da Contag, lembrando a presença de tantos líderes que ajudaram esse movimento em nível nacional, sem esquecer a presença do Hilário em Brasília e do companheiro Antoninho, construindo essa solidariedade. Por isso é que neste dia nós os homenageamos em nível nacional.

Foram de fato muitas conquistas; muitos tombaram nessa caminhada e muitos não chegaram a ver as conquistas de hoje que foram importantes. Já foi falado aqui sobre a aposentadoria, sobre o debate do desenvolvimento e o bem que essa federação fez para o estado, para a democratização do nosso país, fugindo das questões corporativas, mas levando também bandeiras da sociedade em nível local, estadual e nacional.

É verdade que não resolvemos tudo, continuamos com muitos problemas, por isso é importante continuarmos, companheiros e companheiras, muito firmes nessa luta.

Que esse dia de homenagem a nossa federação seja um dia de estímulo, seja um dia de nos encontrarmos uns aos outros, e na história dessa federação seja estímulo para continuarmos na luta para conquistar dias melhores para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, especialmente num momento tão importante como esse em que o país e o mundo debatem a questão da alta dos alimentos, da fome no mundo.

Esses trabalhadores, esses movimentos sindicais há mais de 40 anos vêm apresentando pauta e propostas no sentido de que é preciso acreditar e investir na agricultura familiar, na sua pujança; investir num jeito de fazer agricultura com gente no campo valorizando a produção, o meio-ambiente, mas tendo como ponto central a pessoa humana.

É muito importante dizer neste momento, que talvez uma das maiores conquistas neste ano desta federação, em nível de estado e de país, foi o reconhecimento das pessoas, das trabalhadoras, das mulheres do campo que eram consideradas domésticas, com todo respeito que temos às domésticas. Portanto, trabalhadoras rurais que até pouco tempo não eram reconhecidas, havia as expressões pejorativas como "Jeca-Tatu", o atrasado do campo, o analfabeto, o insignificante.

Foi emancipada uma categoria, srs. deputados, de milhares de homens e mulheres com direito a cidadania, como pessoas de igual valor como qualquer membro da sociedade. Talvez essa tenha sido uma das maiores conquistas desse movimento sindical.

Portanto, receba a nossa homenagem a nossa federação, o nosso reconhecimento em nome da Contag. Com atos assim, srs. deputados, de uma Casa tão importante como é a Assembléia Legislativa, é que se valorizam os nossos políticos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Convido o engenheiro agrônomo epagriano e também comunicador Celvio Holz para proceder à nominata dos homenageados do Poder Legislativo e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Celvio Holz) - Obrigado, sr. presidente.

Boa-noite, senhoras e senhores.

Convido o sr. deputado Herneus de Nadal para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, na passagem dos seus 40 anos promovendo e defendendo a unidade e a solidariedade entre os trabalhadores rurais.

Convido para receber a homenagem, em nome da Fetaesc, o sr. Hilário Gottselig, seu presidente.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Neste momento daremos início às homenagens aos ex-dirigentes da Fetaesc.

Convido o sr. Hilário Gottselig, presidente da federação, para fazer entrega da homenagem ao sr. Zacarias Pedro Schmitz, agricultor de Luis Alves e primeiro presidente da Fetaesc.

Para receber a homenagem em nome de Zacarias, convidamos Ademir Rosa, presidente do sindicato dos Trabalhadores de Luis Alves.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido o sr. Joãozinho Althoff, vice-presidente da federação, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Waldemiro Bellini, empresário da Frigovalle e produtor rural em Tocantins. Ele fez parte da diretoria provisória da entidade e foi seu segundo presidente.

Convidamos o sr. Marcilio Drescher, presidente do sindicato da Cunha Porã, licenciado e tesoureiro da Afulbra, para receber a homenagem em nome de Waldemiro Bellini.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido a sra. Agnes Margareth Shipanski Weiwanko, secretária-geral da Fetaesc, para fazer entrega da homenagem ao sr. Nelson Holz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joinville, representando neste ato o sr. Norberto Kortmann, agricultor de Joinville, que foi presidente da Fetaesc por quatro mandatos e ocupou vários cargos na direção, totalizando 36 anos de serviços prestados ao Movimento Sindical dos Trabalhadores.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido o sr. José Walter Dresch, tesoureiro, para fazer entrega da homenagem à sra. Auri Kegler, esposa do sr. Eriberto Antônio Kegler, *in memoriam*. Agricultor de Cunha Porã durante quinze anos exerceu vários cargos na direção da federação, tendo sido presidente por mais dois mandatos.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido o sr. Ítalo Zanelatto, diretor executivo da base oeste da federação, para fazer entrega da homenagem ao sr. Pedro Berlanda, agricultor de Ascurra, que atuou como funcionário da entidade, ocupou cargos na direção por 19 anos, sendo presidente por uma gestão.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido a sra. Maria das Graças Felisberto Darós, coordenadora de mulheres trabalhadoras rurais, para fazer entrega da homenagem ao sr. Antoninho Rovaris, agricultor de Turvo, eleito presidente da federação por dois mandatos, licenciando-se do cargo no último mandato para ocupar o cargo de secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, onde permanece até a presente data.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido o sr. Adriano Gelsleuchter, coordenador dos jovens trabalhadores rurais, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Riciere Sigolin, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mafra, neste ato representando o sr. Maurício Aristides Sobczak, agricultor de Major Vieira, que integrou a diretoria da entidade por dois mandatos, sendo presidente em um deles.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Neste momento a Fetaesc homenageia os dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais com mais de 35 anos de atuação no movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Santa Catarina.

Convido mais uma vez o sr. Hilário Gottselig, presidente da Federação, Fetaesc, para fazer entrega da homenagem ao sr. Antônio Netto Rovaris, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbé do Sul.

Antônio Netto Rovaris ingressou no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais em junho de 1971, onde permanece até a presente data.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Ainda peço ao presidente que fique aqui.

Convido para receber a homenagem o sr. Camilo Bussolo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Orleans. Presidente da comissão provisória do sindicato fundado em setembro de 1970. Desde então ocupa a presidência do sindicato e integrou a diretoria da Fetaesc em uma de suas gestões.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Libero o presidente Hilário Gottselig, para a mesa.

Convido agora o sr. Joãozinho Althoff, vice-presidente da federação, para fazer entrega da homenagem ao sr. Edmar Gonçalves Padilha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canoinhas. Primeiro presidente do sindicato, fundado em 1970, cargo que ocupa até a presente data. Integrou a diretoria da Fetaesc em seis gestões.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Ainda pedimos ao vice-presidente Joãozinho Althoff para continuar.

Convido para receber a homenagem o sr. João Vieira Fernandes, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguaruna. Associou-se ao sindicato em fevereiro de 1973 e integrou a diretoria da entidade constantemente, ocupa o cargo de tesoureiro desde dezembro de 1993.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido a sra. Agnes Margareth Shipanski Weiwanko, secretária-geral, para fazer entrega da homenagem ao sr. José Gilson Garcia, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos. Associou-se ao sindicato em outubro de 1971. Por nove anos ocupou o cargo de secretário e desde 1980 exerce o cargo de presidente do sindicato.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Lealtino Pereira, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulo Lopes. Sócio do sindicato há mais de 35 anos e nesse período exerceu várias funções, sendo presidente durante 21 anos.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido o sr. José Walter Dresch, tesoureiro da Fetaesc, para fazer entrega da homenagem ao sr. Ivo Campanharo, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fraiburgo, neste ato representando o sr. Oraci Ferreira de Deus, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fraiburgo.

Em 1973 foi eleito membro do Conselho Fiscal do sindicato. Presidente durante 21 anos e desde 1999 ocupa o cargo de vice-presidente do sindicato de Fraiburgo.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Pedimos ainda ao tesoureiro Walter Dresch que faça a entrega da homenagem ao sr. Otávio Misturini, membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará, está há 37 anos no movimento sindical.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convido o sr. Ítalo Zanelatto, diretor executivo da base oeste da federação, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Valentim Brognara, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Braço do Norte.

Desde 1971, ano de fundação do sindicato, até o ano de 2005 foi presidente. Atualmente exerce o cargo de vice-presidente do sindicato.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Vilardi Fernandes, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gravatal.

Sócio fundador do sindicato, criado em 1970. No ano seguinte, é eleito membro do conselho fiscal. Foi presidente do sindicato por seis mandatos e desde junho de 2001 ocupa o cargo de secretário. Integrou a diretoria da Fetaesc em sete gestões.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

Neste momento, a Fetaesc homenageia os primeiros coordenadores e funcionários mais antigos.

Convido a sra. Maria das Graças Felisberto Darós, coordenadora de mulheres trabalhadoras rurais, para fazer a entrega de medalha ao sr. Euclides Deonizio Canalle, primeiro diretor coordenador da Delegacia da Fetaesc em Chapecó, hoje denominada de base oeste da entidade. Canalle fez parte da diretoria provisória da federação e integrou a diretoria por seis mandatos.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Zeni Meurer Borch, primeira coordenadora da comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Fetaesc.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

Convido o sr. Adriano Gelsleuchter, coordenador dos jovens trabalhadores rurais, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Cornélio Roden, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapiranga, primeiro coordenador da comissão dos Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Fetaesc.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Zélia Ferreira Pezzini, membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itajaí e primeira coordenadora da comissão da Terceira Idade da Fetaesc.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

Convido o sr. Hilário Gottselig, presidente da federação, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Douglas Kowalski, assessor da federação, prestando seus serviços à entidade há mais de 37 anos.

Neste momento, convidamos o sr. Francisco da Cunha Silva, autor do livro *Fetaesc: 40 anos Promovendo Agricultura Saudável*, para o seu lançamento.

O engenheiro agrônomo Francisco da Cunha Silva foi funcionário da Acaresc/Epagri por 33 anos e desde 1979 é professor da Faculdade de Agronomia, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao término desta sessão, convido todos para receberem a assinatura no livro, com o Francisco da Cunha Silva, o editor.

Ouviremos, então, a palavra de Francisco da Cunha Silva sobre a obra que está sendo lançada nesse momento.

Lembramos todos que, após o encerramento da sessão, haverá um coquetel no espaço Jerônimo Coelho, patrocinado pela Coopercentral Aurora, Coopervil de Videira e Fecoagro.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA SILVA - Boa-noite! Através do presidente desta sessão, deputado Rogério Mendonça, quero saudar todos os deputados aqui presentes, os dirigentes da Fetaesc, agricultores, agricultoras, jovens rurais e, em especial, olhando daqui os cabelos prateados, o Euclides Canalle, dizendo que ele foi um dos meus mestres quando, em 1966, comecei o meu trabalho como extensionista rural da Acaresc. Muito obrigado, aprendi muito com você!

(Palmas)

Senhores e senhoras, nós vamos fazer dois dedos de prosa, uma pausa de reflexão. Eu começo a dizer que o nosso país ainda não aprendeu a cultivar a sua memória, a exemplo de outros países, que o sabem fazer muito bem.

Exatamente há 131 anos, no dia 2 de julho de 1877, nascia o escritor alemão Hermann Hesse, antepassado daqueles que são descendentes de alemães, nossos colonos de etnia germânica. E esse escritor alemão afirmava a importância da história. Dizia ele: "Só é fecunda a referência à história, ao passado e à antiguidade clássica".

Vale também destacar que esse escritor foi agraciado com o Nobel de Literatura em 1946, por conta de uma de suas obras imortais: *O Jogo das Contas de Vidro*, que foi um tipo de romance, mesclando filosofia, história e psicologia, envolvendo uma comunidade mítica de sábios e intelectuais dedicados à música, astronomia, matemática, numa atividade lúdica para cultivar uma cultura.

(Passa a ler.)

"Além dessa minha referência a Hermann Hesse para destacar o valor da história, pretendo também destacar e enaltecer a decisão da atual diretoria da Fetaesc em resgatar sua história no transcorrer das últimas quatro décadas. Uma história, além dos registros oficiais, como bem destacou e orientou o presidente Hilário Gottselig, onde episódios pitorescos e até mesmo contraditórios (alguns deles mantidos ocultos até o momento) emolduraram a trajetória da organização sindical em Santa Catarina, desde o dia 2 de julho de 1968, inclusive um ano antes com os sindicatos pioneiros em Caçador, Jaraguá do Sul, Joinville e Itapiranga. E devo estar esquecendo o quinto, como sempre realmente esqueço alguma coisa, pela minha memória já abalada.

Vale sempre recordar que, em 1968, exatamente nesse ano de fundação da Fetaesc, jovens de quatro cantos do planeta empreenderam uma busca exasperada de novos paradigmas e perspectivas existenciais nas dimensões política, social e cultural. Foi também um ano em que no Brasil vivíamos um Estado de Exceção - é bem possível que alguns dos presentes tenham testemunhado esse tempo", pelos cabelos prateados que verifico em alguns de vocês. Mas nunca é bom esquecer que Estado de Exceção é uma das marcas do mundo contemporâneo, como bem lembra o filósofo italiano Giorgio Agamben.

Esse livro foi assim concebido dentro dessa perspectiva histórica a partir de várias entrevistas realizadas ao longo de 18 meses, com o apoio da jornalista da Fetaesc Marta Guerra e envolvendo muitos daqueles agricultores e agricultoras que fizeram, e ainda fazem, a história da Fetaesc e da agricultura em Santa Catarina.

(Continua lendo.)

"Mais uma vez, é sempre bom lembrar - com o cuidado para não cairmos na teia da fisicracia -, a excelência do modelo agrícola catarinense que, com a pequenissima fração do território brasileiro, como já vimos em vários momentos, ocupa a posição do 6º produtor nacional de alimentos, e em muitos dos produtos somos o primeiro.

Parafraseando o presidente Hilário Gottselig, toda essa *performance* deve-se, principalmente, à atuação da antiga Acaresc, dirigida pelos agrônomos Glauco Olinger e Cristóvão Franco, de 1956 a 2001, convertida, no governo Kleinübing, para a atual Epagri, da qual temos aqui dois presidentes: o antigo, o deputado Rogério Mendonça, e o atual, o agrônomo Murilo Flores." De propósito uso o termo agrônomo porque acho que qualquer termo - e desculpem os engenheiros - engenharia reduz dentro da minha perspectiva.

E além dessa atuação da Acaresc, diz o presidente Hilário Gottselig que, junto, caminhamos o esforço, a dedicação, a coragem e a competência da família rural catarinense. Era assim que nós, extensionistas, tratávamos de agricultores familiares. Na época não existia esse termo. Mas esse modelo tão consagrado, e que guindou o estado a essa posição invejável, está atualmente em regime de exaustão, dizemos - exaustão.

(Continua lendo.)

"Ao finalizar, quero também enfatizar que o resgate histórico contido nesse livro poderá abalar algumas certezas e nichos de dogmatismo e segurança que ainda ponteiavam no contexto atual de nossas instituições e dos próprios indivíduos. Até porque - e dessa vez recorro a três figuras: o filósofo francês Michel Foucault, o sociólogo alemão Ulrich Beck e o escrito e economista irlandês Charles Handy - a própria religião, inspirada nesses três autores, por exemplo, não pôde suportar que se contasse a sua história; bem como as nossas 'escolas de racionalidade' que também não apreciam muito que se escreva sobre elas por se tratar de uma história que registra e denuncia o fundamentalismo nas religiões, na ciência e na economia. Ou seja, e inspirado, agora sim, no meu companheiro Cristóvão Franco, 'tudo que é sólido desmancha no ar'."

Muito obrigado pela oportunidade!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Esta Presidência também registra a presença do sr. Jucélio Paladini, presidente estadual do Partido Comunista do Brasil.

(Palmas)

Convido para fazer uso da palavra o sr. Hilário Gottselig, presidente da Fetaesc, a nossa Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina que, com justiça, está sendo homenageada hoje pelos seus 40 anos de trabalho pela agricultura do nosso estado.

O SR. HILÁRIO GOTTSSELIG - Em nome de todos os companheiros e companheiras, os trabalhadores e trabalhadoras, as lideranças sindicais que estão aqui conosco representando os mais de 186 mil agricultores familiares pequenos e os mais de 72 mil assalariados e assalariadas que temos no estado de Santa Catarina, gostaríamos de cumprimentar o deputado Rogério Mendonça, que nos honra muito presidindo esta sessão, até pela forte ligação que tem com o campo. E no relato anterior vimos que tem papel importante também nesse cenário da construção dessa agricultura catarinense que temos aí e que o país inveja.

Quero também cumprimentar o deputado Herneus de Nadal, nosso também da federação, que propôs que essa homenagem pudesse acontecer. Inclusive agradeço por esse momento histórico para essa federação e, com certeza, deputado, para esta Casa também.

Cumprimento o meu companheiro e amigo Alberto Broch, vice-presidente da Contag, e também o nosso companheiro e amigo Toninho Rovaris, que hoje é secretário de Política Agrícola da Contag, na qual, inclusive, convivemos juntos na direção da Contag. E alegros e honra-nos muito a presença da Contag aqui conosco, que é a nossa protetora. Quando entramos nas nossas crises, vamos buscar suporte lá na nossa mãe.

Meus cumprimentos também ao nosso mais recente companheiro e colega de luta sindical neste Brasil, o companheiro Nivaldo, vice-presidente da CTB. Como dito por ele, ela é a mais jovem central sindical do Brasil. A CTB está sendo agora entre as cinco que não ser reconhecidas no Brasil. Em apenas quatro meses, estamos conseguindo fazer dela uma das principais centrais sindicais do Brasil, e com os trabalhadores rurais do Brasil sendo a grande referência dentro dessa Central.

Cumprimento também o nosso companheiro e amigo Zezo Pedroso, presidente da Faesc e do Senar, órgão esse com o qual, inclusive, a federação tem algumas relações e parcerias na construção da formação profissional dos trabalhadores e agricultores do nosso estado.

Gostaria de cumprimentar também o nosso amigo Murilo Flores, hoje presidente da Epagri, mas já anteriormente presidente da Embrapa e diretor de políticas vinculadas ao nosso campo, à agricultura, no ministério da Agricultura. E muitas batalhas, inclusive, tivemos em lados opostos, em outros momentos em lados juntos, construindo uma política para a agricultura, especialmente a agricultura familiar deste país. E o Pronaf tem surgido na nossa luta do movimento sindical da Contag, quando o Murilo Flores liderava isso dentro do ministério da Agricultura.

Cumprimento o deputado Professor Grando, que também nos honra com a sua presença; o deputado Reno Caramori; o deputado Moacir Sopsela; os outros deputados que estiveram aqui.

Enfim, agradecemos, com muito orgulho e com muita satisfação, por terem contemplado esse momento para a nossa federação. E isso não é extensivo somente a nós diretores e diretoras que estamos aqui neste momento, mas aos trabalhadores e às trabalhadoras do estado de Santa Catarina. Eu não tenho dúvida de que isso que está sendo promovido neste momento vai repercutir no meio rural catarinense e em todo o nosso estado.

Gostaria de cumprimentar as demais autoridades que aqui se encontram; os amigos da Fetaesc que aqui estão prestigiando, assim como os das outras organizações sindicais; e os trabalhadores de outros setores da sociedade que estão aqui. Isso também nos alegra muito.

Eu não poderia deixar, neste momento, também de cumprimentar especialmente os companheiros que estão presentes, ou não, que dirigiram e coordenaram essa federação ao longo destes 40 anos. Destaco os companheiros Zacarias, Bellini, Pedro, Norberto, Eriberto, Antoninho e Maurício. E estendo esses cumprimentos também a todos os companheiros e companheiras que fizeram parte dessas direções e construíram essa federação nesses 40 anos.

Cumprimento também o nosso escritor. Com certeza, com essa obra que estamos apresentando aqui, ele reproduziu essa importante história que todos nós dizíamos em todos os momentos e não tínhamos escrito para que pudesse ficar registrada para a sociedade catarinense, a sociedade agrícola dos trabalhadores do estado - e não só para Santa Catarina, mas também para o Brasil!

Professor Cunha, agradecemos e nos honra muito também o senhor ter sido escolhido para que pudesse escrever essa história, até porque como já foi dito, temos uma grande relação com a antiga Acaresc e com a Epagri na sua construção, mesmo que tenha havido alguns equívocos de compreensão e que isso ainda às vezes ocorra, reconhecemos esse trabalho que a Epagri faz para construirmos a agricultura do estado de Santa Catarina.

Eu até havia escrito algumas palavras, mas me colocaram numa enrascada porque o que havia escrito já foi tudo dito aqui. E, quando o deputado Herneus de Nadal fez o primeiro discurso pensei em convidá-lo para ser o assessor da Fetaesc, porque tudo o que nós estávamos dizendo ele disse aqui e os outros que o seguiram reproduziram o que eu estava querendo falar.

Diante disso, vou mudar um pouco a minha lógica, ao invés de fazer um discurso político vou, praticamente, agradecer e contemplar alguns fatos neste momento. Tudo o que os companheiros falaram anteriormente corresponde aquilo que eu gostaria de dizer e, com certeza, é o que cada companheira e companheiro que está aqui gostaria de dizer também.

Penso que isso é importante para nós, para a federação porque a credibilidade e o dia-a-dia da nossa federação também está no ouvido e na boca de outros setores e de outras pessoas da sociedade. Isso nos remete a uma questão muito importante que muitas vezes não conseguimos avaliar, que é o fato de ficarmos falando das coisas e os outros fazendo de conta que ouvem. Mas quando assistimos e ouvimos o que foi dito até então, temos certeza da importância, da representatividade e da credibilidade que essa organização tem na sociedade catarinense e o papel que desenvolveu.

Eu não tenho dúvidas de que cada companheira e companheiro que está sentado aqui, mencionados anteriormente, estão na labuta do dia-a-dia lá no campo, para produzir essa riqueza, como foi dito anteriormente, que se confirma no nosso estado.

Não restam dúvidas de que essa credibilidade, esse papel, que essa informação e esse trabalho desenvolvido fez com que a organização pudesse ter mais confiança. A luta, a garra, a disputa tem trazido essa garra para que possamos fazer da agricultura o que ela é hoje e traduzir não só na produção econômica, porque acho que para nós o que é produzido economicamente os números mostram, mas acho que o que está por trás disso é muito maior, ou seja, as pessoas, as famílias que estão aí representam muito mais dos que os 71,3% de produtos, de alimentos que produzimos neste estado. São essas pessoas, essas famílias que têm uma história de vida de muito trabalho nas suas propriedades, e todos que estão aqui já trabalharam na roça, são descendentes ou têm o pai e a mãe que trabalham na agricultura, e conhecem o que significa o dia-a-dia lá no campo.

Isso para nós representa um orgulho e uma satisfação muito importante. Inclusive faço um desafio muito importante para todos nós que estamos aqui e para este Parlamento, e isso pode ser reproduzido e traduzido para o Executivo do nosso estado também: vamos nos juntar, mesmo com interesses divergentes, sentar à mesa para discutir, para construirmos coletivamente, através de um consenso entre as duas organizações que estão aqui, a Faesc e a Fetaesc. E temos feito assiduamente, muitas vezes sentado numa mesa, mesmo com posições antagônicas, com interesses divergentes, mas tentando buscar o bem comum para o nosso estado.

Imaginem se este Parlamento, se o Executivo começasse a chamar essas duas organizações e buscasse nelas a construção de um projeto, de uma estratégia para melhorar as condições da nossa agricultura, principalmente, para a sua consolidação da agricultura familiar do nosso estado.

Tenho certeza de que o estado de Santa Catarina ganharia muito. Eu acho que esse é um momento muito importante. E lanço esse desafio aqui neste momento, para que possamos abrir esse debate, construir esse debate, trazer as nossas divergências, os nossos interesses e construir um caminho para a nossa agricultura, sob pena de acontecer o que já foi dito anteriormente.

Os dados, não somos nós que estamos dizendo, a Epagri nos remete, nos mostram que temos que fazer uma mudança rapidamente sob pena de termos, logo ali na frente, a agricultura catarinense envelhecida, masculinizada e uma agricultura familiar na qual teremos produtos e não teremos gente. Os dados, as informações nos remetem a isso e acho que este é um momento importante para reflexão. Vamos fazer 40 anos hoje, mas nós não estamos satisfeitos.

Então, este momento de reflexão é importante para que nós possamos buscar um caminho. E esse é o momento, inclusive pelo lançamento desse livro que foi entregue agora e será entregue aos demais. O livro nos traz a história toda, que já foi falada anteriormente. E tivemos o cuidado, nós que estamos hoje na direção e junto com os sindicatos, de que nenhum de nós viesse a intervir ou modificar qualquer que fosse o item ou argumentação dita por qualquer um dos companheiros ou companheiras que foram entrevistados sobre qualquer assunto.

Por quê? Porque nós queríamos e queremos a realidade, que essa obra representasse a verdade e os momentos históricos da nossa federação, concordantes ou não conosco, mas que cada um pudesse realmente traduzir isso para a história do nosso estado e da nossa agricultura. Em alguns momentos vai haver contradições, opiniões divergentes, situações narradas de modo diferente dentro desse livro, mas traz exatamente o que essa federação foi nesses 40 anos.

Eu acho que é para isso que estamos aqui hoje. É uma obra importante, mas com certeza para os próximos 40 anos quem chegar lá, vai olhar a obra e terá como referência a construção desses 40 anos que virão pela frente.

Então, quero agradecer principalmente em nome da nossa direção que está toda aqui hoje, primeiro ao deputado Herneus de Nadal, por ter requerido esta sessão e a todos os deputados e deputadas que aprovaram o requerimento por unanimidade. Sabemos que essa aprovação unânime demonstra a credibilidade e a importância que v.exas nos dão. E isso nos remete também a um desafio maior e o dever que teremos pela frente para cada vez mais fazer as coisas melhores e corretas.

Não posso deixar de agradecer o professor Cunha, que inclusive mencionou alguns companheiros, como o Cristóvão; estou vendo a carequinha dele lá atrás; o próprio Glauco. Eles também fazem parte do nosso livro, considerando alguns momentos do início da Epagri, já narrado anteriormente, quando começamos a construir o nosso sindicato, o sindicato da Epagri foi várias vezes contra a criação de sindicatos naquela época, porque eles eram criados a partir das associações agrícolas, e na época achavam que tínhamos que caminhar para um outro rumo. E nós achávamos que íamos na direção dos trabalhadores rurais, das lideranças da época, mas depois começamos a compreender e a entender que tínhamos que aglutinar em torno da construção de uma organização do sindicato dos trabalhadores rurais e trabalhadoras rurais e com ela a Fetaesc.

Quero agradecer também a todos os assessores e assessoras, a todos que nos ajudaram na construção dessa obra. Quero agradecer a cada um, a cada uma que estava lá e colocava a sua opinião, que desafiou ao expor a sua opinião e relatar aquilo que ocorreu naqueles momentos que cada um dos companheiros vivenciou.

Acho que não é tão simples assim chegar lá, alguém fazer uma entrevista e ele contar essa história sabendo que pode ter alguém que conviveu com ele, do lado dele e discordar daquilo que está dizendo. Foi um desafio. E acho que esses companheiros e companheiras se propuseram a construir essa obra, que não é só nossa, mas de cada um dos companheiros e companheiras que escreveram o que foi relatado aí.

Acho que isso vai trazer orgulho para nós que estamos aqui, é um orgulho para cada um de vocês, mas é um orgulho principalmente dos que virão pela frente, porque com certeza servirá de base para cada um de nós que estamos agora e continuaremos pela frente. E os relatos ditos lá pelos companheiros que estiveram lá na federação hoje, que estão relatados aqui dentro dizem exatamente isso.

Quero agradecer também a Fecoagro-Aurora, que nos ajudou não só a patrocinar esse coquetel, mas também a fazer parte dessa obra.

Finalizando, gostaria de deixar um abraço e o meu carinho a cada um dos nossos dirigentes, dos nossos trabalhadores e a todas as pessoas que estão aqui da Assembléia Legislativa, os deputados, os nossos visitantes que compareceram nesta sessão, trazendo esse aporte, esse carinho, esse valor humano para tão importante organização. E ela só é importante porque existem pessoas atrás, dirigentes, lideranças, trabalhadores e trabalhadoras. Agradeço também todas as homenagens feitas a mim. E esta placa é para nós todos, aqui tem um pedacinho de cada um, de cada uma de vocês que estão aqui e os que não estão aqui também. Isso não é somente para o Hilário, ou para a executiva da federação, mas é para cada um e cada uma que está aqui e os que estão nas suas casas, na roça e para as 186 mil famílias que temos no estado de Santa Catarina.

Então, o nosso grande abraço, sucesso e mais 40 anos de história, de luta e de garra para a nossa federação!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Meu amigo Hilário, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Quero dizer que quando o amigo no seu pronunciamento falava da minha condição, da minha ligação com a agricultura, senti também uma grande emoção em poder estar neste momento presidindo esta sessão solene em homenagem aos 40 anos da Fetaesc. Eu nunca imaginaria poder estar nessa condição, até porque, a grande maioria sabe que sou agrônomo, não sou engenheiro agrônomo, mas fiz agronomia porque na época fui muito influenciado por um estágio que fiz na Fetaesc. Na época o presidente da Fetaesc era o Zacarias e fiz estágio com o então agrônomo Ubiratan Latino de Campos. E com o Ubiratan, eu

estudava no último ano do curso de técnico agrícola e saía para visitar muitos municípios de Santa Catarina e alguns sindicatos e via a dificuldade, a luta em tentar implementar no nosso estado um sindicalismo ligado a agricultura. E pela influência do agrônomo Ubiratan Latino de Campos, mas tarde fui fazer agronomia também.

Formei-me em Agronomia e fui trabalhar na Acaresc, no escritório do município de Ituporanga. Lembro que ao chegar em Ituporanga, também orientado pelo meu mestre da época, sr. Uribatan, a primeira visita que fiz no município foi ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E lá encontrei o então presidente, o Balico, Brulino José de Souza, que ainda é vivo. E ele me ajudou muito no meu trabalho como extensionista, como agrônomo, no município de Ituporanga.

Depois do Balico, eu conheci lá outro presidente, o Laudir Schaefer, o Ademar Nicolau Laurindo, o Afonso Klöppel e o Sebastião Rosa. E acompanhei muito de perto o trabalho do sindicato, a importância do sindicato para as famílias dos agricultores. Principalmente nas lutas sindicais, naqueles anos em que a cebola não valia nada, era jogada nos rios, a nossa Fetaesc se mobilizou e conseguiu na maioria das vezes maior valorização para o seu produto, no caso a cebola.

Sei que praticamente em todos os municípios de Santa Catarina a luta não foi diferente. E hoje, meu amigo Hilário, tenho orgulho de ser deputado estadual nesta Casa, primeiro-secretário da Assembléia Legislativa e não é por acaso que eu estou presidindo esta sessão. O presidente Clésio Salvaro não podendo estar presente, perguntou quem de nós da Mesa Diretora poderia presidir a sessão. De imediato eu me prontifiquei e fiz questão de presidir-la, até pelo que representa a Fetaesc e todos os sindicatos na minha vida profissional e também na minha vida política.

Hoje tenho o orgulho, juntamente com outros deputados desta Casa, como é o caso dos deputados Herneus de Nadal, Moacir Solpesa e tantos outros, de poder dizer que sou o deputado da agricultura. Muitos me chamam também de deputado da cebola, outros de deputado da bracatinga. Não importa! Eu sou também o deputado da agricultura e sei da importância da Fetaesc e dos nossos sindicatos, para a valorização do nosso homem do campo, garantindo sempre uma qualidade de vida melhor para a nossa família rural.

Por isso parabeno o deputado Herneus de Nadal, o sr. Hilário e todos os sindicalistas da agricultura de Santa Catarina, como também o meu amigo Cunha pelo livro. Meus parabéns, Cunha.

Folheando o livro, nas primeiras páginas, me emocionei ao ver o Ubiratan numa fotografia. Realmente o livro relata a história da nossa federação, dos trabalhadores da agricultura. Tenho certeza de que esse livro vai servir até como subsídio a muitos de nós aqui desta Casa, em nosso trabalho, em nossos pronunciamentos e na luta em prol da nossa agricultura.

Agradecemos a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para irem ao coquetel no espaço Jerônimo Coelho.

Neste momento, passaremos à execução do hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino de Santa Catarina.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão solene, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1652ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1652ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente manifestou o pesar desta Procuradoria pelo falecimento da funcionária e colega Amanda Assunção da Costa, dia 30 de junho do corrente, tendo sido acompanhado pelos presentes. 1) Em regime de vista: Processo nº 0932/08, de Ângela Maria Oliveira Pederneiras, aprovado parecer por unanimidade do relator. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1046/08, de Ademar Bertan e Processo nº 0993/08, de Vilma Cardoso. 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade as Consultas: CL nº 246/08 de 25/06/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Edital do Concurso Monografia Escola do Legislativo 'Poder Legislativo e seus Diversos Aspectos'"; CL nº 260/08 de 27/06/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Protocolo de Intenções celebrado com a Universidade Lusófona da Humanidade e Tecnologias (ULHT) da cidade de Lisboa/Portugal". A relatora deu conhecimento do parecer exarado na ADI nº 2008.031805-9, Requerente: Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina e Requerida: ALESC. 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovado parecer por unanimidade a Consulta CL nº 232/08 de 17/06/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações

"Termo Aditivo ao Contrato celebrado com a COTRANS Locação de Veículos Ltda.". 5) Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1045/08, de Paulo José Rosa; Processo s/nº - Ofício nº 060/CM/08 de 13/05/08, Interessado: Ivon Jomir de Souza - Tenente Coronel PM Chefe da Casa Militar da ALESC "solicita análise pagamento abono a título de antecipação gratificação prevista no art. 20 da Lei Complementar nº 254/03, aos praças a disposição da ALESC" e Processo s/nº Ofício nº CSG 104/08 de 12/06/08, Interessado: Diretor Geral da ALESC "solicitação ampliação central telefônica da ALESC". 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0987/08, de Manoel José Fabiano. 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade as Consultas: CL nº 229/08 de 27/06/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Contrato com a Empresa IMA Construtora Ltda. 'Hall e Plenário'"; CL nº 244/08 de 24/06/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo ao Contrato celebrado com a Empresa ZACCHI Comércio e Representações e Serviços Ltda. 'aquisição aparelhos ar condicionado split' e CL nº 245/08 de 25/06/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão 'aquisição 100 licenças para bancos de dados Cachê versão Elite'". 8) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1049/08, de Maurílio Alves; Processo nº 0992/08, de Myllene Vieira Camilli; Consulta CL nº 247/08 de 25/06/08, Interessado: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Edital de Pregão - aquisição de licenças de Antispam e Antivirus" e Consulta Ofício nº 190/08 de 30/06/08, respondendo-a negativamente, Interessado: José Roberto Paludo - Chefe de Gabinete do deputado Pedro Uczai "liberação do Auditório Antonieta de Barros no dia 14/07/08, para Escola de Formação do PT". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia nove (09) de julho. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 02 de julho de 2008.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE**ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

Às nove horas do dia três de junho de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos demais senhores Deputados: Narcizo Parisotto, Herneus de Nadal, Pedro Uczai, Jean Kuhlmann, Gelson Merísio, Jaime Pasqualini, Marcos Vieira e Pedro Baldissera. Aberto os trabalhos, aos senhores Deputados passaram a relatar as matérias constantes da pauta. O Deputado Narcizo Parisotto relatou o PL/0114.0/08, exarando parecer pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Herneus de Nadal relatou o PL/0034.0/08, exarando parecer pela aprovação com emenda substitutiva global, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Pedro Uczai relatou as seguintes matérias: o PL/0060.2/08, exarando voto de vista pela rejeição, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o voto do relator pela rejeição; o PLC/0010.9/08, exarando voto de vista favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o voto favorável do relator; o PL/0447.6/07, exarando parecer pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o PL/0046.4/08, exarando parecer pelo arquivamento, que colocado em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao Deputado Gelson Merísio. O Deputado Romildo Titon relatou os Projetos de Lei nºs 0145.6/08, 0143.4/08, 0128.5/08 e 0135.4/08, exarando pareceres pela aprovação, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 143/08**

Ituporanga (SC), 24 de junho de 2008.

Ao

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SC FLORIANÓPOLIS - SC

REF.: Encaminhamento Documentos - RENOVAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL

Entidade: OBRA SOCIAL EVANGÉLICA

Prezado Senhor:

Com base no Art. 3º da Lei 13.663 encaminhamos os documentos abaixo relacionados para fins de manutenção de nossa UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL:

- Relatório de Atividades-2007
- Balancete Contábil 2007

- Declaração registrada no Cartório (Ofício de Títulos e Documentos de Ituporanga) com datas das Alterações Estatutárias e Confirmação da não remuneração ou distribuição de resultados/benefícios à diretoria e/ou dirigentes da OBRA SOCIAL EVANGÉLICA.

Diante do cumprimento da legislação pertinente, e em especial, pelo atendimento do público alvo a partir dos objetivos estatutários, requeremos a manutenção/renovação de nosso CERTIFICADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.

Atenciosamente,
Baldoino Schütz
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 08/07/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 144/08**DECLARAÇÃO**

DECLARAMOS para os devidos fins, que a **SOCIEDADE PROMOCIONAL DE BLUMENAU DO MENOR TRABALHADOR - PROMENOR**, CNPJ 83.106.898/0001-04, estabelecida na Rua Itapiranga, nº 368, bairro Velha, em Blumenau/SC, declarada de utilidade pública estadual pela lei nº 5.125 de 30/06/1975, neste ato representada pelo Sr. DENIO ALEXANDRE SCOTTINI, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1.723.393-3 SSP-SC, inscrita no CPF sob o nº 597.083.449-15, não remunera, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretextos.

Declaramos ainda, que permanecemos cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública, conforme Art. 2º da Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007.

E, por ser verdade, assumimos inteira responsabilidade pelos termos desta declaração.

Denio Alexandre Scottini
Administrador

Lido no Expediente
Sessão de 08/07/08

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1308, de 08/07/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **NEI BUOGO**, matrícula nº 4202, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1309, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ADILOR GUGLIELMI**, matrícula nº 3237, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1310, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARILIA PIACENTINI BUOGO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1311, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR FABIANO GUSTAVO BUSSI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clésio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1312, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR KELLY CRISTINE BONGIOLO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (1ª Vice-Presidência).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1313, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VANESSA KARINE DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clésio Salvaro).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1314, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR FERNANDO ABEL BARCHINSKI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clésio Salvaro).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1315, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ANDRE GUESSER**, matrícula nº 3956, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Moacir Sopelsa).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1316, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANDRE GUESSER, matrícula nº 3956 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Moacir Sopelsa).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1317, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR THAIS CAROLINE ROTAVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Moacir Sopelsa).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1318, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LAURA CORREA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Silvio Dreveck).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1319, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LUCIANE DE ALMEIDA SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Silvio Dreveck).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1320, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ERLEDIO PEDRO PERING**, matrícula nº 4654, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputada Ana Paula Lima).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1321, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ERLEDIO PEDRO PERING, matrícula nº 4654 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputada Ana Paula Lima).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1322, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR PATRÍCIA REGINA MOTTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputada Ana Paula Lima).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1323, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **EDNA MARIA BASTOS**, matrícula nº 4938, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputada Ana Paula Lima).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1324, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR EDNA MARIA BASTOS, matrícula nº 4938 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputada Ana Paula Lima).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1325, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **CRISTIANE CARDOSO**, matrícula nº 4246, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1326, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ALVETE PASIN BEDIN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1327, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALDO PEDRO FERRARI**, matrícula nº 5514, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Pedro Uczai).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1328, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR ALDO PEDRO FERRARI, matrícula nº 5514, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PT).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1329, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARCOS ALESSANDRO FIALHO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Nilson Gonçalves).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1330, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **NIVEA JANUARIO**, matrícula nº 5761, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Manoel Mota).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1331, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ALBINO GIUST, matrícula nº 5479, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Manoel Mota).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1332, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **GERSON LESSA DA SILVEIRA**, matrícula nº 4076, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Serafim Venzon).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1333, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **GERSON LESSA DA SILVEIRA**, matrícula nº 4076 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Serafim Venzon).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1334, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ELIANE MARTINS DOS SANTOS PEREIRA**, matrícula nº 5561, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jose Natal Pereira).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1335, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **ELIANE MARTINS DOS SANTOS PEREIRA**, matrícula nº 5561 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado José Natal Pereira).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1336, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MARCELO DOS REIS**, matrícula nº 5415, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jose Natal Pereira).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1337, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **MARCELO DOS REIS**, matrícula nº 5415 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado José Natal Pereira).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1338, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE:

LOTAR o servidor **JORGE CLENIO DA SILVA**, matrícula nº 1421, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, no Gabinete do Deputado Rogério Mendonça.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1339, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,
RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
2794	Maria Ivonete Lessa	12	30/06/08	1190/08
1606	Ana Maria Maia Ramos	49	04/07/08	1191/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1340, de 08/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 029/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	
0947	Valter Euclides Damasco	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI N. 199/08**

Dispõe sobre o acesso ao conteúdo programático das provas de concursos públicos, quando realizadas por deficientes visuais, e dá outras providências.

Art. 1º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência visual, o direito de acesso gratuito ao conteúdo programático das provas, quando da realização de concurso público estadual.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo se estende aos concursos públicos, de toda natureza, abrangendo, a Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado.

Art. 2º Considera-se deficiência visual a acuidade visual igual ou menor de 20\200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações.

Art. 3º O conteúdo programático das provas poderá ser disponibilizado, ou ainda, Livro Digital Acessível - LIDA, de acordo com a opção do candidato.

Parágrafo Único - A opção do candidato será feita em campo próprio na Ficha de Inscrição.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,
Ana Paula Lima
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 08/07/08

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem o objetivo de assegurar aos deficientes visuais, o direito de acesso ao conteúdo programático das provas aplicadas através de concursos públicos, em nível estadual.

Na condição de parlamentar, não posso deixar de ouvir e entender o clamor de uma parcela da população que se sente prejudicada quando da realização de processos seletivos e concursos públicos, neste caso as pessoas portadoras de deficiência visual.

A Constituição Federal e, por conseguinte, a Constituição Estadual, estabelecem princípios norteadores da Administração Pública, dentre eles encontra-se o da igualdade. Ora, por igualdade entende-se a absoluta simetria entre todos os cidadãos, principalmente no tocante à igualdade de oportunidade de ingresso no serviço público.

Ocorre que, quando da realização de um concurso público, ou ainda de um processo seletivo para contratações temporárias, e até mesmo, os processos seletivos internos - previstos no Estatuto dos Servidores, como forma de ascensão funcional - conteúdo programático das provas é o elemento fundamental para que os candidatos possam ter uma referência dos assuntos que devem estudar, seja através de apostilas, livros e obras doutrinárias.

Para quem possui uma visão normal, o alcance e a facilidade de encontrar os assuntos para estudar e preparar-se para o concurso é grande. Porém, esta não é a situação dos portadores de deficiência visual, e aí estão compreendidos aqueles com acuidade visual igual ou menor que 20\200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de snellen), ou ainda, ocorrência simultânea de ambas as situações.

Para os portadores da referida deficiência, o acesso ao material de estudo é bastante restrito, principalmente pelo fato do mercado não apresentar, na maioria das vezes, apostilas e livros transcritos em braille, documento digitalizado ou Livro Didático Acessível - LIDA.

Por esta razão, entendemos que o Estado tem a obrigação de garantir o que a Carta Magna estabeleceu: o princípio da igualdade. Assim, tem o presente projeto de lei o condão de assegurar a Administração, Indireta, Fundacional e Autárquica do estado, quando da realização de concursos públicos de qualquer natureza, assegurem gratuitamente o acesso ao conteúdo programático das provas em braille, documento digitalizado ou Livro Didático Acessível - LIDA.

Uma sociedade justa se faz com justiça! E justiça é tratar cada cidadão com igualdade e isonomia. Oportunizar acessibilidade aos cargos e empregos públicos em idênticas condições de disputar o certame. Desta forma estaremos contribuindo para que nosso Estado seja referência, para que Santa Catarina seja ente federativo que respeita e aplica os preceitos constitucionais.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 200/08

Declara de utilidade pública o Caçador Atlético Clube, com sede no município de Caçador.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Caçador Atlético Clube, com sede no município de Caçador.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º. A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Reno Caramori

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/08

JUSTIFICATIVA

O Caçador Atlético Clube, fundada em 25 de junho de 2003 é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter cultural, social, esportivo e filantrópico, com sede no município de Caçador

É uma associação de praticantes do desporto e do lazer do município de Caçador e do meio oeste catarinense, tendo como objetivo precípuo a integração dos atletas e aficionados do futebol, através do desenvolvimento de uma política sócio educacional, cultural e desportiva, desde a infância até a fase adulta, em conjunto com a comunidade, atraindo atletas para participação nas competições municipais, regionais e estaduais, solidificando os valores culturais e desportivos locais, dentro dos princípios éticos imprescindíveis na vida em sociedade

A documentação acostada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 14.182, de 2007.

Assim, pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo o apoio dos nobres pares para aprovação do presente Projeto de Lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 201/08

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural de Mirim Doce, com sede no município de Mirim Doce.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural de Mirim Doce, com sede no município de Mirim Doce.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual a Associação Comunitária e Cultural de Mirim Doce, com sede no município de Mirim Doce.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, de caráter cultural e artístico, que tem por finalidade a elaboração e engajamento em campanhas sociais no âmbito municipal, regional, estadual e nacional, promover a instituição, a cultura, as diversões lícitas, os esportes sadios, encontros de formação, integração social e moral de crianças, jovens, adultos e idosos, angariar recursos financeiros para a concretização e manutenção dos objetivos da entidade por meio de campanhas, doações, mensalidades de associados e outros que coincidam com os propósitos da entidade, além de coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacional, informações de cunho político, social e econômico, científico, cultural, artístico e desportivo, relacionados à comunidade ou de seu interesse.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 202/08

Institui a Semana Estadual à Valorização da Vida e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual à Valorização da Vida.

Parágrafo único. A Semana prevista no *caput* deste artigo será a segunda semana do mês de maio.

Art. 2º A Semana Estadual à Valorização da vida terá como diretrizes:

I - alertar a população sobre como diagnosticar possíveis suicidas utilizando veículos de comunicação de grande acesso à população;

II - promover encontro com especialistas na área para debater o assunto; e

III - elaborar e distribuir cartilhas didáticas para órgãos públicos, tais como escolas e hospitais, capacitando funcionários para lidar com pessoas que tenham pensamentos suicidas.

Art. 3º Compete ao Poder Executivo a administração e gerência dos programas criados para efetivação da política de que trata esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 08/07/08

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem o objetivo de conscientizar a população sobre a atenção que se deve dar a pessoas que pensam em romper com a vida. Santa Catarina ocupa hoje a 2ª posição no *ranking* que apresenta a taxa média de suicídios, atrás apenas do Rio Grande do Sul, segundo levantamento feito pelo IBGE e Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o estudo, duas regiões figuram no *ranking* das taxas de suicídio, no Estado: o vale do Itajaí e o Oeste. No ano passado, chegou a 423 ocorrências. A Organização Mundial de Saúde - OMS - considera alto o índice de suicídio que supere 10 para cada 100 mil habitantes. Devemos evitar que a mortalidade por suicídio continue crescendo, e a Semana Estadual à Valorização da Vida é um mecanismo para informar as pessoas, explicando

comportamentos suicidas e formas de prevenir uma possível tragédia. Algo que já se tornou um problema de saúde pública, deve receber uma atenção especial no Estado de Santa Catarina. Desta forma, uma vez que se objetiva zelar pela saúde pública, solicitamos aos nobres Pares o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 580/07

Declara de utilidade pública o Desafio Jovem Encontro com Deus, com sede no Município de Jaraguá do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Desafio Jovem Encontro com Deus, com sede no Município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 659/07

Declara de utilidade pública o Instituto Consulado da Mulher, no Município de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Consulado da Mulher, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 125/08

Declara de utilidade pública a Associação Morιά, com sede no Município de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Morιά, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 126/08

Declara de utilidade pública o Instituto Amea, com sede no Município de Joinville.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Amea, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 127/08

Declara de utilidade pública o Grupo Galpão, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Galpão, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 128/08

Declara de utilidade pública a Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da Amurel, com sede no Município de Laguna.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da Amurel, com sede no Município de Laguna.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 133/08

Declara de utilidade pública a Fundação Fênix de Apoio aos Portadores de Insuficiência de Órgãos, com sede no Município de Criciúma.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Fênix de Apoio aos Portadores de Insuficiência de Órgãos, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 135/08

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bela Vista do Toldo, com sede no Município de Bela Vista do Toldo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bela Vista do Toldo, com sede no Município de Bela Vista do Toldo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 142/08

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capivari de Baixo - APAE, com sede no Município de Capivari de Baixo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capivari de Baixo - APAE, com sede no Município de Capivari de Baixo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 143/08

Declara de utilidade pública a Associação Regional Esportiva Cultural de Judô - ARECJ, com sede no Município de Joaçaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional Esportiva Cultural de Judô - ARECJ, com sede no Município de Joaçaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 145/08

Declara de utilidade pública o Esporte Clube Água Verde, com sede no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Esporte Clube Água Verde, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

SUBEMENDA A EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0014.2/2008

A Emenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei Complementar nº PLC/0014.2/2008 passa a ter as seguintes alterações:

Art. 1º Os arts. 2º, 3º, e o Anexo Único da Emenda Substitutiva Global passam a ter as seguintes alterações:

“Art. 2º O efetivo máximo previsto fica distribuído em Quadros Policiais-Militares, com postos e graduações na forma especificada a seguir:

I - Quadro de Oficiais Policiais-Militares - QOPM:

- a) Coronel PM = 34;
- b) **Tenente-Coronel PM = 131;**
- c) Major PM = 183;
- d) Capitão PM = 368;
- e) 1º Tenente PM = 359; e
- f) **2º Tenente PM = 345;**

II - Quadro de Oficiais de Saúde - QOSPM:

- a) Médicos:
 1. Tenente-Coronel Médico PM = 1;
 2. Major Médico PM = 4;
 3. Capitão Médico PM = 15;
 4. 1º Tenente Médico PM = 14; e
 5. 2º Tenente Médico PM = 6;

b) Dentistas:

- 1. Tenente-Coronel Dentista PM = 1;
- 2. Major Dentista PM = 4;
- 3. Capitão Dentista PM = 12;
- 4. 1º Tenente Dentista PM = 9; e
- 5. 2º Tenente Dentista PM = 5;

III - Quadro de Oficiais Capelães - QOCpPM:

- a) **Tenente-Coronel Capelão PM = 1;**
- b) Major Capelão PM = 1; e
- c) **2º Tenente Capelão PM = 2;**
- (...)

IV - Quadro de Oficiais Auxiliares - QOAPM:

- a) 2º Tenente Auxiliar PM = 31;

V - Quadro de Praças Policiais-Militares - QPPM:

- a) Subtenente PM = 200;
- b) 1º Sargento PM = 549;
- c) 2º Sargento PM = 919;
- d) 3º Sargento PM = 1.649;
- e) Cabo PM = 3.531; e
- f) Soldado PM = 10.013; e

VI - Quadro Especial de Cabos e Terceiros Sargentos -

QEPPM:

- a) 3º Sargento Especial PM = 391; e
- b) Cabo Especial PM = 1.290.

“Art. 3º O ingresso no Quadro de Oficiais Capelães - QOCpIPM se dará no Posto de 2º Tenente Capelão, e terá progressão na carreira limitada ao Posto de Tenente-Coronel Capelão, uma vez cumpridos os requisitos previstos na Lei de promoção de Oficiais, processando-se as respectivas promoções pelo critério de merecimento.

§ 1º Observado o disposto no *caput* deste artigo, mesmo não havendo previsão de vaga, o Oficial Capelão será promovido ao posto

imediate, permanecendo na condição de excedente ao respectivo Quadro.

§ 2º Para o preenchimento do Quadro de Oficiais Capelães deverá ser observada a proporcionalidade das diversas religiões professadas na Corporação, conforme o critério estabelecido pelo art. 10 da Lei federal nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.

ANEXO ÚNICO

Posto/Gradação	Total de vagas existentes antes desta Lei Complementar	Total de vagas na data de publicação desta Lei Complementar	Total de vagas em 1/11/2008	Total de vagas em 1/4/2009	Vagas a serem ativadas de acordo com o art. 5º, II, desta Lei Complementar	Efetivo Máximo previsto por esta Lei Complementar
QOPM						
Cel PM	17	23	23	23	11	34
Ten Cel PM	41	86	106	131	-	131
Maj PM	68	116	136	155	28	183
Cap PM	132	177	177	177	191	368
1º Ten PM	166	166	166	166	193	359
2º Ten PM	165	165	165	165	180	345
Asp Of PM	66	80	80	80	-	80
Cadete PM	120	160	160	160	-	160
QOSPM						
Ten Cel Med	1	1	1	1	-	1
Maj Med	2	2	3	4	-	4
Cap Med	3	3	6	15	-	15
1º Ten Med	5	14	14	14	-	14
2º Ten Med	29	6	6	6	-	6
Ten Cel Dent	1	1	1	1	-	1
Maj Dent	2	2	2	4	-	4
Cap Dent	4	4	12	12	-	12
1º Ten Dent	4	9	9	9	-	9
2º Ten Dent	20	5	5	5	-	5
2º Ten Vet	1	-	-	-	-	-
QOCpIPM						
Ten Cel Cpl	-	-	-	-	1	1
Maj Cpl	1	1	1	1	-	1
2º Ten Cpl	-	-	-	-	2	2
QOEspPM						
Cap Mus	1	-	-	-	-	-
1º Ten Mus	1	-	-	-	-	-
2º Ten Mus	1	-	-	-	-	-
QOAPM						
2º Ten QOA	31	31	31	31	-	31
QPPM						
Sub Ten PM	103	162	172	182	18	200
1º Sgt PM	238	379	404	429	120	549
2º Sgt PM	500	520	540	560	359	919
3º Sgt PM	644	664	684	700	949	1.649
Cb PM	826	1.071	1.171	1.271	2.260	3.531
Sd PM	9.058	10.013	10.013	10.013	-	10.013
QEPPM						
3º Sgt Esp PM	340	355	370	391	-	391
Cb Esp PM	1.122	1.162	1.226	1.290	-	1.290
Total	13.713	15.378	15.684	15.996	4.312	20.308

Sala da Comissão, em
Deputado Gelson Merisio
Deputado Marcos Vieira

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº PLC/0014.2/2008**

O Projeto de Lei Complementar nº 0014.2/2008 passa a ter a seguinte redação:

“Fixa o efetivo máximo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e adota outras providências

Art. 1º O efetivo máximo previsto para a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina será de 20.308 (vinte mil, trezentos e oito) Policiais-Militares.

Art. 2º O efetivo máximo previsto fica distribuído em Quadros Policiais-Militares, com postos e graduações na forma especificada a seguir:

I - Quadro de Oficiais Policiais-Militares - QOPM:

- Coronel PM = 34;
- Tenente-Coronel PM = 132;
- Major PM = 183;
- Capitão PM = 368;
- 1º Tenente PM = 359; e

f) 2º Tenente PM = 346;

II - Quadro de Oficiais de Saúde - QOSPM:

a) Médicos:

- Tenente-Coronel Médico PM = 1;
- Major Médico PM = 4;
- Capitão Médico PM = 15;
- 1º Tenente Médico PM = 14; e
- 2º Tenente Médico PM = 6;

b) Dentistas:

- Tenente-Coronel Dentista PM = 1;
- Major Dentista PM = 4;
- Capitão Dentista PM = 12;
- 1º Tenente Dentista PM = 9; e
- 2º Tenente Dentista PM = 5;

III - Quadro de Oficiais Capelães - QOCpIPM:

- Major Capelão PM = 1; e
- 2º Tenente Capelão PM = 1;

IV - Quadro de Oficiais Auxiliares - QOAPM:

- 2º Tenente Auxiliar PM = 31;

V - Quadro de Praças Policiais-Militares - QPPM:

- Subtenente PM = 200;
- 1º Sargento PM = 549;
- 2º Sargento PM = 919;
- 3º Sargento PM = 1.649;
- Cabo PM = 3.531; e
- Soldado PM = 10.013; e

VI - Quadro Especial de Cabos e Terceiros Sargentos - QEPPM:

- a) 3º Sargento Especial PM = 391; e
b) Cabo Especial PM = 1.290.

Art. 3º O ingresso no Quadro de Oficiais Capelães - QOCpIPM se dará no posto de 2º Tenente Cpl, e terá progressão na carreira limitada ao posto de Major Cpl, uma vez cumpridos os requisitos previstos na Lei de Promoção de Oficiais, processando-se a respectiva promoção pelo critério de merecimento.

§ 1º Observado o disposto no *caput* deste artigo, mesmo não havendo previsão de vaga, o Oficial Capelão será promovido ao posto imediato, permanecendo na condição de excedente ao respectivo Quadro.

§ 2º No preenchimento do Quadro de Oficiais Capelães poderão coexistir, no máximo, dois Oficiais capelães.

§ 3º Para o preenchimento do Quadro de Oficiais Capelães deverá ser observado o seguinte:

I - para a existência de apenas um Oficial Capelão, sua seleção respeitará a religião mais professada na Corporação; e

II - para a coexistência de dois Oficiais Capelães, a seleção do primeiro e do segundo respeitará, respectivamente, a primeira e a segunda religião mais professadas na Corporação.

Art. 4º O efetivo de Aspirante-a-Oficial PM e Cadete PM terá número variável até o limite de:

- I - Aspirante-a-Oficial PM = 80; e
II - Cadete PM = 160.

Art. 5º O efetivo de que trata esta Lei Complementar será ativado e preenchido de acordo com os seguintes critérios:

I - 15.378 (quinze mil, trezentas e setenta e oito) vagas ficam distribuídas e ativadas conforme os quadros, os círculos, os postos e as graduações constantes do Anexo Único desta Lei Complementar, sendo ocupadas pelo efetivo existente; e

II - o efetivo restante será ativado de forma gradativa, a qualquer tempo, por intermédio de decretos do Chefe do Poder Executivo, consoante permitir a arrecadação do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o constatado interesse público, mediante avaliação e critérios do Poder Executivo.

Parágrafo único. As vagas ativadas por esta Lei Complementar e as vagas abertas em decorrência de promoção, serão ocupadas, obrigatoriamente, na seguinte ordem:

I - primeiramente pelos policiais militares que se encontrarem na condição de excedente, incluindo-se aqueles cuja situação é decorrente da aplicação da Lei nº 13.357, de 2 de junho de 2005, em ordem de antigüidade, no posto ou graduação correspondente à vaga aberta; e

II - posteriormente pelos policiais militares pertencentes ao posto ou graduação imediatamente inferior à vaga aberta, consoante os critérios de promoção definidos em legislação específica.

Art. 6º Excepcionalmente, fica autorizada a realização de promoções na Polícia Militar no prazo de 10 (dez) dias contados da data de publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo único. No prazo fixado no *caput* deste artigo, deverá ser finalizado o processamento das promoções.

Art. 7º O inciso III do art. 89 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 89....."

III - é promovido por bravura, sem haver vaga, passando a ocupar a primeira vaga aberta;"

Art. 8º O art. 3º da Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Soldado de 1ª Classe e o Cabo somente serão promovidos à graduação de Cabo e 3º Sargento, respectivamente, após aprovação no Curso de Formação de Cabo - CFC - e no Curso de Formação de Sargento - CFS.

§ 1º Além de atender a outros critérios estabelecidos na presente Lei Complementar, será exigido a conclusão do ensino médio para ser matriculado nos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento.

§ 2º O Aluno-Cabo e o Aluno-Sargento reprovado pela segunda vez pelo critério de aferição intelectual exigido pelas normas de

ensino, nas respectivas corporações, somente terá direito a concorrer à rematrícula após decorrido três anos de encerramento do último curso que o reprovou, retornando à sua condição anterior.

§ 3º O acesso às vagas aos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento se dará na proporção de uma por antigüidade e três por merecimento, observada a antigüidade na respectiva graduação, no limite de três militares estaduais para cada vaga oferecida.

§ 4º Para a realização dos Cursos de Formação de Cabos e de Sargentos, sempre que o número de vagas ofertadas não se completar em primeira chamada, far-se-ão chamadas sucessivas para o preenchimento das vagas remanescentes, com base nos mesmos critérios adotados para efetuar a primeira, buscando o aproveitamento total das vagas oferecidas, conforme disposto no regulamento desta Lei Complementar.

§ 5º Os militares estaduais promovidos por ato de bravura freqüentarão o primeiro curso de formação ou aperfeiçoamento disponibilizado pela Corporação, que corresponda ao grau hierárquico ascendido, independentemente previsto no § 1º deste artigo, nos termos da regulamentação desta Lei Complementar.

§ 6º Na situação de que trata o parágrafo anterior, são requisitos para a promoção ao próximo grau hierárquico:

- I - para Cabo e 3º Sargento:
a) aprovação no curso de formação correspondente ao grau hierárquico ascendido; e
b) conclusão do ensino médio;
II - para 1º Sargento:
a) aprovação no curso de aperfeiçoamento.

§ 7º A participação dos militares estaduais nos Cursos de Formação de Cabos e de Sargentos e de Aperfeiçoamento, em conformidade com o disposto no § 5º deste artigo, não importará na ocupação de vagas oferecidas nos respectivos cursos.

§ 8º Fica facultado aos militares estaduais promovidos pelo Quadro Especial de Cabos e Terceiros Sargentos - QEPPM, de que trata a Lei nº 6.153, de 21 de setembro de 1982 e pelo Quadro de Praças Bombeiros Militar Complementar - QPBMC, de que trata a Lei Complementar nº 259, de 19 de janeiro de 2004, observado o critério de antigüidade na respectiva graduação, o correspondente ingresso no Quadro de Praças Policiais Militares - QPPM e no Quadro de Praças Bombeiros Militar - QPBM, desde que atendam aos seguintes requisitos:

- I - o cumprimento ao disposto no § 1º deste artigo; e
II - a aprovação no curso de formação que corresponda ao grau hierárquico ascendido.

§ 9º O exercício da faculdade disposta no parágrafo anterior importará, obrigatoriamente, na transferência automática da respectiva vaga prevista no Quadro Especial de Cabos e Terceiros Sargentos - QEPPM e no Quadro de Praças Bombeiros Militar Complementar - QPBMC, respectivamente, para o Quadro de Praças Policiais Militares - QPPM e para o Quadro de Praças Bombeiros Militar - QPBM.

§ 10. Deverá ser acrescido o quantitativo de 10% (dez por cento) de vagas, sobre as vagas de cada um dos Cursos de Formação de Cabos e de Sargentos oferecidos pela Instituição Militar, porcentagem esta que será destinada, exclusivamente, aos militares estaduais do Quadro Especial de Cabos e Terceiros Sargentos - QEPPM e do Quadro de Praças Bombeiros Militar Complementar - QPBMC, respectivamente, em observância ao previsto no § 8º deste artigo."

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogados:

I - o inciso VI e §§ 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 do art. 62 e inciso V e §§ 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 do art. 82 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983;

II - a Lei nº 7.159, de 17 de dezembro de 1987;

III - a Lei Complementar nº 107, de 07 de janeiro de 1994; e

IV - os arts. 4º e 5º da Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006.

ANEXO ÚNICO

Posto/Graduação	Total de vagas existentes antes desta Lei Complementar	Total de vagas na data de publicação desta Lei Complementar	Total de vagas em 1/11/2008	Total de vagas em 1/4/2009	Vagas a serem ativadas de acordo com o art. 5º, II, desta Lei Complementar	Efetivo Máximo previsto por esta Lei Complementar
QOPM						
Cel PM	17	23	23	23	11	34
Ten Cel PM	41	86	106	131	-	132
Maj PM	68	116	136	155	28	183
Cap PM	132	177	177	177	191	368
1º Ten PM	166	166	166	166	193	359
2º Ten PM	165	165	165	165	180	346

Asp Of PM	66	80	80	80	-	80
Cadete PM	120	160	160	160	-	160
QOSPM						
Ten Cel Med	1	1	1	1	-	1
Maj Med	2	2	3	4	-	4
Cap Med	3	3	6	15	-	15
1º Ten Med	5	14	14	14	-	14
2º Ten Med	29	6	6	6	-	6
Ten Cel Dent	1	1	1	1	-	1
Maj Dent	2	2	2	4	-	4
Cap Dent	4	4	12	12	-	12
1º Ten Dent	4	9	9	9	-	9
2º Ten Dent	20	5	5	5	-	5
2º Ten Vet	1	-	-	-	-	-
QOCpIPM						
Maj Cpl	1	1	1	1	-	1
2º Ten Cpl	-	-	-	-	1	1
QOEspPM						
Cap Mus	1	-	-	-	-	-
1º Ten Mus	1	-	-	-	-	-
2º Ten Mus	1	-	-	-	-	-
QOAPM						
2º Ten QOA	31	31	31	31	-	31
QPPM						
Sub Ten PM	103	162	172	182	18	200
1º Sgt PM	238	379	404	429	120	549
2º Sgt PM	500	520	540	560	359	919
3º Sgt PM	644	664	684	700	949	1.649
Cb PM	826	1.071	1.171	1.271	2.260	3.531
Sd PM	9.058	10.013	10.013	10.013	-	10.013
QEPPM						
3º Sgt Esp PM	340	355	370	391	-	391
Cb Esp PM	1.122	1.162	1.226	1.290	-	1.290
Total	13.713	15.378	15.684	15.997	4.311	20.308

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon
Relator
No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, avoco e
adoto o parecer acima

Dep. Jorginho Mello

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 014/2008

Fixa o efetivo máximo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O efetivo máximo previsto para a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina será de 20.308 (vinte mil, trezentos e oito) Policiais-Militares.

Art. 2º O efetivo máximo previsto fica distribuído em Quadros Policiais-Militares, com postos e graduações na forma especificada a seguir:

I - Quadro de Oficiais Policiais-Militares - QOPM:

- a) Coronel PM = 34;
- b) Tenente-Coronel PM = 131;
- c) Major PM = 183;
- d) Capitão PM = 368;
- e) 1º Tenente PM = 359; e
- f) 2º Tenente PM = 345;

II - Quadro de Oficiais de Saúde - QOSPM:

- a) Médicos:
 1. Tenente-Coronel Médico PM = 1;
 2. Major Médico PM = 4;
 3. Capitão Médico PM = 15;
 4. 1º Tenente Médico PM = 14; e
 5. 2º Tenente Médico PM = 6;
- b) Dentistas:
 1. Tenente-Coronel Dentista PM = 1;
 2. Major Dentista PM = 4;
 3. Capitão Dentista PM = 12;
 4. 1º Tenente Dentista PM = 9; e
 5. 2º Tenente Dentista PM = 5;

III - Quadro de Oficiais Capelães - QOCpIPM:

- a) Tenente-Coronel Capelão PM = 1;
- b) Major Capelão PM = 1; e
- c) 2º Tenente Capelão PM = 2;

IV - Quadro de Oficiais Auxiliares - QOAPM:

- a) 2º Tenente Auxiliar PM = 31;

V - Quadro de Praças Policiais-Militares - QPPM:

- a) Subtenente PM = 200;
- b) 1º Sargento PM = 549;
- c) 2º Sargento PM = 919;
- d) 3º Sargento PM = 1.649;
- e) Cabo PM = 3.531; e
- f) Soldado PM = 10.013; e
- VI - Quadro Especial de Cabos e Terceiros Sargentos -

QEPPM:

- a) 3º Sargento Especial PM = 391; e
- b) Cabo Especial PM = 1.290.

Art. 3º O ingresso no Quadro de Oficiais Capelães - QOCpIPM se dará no posto de 2º Tenente Capelão, e terá progressão na carreira limitada ao posto de Tenente-Coronel Capelão, uma vez cumpridos os requisitos previstos na Lei de Promoção de Oficiais, processando-se as respectivas promoções pelo critério de merecimento.

§ 1º Observado o disposto no *caput* deste artigo, mesmo não havendo previsão de vaga, o Oficial Capelão será promovido ao posto imediato, permanecendo na condição de excedente ao respectivo Quadro.

§ 2º Para o preenchimento do Quadro de Oficiais Capelães deverá ser observada a proporcionalidade das diversas religiões professadas na Corporação, conforme o critério estabelecido pelo art. 10 da Lei federal nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.

Art. 4º O efetivo de Aspirante-a-Oficial PM e Cadete PM terá número variável até o limite de:

- I - Aspirante-a-Oficial PM = 80; e
- II - Cadete PM = 160.

Art. 5º O efetivo de que trata esta Lei Complementar será ativado e preenchido de acordo com os seguintes critérios:

I - 15.378 (quinze mil, trezentas e setenta e oito) vagas ficam distribuídas e ativadas conforme os quadros, os círculos, os postos e as graduações constantes do Anexo Único desta Lei Complementar, sendo ocupadas pelo efetivo existente; e

II - o efetivo restante será ativado de forma gradativa, a qualquer tempo, por intermédio de decretos do Chefe do Poder Executivo, consoante permitir a arrecadação do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o constatado interesse público, mediante avaliação e critérios do Poder Executivo.

Parágrafo único. As vagas ativadas por esta Lei Complementar e as vagas abertas em decorrência de promoção, serão ocupadas, obrigatoriamente, na seguinte ordem:

I - primeiramente pelos policiais militares que se encontrarem na condição de excedente, incluindo-se aqueles cuja situação é decorrente da aplicação da Lei nº 13.357, de 2 de junho de 2005, em ordem de antiguidade, no posto ou graduação correspondente à vaga aberta; e

II - posteriormente pelos policiais militares pertencentes ao posto ou graduação imediatamente inferior à vaga aberta, consoante os critérios de promoção definidos em legislação específica.

Art. 6º Excepcionalmente, fica autorizada a realização de promoções na Polícia Militar no prazo de dez dias contados da data de publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo único. No prazo fixado no *caput* deste artigo, deverá ser finalizado o processamento das promoções.

Art. 7º O inciso III do art. 89 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 89....."

III - é promovido por bravura, sem haver vaga, passando a ocupar a primeira vaga aberta;" (NR)

Art. 8º O art. 3º da Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Soldado de 1ª Classe e o Cabo somente serão promovidos à graduação de Cabo e 3º Sargento, respectivamente, após aprovação no Curso de Formação de Cabo - CFC e no Curso de Formação de Sargento - CFS.

§ 1º Além de atender a outros critérios estabelecidos na presente Lei Complementar, será exigido a conclusão do ensino médio para ser matriculado nos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento.

§ 2º O Aluno-Cabo e o Aluno-Sargento reprovado pela segunda vez pelo critério de aferição intelectual exigido pelas normas de ensino, nas respectivas corporações, somente terá direito a concorrer à rematrícula após decorridos três anos de encerramento do último curso que o reprovou, retornando à sua condição anterior.

§ 3º O acesso às vagas aos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento se dará na proporção de uma por antiguidade e três por merecimento, observada a antiguidade na respectiva graduação, no limite de três militares estaduais para cada vaga oferecida.

§ 4º Para a realização dos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento, sempre que o número de vagas oferecidas não se completar em primeira chamada, far-se-ão chamadas sucessivas para o preenchimento das vagas remanescentes, com base nos mesmos critérios adotados para efetuar a primeira, buscando o aproveitamento total das vagas oferecidas, conforme disposto no regulamento desta Lei Complementar.

§ 5º Os militares estaduais promovidos por ato de bravura freqüentarão o primeiro curso de formação ou aperfeiçoamento disponibilizado pela Corporação, que corresponda ao grau hierárquico ascendido, independentemente previsto no § 1º deste artigo, nos termos da regulamentação desta Lei Complementar.

§ 6º Na situação de que trata o parágrafo anterior, são requisitos para a promoção ao próximo grau hierárquico:

I - para Cabo e 3º Sargento:

- a) aprovação no curso de formação correspondente ao grau hierárquico ascendido; e
b) conclusão do ensino médio;

II - para 1º Sargento:

a) aprovação no curso de aperfeiçoamento.

§ 7º A participação dos militares estaduais nos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento e de Aperfeiçoamento, em conformidade com o disposto no § 5º deste artigo, não importará na ocupação de vagas oferecidas nos respectivos cursos.

§ 8º Fica facultado aos militares estaduais promovidos pelo Quadro Especial de Cabos e Terceiros Sargentos - QEPPM, de que trata a Lei nº 6.153, de 21 de setembro de 1982 e pelo Quadro de Praças Bombeiros Militar Complementar - QPBMC, de que trata a Lei Complementar nº 259, de 19 de janeiro de 2004, observado o critério de antiguidade na respectiva graduação, o correspondente ingresso no Quadro de Praças Policiais Militares - QPPM e no Quadro de Praças Bombeiros Militar - QPBM, desde que atendam aos seguintes requisitos:

I - o cumprimento ao disposto no § 1º deste artigo; e

II - a aprovação no curso de formação que corresponda ao grau hierárquico ascendido.

§ 9º O exercício da faculdade disposta no parágrafo anterior importará, obrigatoriamente, na transferência automática da respectiva vaga prevista no Quadro Especial de Cabos e Terceiros Sargentos - QEPPM e no Quadro de Praças Bombeiros Militar Complementar - QPBMC, respectivamente, para o Quadro de Praças Policiais Militares - QPPM e para o Quadro de Praças Bombeiros Militar - QPBM.

§ 10. Deverá ser acrescido o quantitativo de 10% (dez por cento) de vagas, sobre as vagas de cada um dos Cursos de Formação de Cabo e de Sargento oferecidos pela Instituição Militar, porcentagem esta que será destinada, exclusivamente, aos militares estaduais do Quadro Especial de Cabos e Terceiros Sargentos - QEPPM e do Quadro de Praças Bombeiros Militar Complementar - QPBMC, respectivamente, em observância ao previsto no § 8º deste artigo." (NR)

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogados:

I - o inciso VI e §§ 8º, 9º, 10, 11, 12 e 13 do art. 62 e inciso V e §§ 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 do art. 82 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983;

II - a Lei nº 7.159, de 17 de dezembro de 1987;

III - a Lei Complementar nº 107, de 07 de janeiro de 1994; e
IV - os arts. 4º e 5º da Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 2 de julho de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

Posto/Graduação	Total de vagas existentes antes desta Lei Complementar	Total de vagas na data de publicação desta Lei Complementar	Total de vagas em 1/11/2008	Total de vagas em 1/4/2009	Vagas a serem ativadas de acordo com o art. 5º, II, desta Lei Complementar	Efetivo Máximo previsto por esta Lei Complementar
QOPM						
Cel PM	17	23	23	23	11	34
Ten Cel PM	41	86	106	131	-	131
Maj PM	68	116	136	155	28	183
Cap PM	132	177	177	177	191	368
1º Ten PM	166	166	166	166	193	359
2º Ten PM	165	165	165	165	180	345
Asp Of PM	66	80	80	80	-	80
Cadete PM	120	160	160	160	-	160
QOSPM						
Ten Cel Med	1	1	1	1	-	1
Maj Med	2	2	3	4	-	4
Cap Med	3	3	6	15	-	15
1º Ten Med	5	14	14	14	-	14
2º Ten Med	29	6	6	6	-	6
Ten Cel Dent	1	1	1	1	-	1
Maj Dent	2	2	2	4	-	4
Cap Dent	4	4	12	12	-	12
1º Ten Dent	4	9	9	9	-	9
2º Ten Dent	20	5	5	5	-	5
2º Ten Vet	1	-	-	-	-	-
QOCpIPM						
Ten Cel Cpl	-	-	-	-	1	1
Maj Cpl	1	1	1	1	-	1
2º Ten Cpl	-	-	-	-	2	2
QOEspPM						
Cap Mus	1	-	-	-	-	-

1º Ten Mus	1	-	-	-	-	-
2º Ten Mus	1	-	-	-	-	-
QOAPM						
2º Ten QOA	31	31	31	31	-	31
QPPM						
Sub Ten PM	103	162	172	182	18	200
1º Sgt PM	238	379	404	429	120	549
2º Sgt PM	500	520	540	560	359	919
3º Sgt PM	644	664	684	700	949	1.649
Cb PM	826	1.071	1.171	1.271	2.260	3.531
Sd PM	9.058	10.013	10.013	10.013	-	10.013
QEPPM						
3º Sgt Esp PM	340	355	370	391	-	391
Cb Esp PM	1.122	1.162	1.226	1.290	-	1.290
Total	13.713	15.378	15.684	15.996	4.312	20.308

*** X X X ***

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº PLC/0017.5/2008**

O Projeto de Lei Complementar nº PLC/0017.5/2008 passa a ter a seguinte redação:

"Transforma cargos do Quadro da Magistratura e altera dispositivos da Lei Complementar nº 339, de 08 de março de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, e da Lei Complementar nº 367, de 7 de novembro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os cargos de Juiz de Direito distribuídos e por distribuir nas Comarcas de Araranguá, Biguaçu, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Gaspar, Indaial, Laguna, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São Joaquim, São Miguel d'Oeste, Tijucas, Timbó, Videira e Xanxerê são elevados para a entrância final.

§1º A partir da data de publicação da Resolução nº 18/2008-TJ, de 4 de junho de 2008, os ocupantes dos cargos elevados, a que se refere o *caput* passam a compor o quadro de antigüidade da entrância final, em ordem decrescente, imediatamente após o último integrante atual deste quadro, mantidas as respectivas lotações e posições na carreira da magistratura.

§2º Aplica-se a regra do parágrafo anterior aos juizes da extinta entrância intermediária que estejam transitoriamente lotados em Comarcas diversas das mencionadas no *caput*, ficando extintos tais cargos à medida que vagarem.

§3º Para fins de promoção e remoção, os magistrados referidos nos parágrafos anteriores, bem assim aqueles que forem promovidos à entrância final depois desta Lei Complementar, somente terão suas inscrições deferidas se não houver candidato inscrito que integre o quadro precedente de entrância final mencionado no inciso I, do § 5º seguinte.

§4º O interstício para remoção dos juizes cujos cargos foram elevados somará o tempo constante no inciso II, do parágrafo seguinte.

§ 5º O Tribunal Pleno aprovará, no prazo de trinta dias:

I - o quadro de antigüidade dos Juizes de Direito de entrância final, retratando a situação precedente, atualizado até o dia anterior à publicação da Resolução de que trata o art. 4º.

II - o quadro de antigüidade dos Juizes de Direito da extinta entrância intermediária, atualizado até o dia anterior à publicação da Resolução de que trata o art. 4º; e

III - o quadro de antigüidade dos Juizes de Direito de entrância final, em conformidade com esta Lei Complementar.

Art. 2º Os arts. 8º e 26, da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º As Comarcas são classificadas em três entrâncias: inicial, final e especial."(NR)

"Art. 26. A Magistratura de Primeiro Grau é constituída de:

I - Juiz Substituto;

II - Juiz de Direito de entrância inicial;

III - Juiz de Direito de entrância final; e

IV - Juiz de Direito de entrância especial.

....."(NR)

Art. 3º Os arts. 14, 25 e 57, da Lei Complementar nº 367, de 7 de dezembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.

§1º Os subsídios mensais dos Juizes de Direito de Entrância Especial, de Entrância Final e Entrância Inicial e dos Juizes Substitutos corresponderão, respectivamente, a noventa inteiros, oitenta e cinco inteiros e cinquenta centésimos, oitenta e um inteiros e vinte e dois centésimos e setenta e três inteiros e noventa e um centésimo por cento do subsídio mensal de Desembargador, igualmente reajustados na mesma proporção e época.

....."(NR)

"Art. 25. O Quadro da Magistratura é classificado em:

I - Juiz Substituto;

II - Juiz de Direito de Entrância Inicial;

III - Juiz de Direito de Entrância Final;

IV - Juiz de Direito de Entrância Especial; e

V - Desembargador."

....."(NR)

"Art. 57. Haverá 5 (cinco) quadros de antigüidade:

I - Juiz Substituto;

II - Juiz de Direito de Entrância Inicial;

III - Juiz de Direito de Entrância Final;

IV - Juiz de Direito de Entrância Especial; e

V - Desembargador.

....."(NR)

Art. 4º Esta Lei Complementar retroagirá seus efeitos à data da publicação da Resolução nº 18/2008 - TJ, de 4 de junho de 2008."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

Relator

No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, avoco e adoto o parecer acima.

Dep. Jorginho Mello

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 017/2008

Transforma cargos do Quadro da Magistratura e altera dispositivos da Lei Complementar nº 339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, e da Lei Complementar nº 367, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os cargos de Juiz de Direito distribuídos e por distribuir nas Comarcas de Araranguá, Biguaçu, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Gaspar, Indaial, Laguna, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São Joaquim, São Miguel d'Oeste, Tijucas, Timbó, Videira e Xanxerê são elevados para a entrância final.

§1º A partir da data de publicação da Resolução nº 16/2008-TJ, de 4 de junho de 2008, os ocupantes dos cargos elevados, a que se refere o *caput* passam a compor o quadro de antigüidade da entrância final, em ordem decrescente, imediatamente após o último integrante atual deste quadro, mantidas as respectivas lotações e posições na carreira da magistratura.

§2º Aplica-se a regra do parágrafo anterior aos juizes da extinta entrância intermediária que estejam transitoriamente lotados em comarcas diversas das mencionadas no *caput*, ficando extintos tais cargos à medida que vagarem.

§3º Para fins de promoção e remoção, os magistrados referidos nos parágrafos anteriores, bem assim aqueles que forem promovidos à entrância final depois desta Lei Complementar, somente terão suas inscrições deferidas se não houver candidato inscrito que integre o quadro precedente de entrância final, mencionado no inciso I, do §5º seguinte.

§4º O interstício para remoção dos juizes cujos cargos foram elevados somará o tempo constante no inciso II, do parágrafo seguinte.

§5º O Tribunal Pleno aprovará, no prazo de trinta dias:

I - o quadro de antigüidade dos Juizes de Direito de entrância final, retratando a situação precedente, atualizado até o dia anterior à publicação da Resolução de que trata o art. 4º;

II - o quadro de antigüidade dos Juizes de Direito da extinta entrância intermediária, atualizado até o dia anterior à publicação da Resolução de que trata o art. 4º; e

III - o quadro de antiguidade dos Juizes de Direito de entrância final, em conformidade com esta Lei Complementar.

Art. 2º Os arts. 8º e 26, da Lei Complementar nº 339, de 8 de março de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º As Comarcas são classificadas em três entrâncias: inicial, final e especial. (NR)

Art. 26. A Magistratura de Primeiro Grau é constituída de:

I - Juiz Substituto;

II - Juiz de Direito de entrância inicial;

III - Juiz de Direito de entrância final; e

IV - Juiz de Direito de entrância especial." (NR)

Art. 3º Os arts. 14, 25 e 57, da Lei Complementar nº 367, de 7 de dezembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.

§1º Os subsídios mensais dos Juizes de Direito de Entrância Especial, de Entrância Final e Entrância Inicial e dos Juizes Substitutos corresponderão, respectivamente, a noventa inteiros, oitenta e cinco inteiros e cinquenta centésimos, oitenta e um inteiros e vinte e dois centésimos e setenta e três inteiros e noventa e um centésimo por cento do subsídio mensal de Desembargador, igualmente reajustados na mesma proporção e época. (NR)

Art. 25. O Quadro da Magistratura é classificado em:

I - Juiz Substituto;

II - Juiz de Direito de Entrância Inicial;

III - Juiz de Direito de Entrância Final;

IV - Juiz de Direito de Entrância Especial; e

V - Desembargador. (NR)

Art. 57. Haverá 5 (cinco) quadros de antiguidade:

I - Juiz Substituto;

II - Juiz de Direito de Entrância Inicial;

III - Juiz de Direito de Entrância Final;

IV - Juiz de Direito de Entrância Especial; e

V - Desembargador." (NR)

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da publicação da Resolução nº 16/2008 - TJ, de 4 de junho de 2008.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 2 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0018.6/2008

O Projeto de Lei Complementar nº PLC/0018.6/2008 passa a ter a seguinte redação:

"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 398, de 5 de dezembro de 2007, que transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura.

Art. 1º Dos cinquenta cargos criados no Quadro da Magistratura de Primeiro Grau pelo art. 2º da Lei Complementar nº 398, de 5 de dezembro de 2007, quarenta e sete são transformados em:

I - dezoito cargos de Juiz de Direito de entrância especial;

II - vinte e quatro cargos de Juiz de Direito de entrância final;

e

III - cinco cargos de Juiz de Direito de entrância inicial.

Parágrafo único. Os cargos transformados serão distribuídos e providos por ato do Tribunal de Justiça.

Art. 2º Fica revogado o art. 3º, da Lei Complementar nº 398, de 5 de dezembro de 2007, e recriados os vinte e seis cargos de Juiz Substituto por ele extintos.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 018/2008

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 398, de 2007, que transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Dos 50 (cinquenta) cargos criados no Quadro da Magistratura de Primeiro Grau pelo art. 2º da Lei Complementar nº 398, de 5 de dezembro de 2007, 47 (quarenta e sete) são transformados em:

I - 18 (dezoito) cargos de Juiz de Direito de entrância especi-

al;

II - 24 (vinte e quatro) cargos de Juiz de Direito de entrância final; e

III - 5 (cinco) cargos de Juiz de Direito de entrância inicial.

Parágrafo único. Os cargos transformados serão distribuídos e providos por ato do Tribunal de Justiça.

Art. 2º Fica revogado o art. 3º, da Lei Complementar nº 398, de 2007, e recriados os 26 (vinte e seis) cargos de Juiz Substituto por ele extintos.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 2 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0022.2/2008

O art. 8º do Projeto de Lei Complementar nº PL/0022.2/2008 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 02/07/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 022/2008

Dispõe sobre a reclassificação de Promotorias de Justiça e de cargos na carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica extinta a entrância intermediária na carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, cujas Promotorias de Justiça passam a classificar-se em entrância inicial, entrância final e entrância especial.

Art. 2º Ficam reclassificadas para entrância final as Promotorias de Justiça das comarcas de Araranguá, Biguaçu, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Gaspar, Indaial, Laguna, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São Joaquim, São Miguel d'Oeste, Tijucas, Timbó, Videira e Xanxerê, assim como os respectivos cargos de Promotor de Justiça, mantidas as demais na classificação em que se encontram.

§ 1º Os Promotores de Justiça classificados na entrância intermediária em decorrência da Lei Complementar nº 167, de 29 de julho de 1998, lotados em comarca de entrância inicial, serão reclassificados como de entrância final.

§ 2º Respeitada a ordem anterior na extinta entrância intermediária, os reclassificados na forma do *caput* e do parágrafo anterior serão inseridos na lista de antiguidade dos Promotores de Justiça de entrância final, após o último classificado na mesma antes da vigência desta Lei Complementar.

Art. 3º Aos atuais ocupantes dos cargos de Promotor de Justiça de entrância intermediária, reclassificados para entrância final na forma do artigo anterior, são garantidas a posição na carreira e a permanência em sua atual lotação, até futura movimentação funcional, respeitando-se, ainda, quanto aos lotados em Promotoria de Justiça de comarca cuja entrância é reclassificada, o direito de opção previsto no art. 141 da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000.

Art. 4º Aos atuais Promotores de Justiça de entrância final, é assegurado o direito de remoção para Promotoria de Justiça de comarca reclassificada na forma do art. 2º.

Art. 5º Obedecido o disposto no § 2º do art. 2º, para fins de interstício para remoção dos Promotores de Justiça reclassificados na forma do *caput* e do § 1º do mesmo artigo, será contado o tempo de classificação na extinta entrância intermediária.

Art. 6º Os subsídios mensais dos Promotores de Justiça de entrância especial, de entrância final, de entrância inicial e dos Promotores de Justiça Substitutos corresponderão, respectivamente, a noventa inteiros, oitenta e cinco inteiros e cinquenta centésimos, oitenta e um inteiros e vinte e dois centésimos e setenta e três inteiros e noventa e um centésimos por cento do subsídio mensal de Procurador de Justiça, igualmente reajustados na mesma proporção e época.

Art. 7º No prazo de trinta dias a contar do início da vigência desta Lei Complementar, o Conselho Superior do Ministério Público aprovará lista de antiguidade dos Promotores de Justiça, de entrância final, observado o § 2º do art. 2º.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 2 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***